

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**MODALIDADE EM DISCURSOS AMBIENTALISTAS:  
JOGO DE MÁSCARAS EM GÊNEROS QUE  
COMPÕEM AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Amanda Canterle Bochet**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2015**



**MODALIDADE EM DISCURSOS AMBIENTALISTAS:  
JOGO DE MÁSCARAS EM GÊNEROS QUE COMPÕEM AS  
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

**Amanda Canterle Bochet**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Letras**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sara Regina Scotta Cabral**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2015**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bochett, Amanda Canterle

Modalidade em discursos ambientalistas: jogo de máscaras em gêneros que compõem as audiências públicas.  
/ Amanda Canterle Bochett.-2015.

162 p.; 30cm

Orientadora: Sara Regina Scotta Cabral

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2015

1. Audiência pública 2. Gramática sistêmico-funcional  
3. Gênero 4. Modalidade 5. Discursos ambientalistas I.  
Cabral, Sara Regina Scotta II. Título.

---

© 2015

Todos os direitos autorais reservados a Amanda Canterle Bochett. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: amandacanterle@yahoo.com.br

---

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Artes e Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras**

A comissão Examinadora, abaixo assinada,  
Aprova a dissertação de Mestrado

**MODALIDADE EM DISCURSOS AMBIENTALISTAS:**  
**JOGO DE MÁSCARAS EM GÊNEROS QUE COMPÕEM AS AUDIÊNCIAS**  
**PÚBLICAS**

Elaborada por  
**Amanda Canterle Bochet**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Mestre em Letras**

**Comissão Examinadora:**



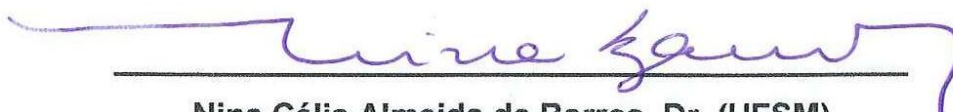
---

**Sara Regina Scotta Cabral, Dr. (UFSM)**  
**(Presidente/Orientadora)**



---

**Adail Sebastião Rodrigues Júnior, Dr. (UFOP)**



---

**Nina Célia Almeida de Barros, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 24 de fevereiro de 2015



## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### **MODALIDADE EM DISCURSOS AMBIENTALISTAS: JOGO DE MÁSCARAS EM GÊNEROS QUE COMPÕEM AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

AUTORA: AMANDA CANTERLE BOCHETT  
ORIENTADORA: SARA REGINA SCOTTA CABRAL  
Data e Local: Santa Maria, 24 de fevereiro de 2015.

Meio ambiente e sustentabilidade têm sido temas de grande relevância, principalmente no Brasil. Tanto na esfera política quanto na esfera ambientalista, os discursos proferidos esforçam-se por buscarem soluções quanto aos problemas vigentes. As Audiências Públicas constituem um importante *locus* onde são proferidos esses discursos. Partindo de uma concepção teórica que abarca a Pedagogia de Gêneros da Escola de Sidney (ROSE e MARTIN, 2012), a Estrutura Potencial de Gêneros (HASAN, 1989) e a Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY e MATHIESSEN, 2014), o enfoque deste estudo recai sobre o gênero Audiência Pública e o uso do recurso de modalidade nos discursos ambientalistas. O objetivo deste trabalho é determinar, por meio da investigação e análise dos enunciados e das categorias de modalidade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), o gênero textual e o grau de comprometimento dos políticos e dos especialistas com seus discursos em Audiências Públicas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O *corpus* é constituído de 06 Audiências Públicas correspondentes aos anos de 2012 e 2013, taquigrafadas e posteriormente traduzidas, que estão disponibilizadas para consulta *online* no site da Câmara dos Deputados. Os procedimentos metodológicos compreendem duas etapas de análise: contextual e textual, de forma quantitativa e qualitativa, tanto do gênero quanto da modalidade. Os resultados indicam que a Audiência Pública sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pode ser considerado um macrogênero, já que tem em sua constituição gêneros que formam uma sequência para cumprir um propósito social e são delineados por estágios que contribuem para o seu funcionamento. No que concerne à modalidade, é possível destacar o maior uso na troca de bens e serviços. Enquanto os políticos pouco se comprometem em seus discursos ao usar um grau baixo de modulação, os especialistas comprometem-se em grau alto de obrigação-modulação. O jogo de máscaras que então se instala recria e mantém a relação dinâmica que existe entre a força do poder (políticos) e a força do saber (especialistas).

**Palavras-chave:** Audiência pública. Gramática sistêmico-funcional. Gênero. Modalidade. Discursos ambientalistas.





## ABSTRACT

Master's dissertation  
Graduate Program in Languages  
Federal University of Santa Maria

### **MODALITY IN ENVIRONMENTAL DISCOURSES: GENRES WHICH COMPOSE PUBLIC HEARINGS AS MASQUERADES**

AUTHOR: AMANDA CANTERLE BOCHETT  
ADVISOR: SARA REGINA SCOTTA CABRAL  
Date and Place of Defense: Santa Maria, February 24, 2015.

Environment and sustainability have been topics of great relevance, especially in Brazil. Both in the political and in the environmental sphere, speeches endeavor to seek solutions to current problems. Public hearings are an important *locus* where these speeches are delivered. From a theoretical concept that embraces Genre Pedagogy of the Sydney School (ROSE; MARTIN, 2012), the Generic Structure Potential (HASAN, 1989) and the Systemic Functional Grammar (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2014), the focus of this study lies in the genre public hearing, and the use of the modality in environmental speeches. The objective of this study is to determine, through investigation and the analysis of the utterances, as well as the modality categories (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), the genre and the degree of involvement of politicians and experts with their speeches on public hearings on environment and sustainable development. The *corpus* consists of 06 public hearings for the years 2012 and 2013, written in shorthand and later translated, which are available for online viewing at the Chamber of Deputies website. The methodological procedures comprise two stages of analysis: contextual and textual, in a quantitative and qualitative way both of the genre and the modality. The results indicate that public hearings on environment and sustainable development can be considered a macro-genre, as it has in its constitution genres that form a sequence to fulfill a social purpose and are outlined in stages that contribute to its operation. Regarding modality, we highlight its increased use in the exchange of goods and services. While politicians little undertake in their speeches by using a low degree of modulation, experts are committed to a high degree of obligation-modulation. The masquerade which then installs, recreates and keeps the elated dynamics that exists between the force of power (politicians) and the power of knowledge (experts).

**Keywords:** Public hearing. Systemic functional grammar. Genre. Modality. Environmental speeches.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linguagem como sistema de estratos.....	39
Figura 2 – Do contexto de situação ao Registro.....	40
Figura 3 – Metafunções da linguagem .....	61
Figura 4 – Significados Interpessoais.....	65
Figura 5 – Sistema de modalidade .....	72
Figura 6 – Tipos de modalidade .....	73
Figura 7 – Tipos e graus de modalização.....	75
Figura 8 – Tipos e graus de modulação .....	79
Figura 9 – Tempos verbais.....	86
Figura 10 – Legenda das cores utilizadas para identificação dos gêneros e estágios.....	95
Figura 11 – Topologia dos gêneros e estágios que compõem as Audiências Públicas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável .....	110
Figura 12 – Verbos modais utilizados nas Audiências Públicas.....	115
Figura 13 – Modalidade-Políticos .....	134
Figura 14 – Uso dos modais pelos políticos .....	134
Figura 15 – Modalidade-especialistas .....	135
Figura 16 – Uso dos modais pelos especialistas.....	135
Figura 17 – Ciclos de gêneros que compõem as Audiências Públicas .....	140
Figura 18 – Jogo de máscaras- poder X dever .....	143



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Gêneros e estágios .....	43
Quadro 2 – Funções da fala.....	63
Quadro 3 – Funções de fala e seus modos oracionais típicos .....	64
Quadro 4 – Dados do <i>corpus</i> .....	94
Quadro 5 – Referências do <i>corpus</i> no texto.....	95
Quadro 6 – Grupos de análise .....	98
Quadro 7 – Gêneros e estágios que compõem as Audiências Públicas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. ....	102
Quadro 8 – Ocorrências de gêneros e estágios por políticos e especialistas .....	103
Quadro 9 – Estrutura potencial do macrogênero- Audiências Públicas .....	112
Quadro 10 – Verbos modais nos gêneros que compõem as Audiências Públicas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. ....	114
Quadro 11 – Grupo dos discursos dos políticos .....	116
Quadro 12 – Grupo E- Modais utilizados no discurso dos especialistas.....	124
Quadro 13 – Total de ocorrências dos modais – políticos especialistas .....	133



## LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Participantes das audiências públicas analisadas.....	159
Anexo B – Comunicação: e-mail recebido da CMADS em relação ao funcionamento das Audiências Públicas .....	161





## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1 – MEIO AMBIENTE, LINGUAGEM E DISCURSO</b> .....	<b>23</b>
1.1 Meio ambiente e desenvolvimento sustentável.....	23
1.2 Linguagem e Discurso Político .....	28
1.3 Linguagem e discurso ambientalista .....	33
<b>CAPÍTULO 2 – ESTUDOS DE GÊNERO</b> .....	<b>37</b>
2.1 Escola de Sidneyl.....	38
2.2 Macrogênero.....	48
2.3 Perspectiva sociosemiótica .....	49
2.4 Audiências públicas sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.....	51
<b>CAPÍTULO 3 – LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL</b> .....	<b>59</b>
3.1 Significados Interpessoais .....	62
3.2 Modalidade.....	66
3.2.1 Modalização .....	74
3.2.2 Modulação.....	78
3.3 Verbos Modais.....	82
<b>CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA</b> .....	<b>89</b>
4.1 Contextualização da pesquisa .....	90
4.2 Universo de análise e seleção do <i>corpus</i> .....	92
4.3 Procedimento de análise dos dados .....	96
<b>CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> .....	<b>101</b>
5.1 A constituição do gênero .....	101
5.2 Modalidade em audiências públicas .....	113
5.2.1 Grupo P - discursos dos políticos.....	116
5.2.1.1 Verbo modal <i>poder</i> .....	117
5.2.1.2 Verbo modal <i>dever</i> .....	119
5.2.2.3 Verbo modal <i>precisar</i> .....	121
5.2.1.4 Verbo modal <i>parecer</i> .....	122
5.2.1.5 Verbos modais <i>Ter que/de</i> .....	122
5.2.2 Grupo E- discurso dos especialistas .....	123
5.2.2.1 Verbo modal <i>poder</i> .....	124
5.2.2.2 Verbo modal <i>dever</i> .....	127
5.2.2.3 Verbo modal <i>precisar</i> .....	128
5.2.2.4 Verbo modal <i>parecer</i> .....	130
5.2.2.5 Verbos modais <i>ter que/ ter de</i> .....	131

<b>5.3 Modalidade e suas contribuições para o discurso político e ambientalista.....</b>	<b>132</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>145</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>157</b>

## INTRODUÇÃO

“...Estamos convencidos de que o Congresso Nacional, palco por excelência do debate e escolha dos rumos do País, saberá cumprir com o seu fundamental papel na defesa do direito, das atuais e futuras gerações, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.”

*Deputado Sarney Filho  
Sessão da Câmara dos Deputados,  
em 4 de agosto de 1992*

A preocupação com o meio ambiente não é recente. Desde as décadas de 60 e 70 já se pensava no que poderia vir a acontecer se o homem não mudasse sua forma de exploração dos recursos naturais, principalmente nas grandes indústrias que estavam aumentando sua produção. Várias eram as expressões usadas para manifestar uma inquietação que crescia a cada dia. Falava-se em desastres ecológicos, mudanças climáticas, biodiversidade, entre outras.

A partir do momento em que o meio ambiente se tornou o foco das atenções, a ONU (Organização das Nações Unidas) assumiu uma postura de preocupação e viabilizou a realização de várias conferências em que o tema principal era a exploração do meio ambiente e a conscientização social. A Conferência de Estocolmo, em 1972, estimulou a discussão de questões sobre meio ambiente, como a poluição gerada por alguns países; o relatório de Brundtland (1987), e o Protocolo de Quito, em 1997, também foram importantes, assim como a Agenda 21. Esses documentos tomaram como ponto de partida a exploração de recursos naturais de forma correta e a preservação do meio ambiente, visando ao bem-estar das gerações atuais e futuras. Também passaram a constituir principal fonte de pesquisa e de intervenção em relação meio ambiente.

No Brasil, com a preocupação e o interesse nas políticas públicas sobre meio ambiente surgiu, em 1986, o Partido Verde brasileiro, composto por ecologistas, artistas, intelectuais e ativistas que prezavam a ecologia e uma nova forma de fazer política. O partido ganhou projeção nacional, porém não conquistou nenhuma eleição presidencial, mas o contexto de preservação ganhou força em 1988, com o capítulo VI da Constituição Federal que trata sobre o meio ambiente:

Art.25. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações (CAPÍTULO VI. DO MEIO AMBIENTE, 1988).

Em 1989, foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, com o intuito de unir a preservação ambiental ao uso conservacionista dos recursos naturais. Iniciava-se uma relação de necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que dessem conta de reeducar a sociedade para a preservação e conservação do meio ambiente.

A partir da necessidade de políticas públicas sobre meio ambiente, em 2004, foi consagrada a criação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMDAS), com o objetivo na elaboração de Conferências, Assembleias e Audiências Públicas<sup>1</sup> para discussões e possíveis realizações no que concerne aos problemas ambientais e de desenvolvimento sustentável do país. A CMDAS é composta por políticos e realiza APs com o objetivo de promover um diálogo e buscar alternativas/soluções para os problemas ambientais vigentes. Conta com a presença de políticos que compõem a comissão e de especialistas na área, convidados para exposições e discussões sobre os referidos temas.

Como se sabe, cada sociedade elabora seu próprio modo de comunicação tendo em vista as diferenças existentes de uma cultura para a outra, e que os enunciados são elaborados em função das necessidades humanas, Halliday e Hasan (1989) argumentam que cada ambiente e contexto específico de uso real da língua exige um tratamento adequado. No caso das APs, as trocas de significados ocorrem na forma de interação entre dois grupos sociais diferentes e importantes: políticos, que podem ser deputados, senadores ou membros de ministérios ou secretarias, e especialistas convidados, geralmente técnicos, pesquisadores, militares, professores universitários ou participantes de órgãos de preservação. Os participantes apresentam estudos realizados, resultados de levantamentos e pesquisas, panoramas de situações de calamidade ambiental, expressos na forma de depoimentos, discussões, relatos, demonstrações em slides, dentre outros.

Uma vez que a língua possibilita escolhas e essas não são aleatórias, elas estão diretamente ligadas ao contexto, já que, sem o contexto, não é possível a construção de um significado. Para a realização deste trabalho, escolheu-se a

---

<sup>1</sup> Doravante denominadas APs.

perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional<sup>2</sup>, que se preocupa com a linguagem em seus mais variados usos e estratos sociais/práticas discursivas em uma proposta de pesquisa orientada à articulação de seus conceitos teóricos e a um *corpus* de textos construídos em manifestações concretas e reais de uso da língua. No caso deste trabalho, tanto os discursos dos políticos quanto os dos especialistas são objeto de análise.

É possível entender que a LSF proporciona uma teoria de descrição gramatical baseada na função, não na forma. Apresenta-se como uma perspectiva que visa à descrição das línguas de forma a interpretá-las, sendo esse um rico recurso na elaboração de significados em diferentes contextos de cultura. Preocupa-se com a interação e relação entre pessoas e enfatiza como meio o desenvolvimento dos sistemas gramaticais. Dessa forma, mostra-se como uma abordagem adequada para a análise dos dois tipos de discursos (político e especialista) apresentados em APs.

Tendo em vista o exposto, a escolha do tema desta pesquisa foi motivada por vários fatores: a) a relevância das discussões, no Brasil e no mundo, sobre a questão ambientalista; b) a presença de tipos de discursos proferidos nas APs, que, hipotetiza-se, podem constituir um gênero textual, passível de investigação, já que não foram encontrados, na bibliografia, trabalhos sobre as APs com foco na perspectiva da LSF; c) o uso da modalidade como contribuição na constituição do gênero; d) a necessidade da verificação do grau de comprometimento, tanto dos políticos quanto dos especialistas, com uma questão de relevância mundial, já que o Brasil é considerado por muitos órgãos como importante para a sobrevivência do planeta. Na visão de Gouveia (2009), a modalidade é a tradução do julgamento/opinião das probabilidades ou das obrigações que envolvem o que vai ser dito. É possível que todas as línguas apresentem um potencial para modalizar, ou na mesma perspectiva, negar uma proposição (HALLIDAY, 1994). Pode ser entendida como uma forma de o indivíduo indicar suas intenções por meio de seu discurso.

Com base nisso, tendo como tema as APs e o uso da modalidade, apresentam-se como perguntas de pesquisa: (1) Como se constitui o gênero AP sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável? (2) Em que o uso da

---

<sup>2</sup> Doravante designada LSF.

modalidade contribui na constituição do gênero? As hipóteses são de que as APs não constituem um gênero, mas sim, um macrogênero, da mesma forma que a modalidade, na medida em que expõe o grau de comprometimento dos participantes, pode auxiliar na compreensão e identificação das posições discursivas dos participantes.

Devido ao exposto, o objetivo geral deste estudo é caracterizar, por meio da investigação e análise dos enunciados e das categorias de modalidade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), o gênero e o grau de comprometimento dos políticos e dos especialistas com seus discursos em APs sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Para tanto, o *corpus* selecionado para análise consiste em 06 APs sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, referentes aos anos de 2012 e 2013, dois anos de grandes discussões, como a conferência Rio+20, em nível mundial acerca do tema.

A partir do objetivo geral elencaram-se outros objetivos específicos:

- 1) Caracterizar, a partir do *corpus*, os contextos de cultura e de situação em que os discursos estão inseridos;
- 2) Descrever os estágios discursivos que compõem as APs;
- 3) Identificar os recursos léxico-gramaticais mais recorrentes para a realização da modalidade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004);
- 4) Verificar as escolhas linguísticas expressas em modalização ou modulação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004);
- 5) Constatar como as recorrências de modalidade contribuem para o comprometimento ou não dos políticos e convidados em seus discursos ao tratarem de temas importantes que envolvam preservação ambiental e sustentabilidade.

A justificativa desta pesquisa encontra-se no fato de que, nas trocas linguísticas, ocorrem ações e avaliações, o que possibilita ao falante/escritor que sua escolha seja feita de acordo com o objetivo que pretende atingir. A modalidade é um recurso que contribui para as trocas de significados, seja em proposições ou propostas. É um ponto da descrição da LSF nas línguas, na metafunção interpessoal. A modalidade tem sido desenvolvida em várias línguas, como inglês, francês e alemão, porém em português seus conceitos ainda têm como base os estudos em língua inglesa, especialmente em relação aos verbos modais, por não

apresentar uma escala exata que contribua efetivamente na interpretação dos significados expostos.

Esta dissertação está vinculada à Linha de Pesquisa “Linguagem no Contexto Social”, bem como ao grupo de pesquisa “Linguagem como Prática Social” (no CNPq), do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. O desenvolvimento de pesquisas nesta linha têm se voltado para os estudos da linguagem, levando em consideração os diferentes contextos existentes, que apresentam em sua configuração práticas culturais e sociais diversas. A vinculação deste estudo se deve ao projeto guarda-chuva “Mídia, Política e Gramática Sistêmico-Funcional” (CABRAL, 2013), com registro no GAP nº 034712, coordenado pela orientadora deste trabalho, Prof<sup>a</sup> Dr. Sara Regina Scotta Cabral. Este estudo também se articula ao Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa – NELP (CABRAL, 2010), que fundamenta seus objetivos na união de pesquisadores com interesse em descrição, aplicação e análise de conceitos teóricos que permeiem as investigações dos mais variados contextos em língua portuguesa.

Esta pesquisa está organizada para atender a crescente demanda de estudos na área da linguagem na perspectiva da LSF de Halliday e Matthiessen (2004; 2014). Podem ser citados trabalhos realizados por participantes do Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa, tais como Nunes (2014), que trabalhou com a Linguística Sistêmico-Funcional na perspectiva do Sistema de Avaliatividade, em editorias do jornal Estadão; Nichelle (2014) também teve seu foco no Sistema de Avaliatividade, analisando, em depoimentos de pessoas com câncer, como é vivenciada essa experiência por meio das categorias de afeto, julgamento e apreciação; Rodrigues (2013), na mesma perspectiva, teve como foco estudar a assinatura valorativa de Eliane Cantanhêde; Lima (2013) deteve-se na Gramática Sistêmico-Funcional, na análise dos processos existenciais em língua portuguesa, e Bochet e Cabral (2013) realizaram o estudo da modalidade em notícias de saúde, tendo o jornalista como mediador de informações.

A organização desta dissertação consiste em introdução e cinco capítulos centrais. No capítulo 1, apresentam-se os fundamentos teóricos no que concerne ao âmbito político, ao Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, às APs e à linguagem quando se trata da esfera política e da esfera da preservação ambiental. O capítulo 2 destina-se à revisão teórica acerca da LSF, focada na Pedagogia de Gêneros da Escola de Sidney (MARTIN; ROSE, 2007). No capítulo 3 é apresentada

a Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), nos significados interpessoais, mais especificadamente nos estudos sobre modalidade e sua realização linguística e semântica em modalização e modulação.

O capítulo 4 contempla a descrição da metodologia utilizada para execução deste trabalho. Esta seção inicia com a contextualização da pesquisa, depois explora os aspectos de universo de análise e seleção do *corpus* e, por fim, apresenta os procedimentos utilizados na realização da pesquisa. Já no capítulo 5, expõe-se a discussão e sistematização do gênero e as contribuições da modalidade para a sua constituição. Por último, são apresentadas as considerações finais que contemplam as conclusões deste estudo e as sugestões para novas pesquisas no que concerne tanto ao gênero quanto à modalidade em língua portuguesa.



## **CAPÍTULO 1 – MEIO AMBIENTE, LINGUAGEM E DISCURSO**

Neste capítulo são apresentadas concepções sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na perspectiva de Pereira, Silva & Carbonari (2011). Também são abordados conceitos-chave de linguagem na perspectiva hallidayana (HALLIDAY, 1989, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004 e 2014). Para tal, na seção 1.1 são expostos aspectos referentes ao meio ambiente e economia sustentável. Na seção 1.2 trata-se sobre linguagem e discurso político, com a conceituação de Charaudeau (2006). A seção 1.3 refere-se às concepções de linguagem com base no discurso ambientalista considerados como uma prática social que permeia as atividades humanas.

### **1.1 Meio ambiente e desenvolvimento sustentável**

As preocupações com o meio ambiente e o conceito de desenvolvimento sustentável vêm sendo muito discutidas em pesquisas, na mídia, e principalmente nos setores governamentais. Porém, esses conceitos ainda são pouco compreendidos pela sociedade e expostos muitas vezes, com certa complexidade, pelos meios de comunicação e pelos órgãos institucionais. A abordagem dessa temática, principalmente pela mídia, não é completamente nova, mas tem causado certo impacto em muitos setores da sociedade.

Os primeiros estudos teóricos sobre sustentabilidade, de acordo com Santos (2003), iniciaram no campo das ciências ambientais e ecológicas, que trouxeram contribuições com o passar do tempo, por meio das discussões realizadas em diferentes áreas como filosofia, política, economia, sociologia, etc. A importância do tema se deve principalmente à emergência das discussões sobre questões climáticas, advindas de mudanças irreversíveis no meio ambiente, pela ação do homem.

O termo sustentabilidade, ao ser debatido em diversas áreas como as governamentais e as empresarias, despertou um imenso interesse também na área acadêmica, principalmente a partir dos anos 1960. A maioria dos trabalhos de cunho

científico-acadêmico sobre sustentabilidade começaram a ser publicados a partir de 2006, devido à divulgação e realização de eventos importantes sobre o tema. De fato, é um conceito que, segundo muitos pesquisadores como Pereira, Silva e Boff, é complexo e pode ser visto por diversas abordagens, por isso é necessário que seja analisado de uma forma mais abrangente.

As práticas da vida social, sejam elas recorrentes de qualquer área, manifestam-se em várias dimensões, da econômica e política à cultural e ideológica, que apontam uma relação existente de produção da linguagem por meio da significação de mundo que a mesma constrói em interações cotidianas. Sendo assim, ao se tornarem públicas as manifestações de preocupação com o meio ambiente e a preservação de seus recursos, os governos começaram a tomar providências em relação à melhoria da qualidade de vida em sociedade. Com base nessa preocupação de preservação em defesa e benfeitoria ao ambiente, começaram a ser realizadas conferências em nível nacional e mundial. Nas décadas de 70 e 80 as discussões ocorriam acerca do tema e ainda não se falava em desenvolvimento sustentável, mas já eram apontados em documentos, como na Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano, a necessidade de melhorá-lo tendo em vista as gerações atuais e futuras (1972, p. 02- item 6).

Esta conferência, realizada em Estocolmo em 1972, foi a que propiciou o marco inicial dos congressos e providências que eram necessárias para os cuidados com o meio ambiente. Nessa época, o termo sustentabilidade era utilizado apenas por profissionais da área ambiental. Pereira, Silva & Carbonari (2011, p. 76) o definiram como “um ecossistema que permanece robusto e estável (resiliente), apesar de agressões decorrentes da exploração humana”, mostrando que a base de discussões já havia sido iniciada.

Na declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano foi destacado que se chegara a um ponto da história no qual o ser humano deveria moldar suas ações no mundo, levando em consideração as consequências ambientais que poderiam surgir de seus atos, e tratar a natureza com mais prudência (1972, p. 02- item 6). Esses novos conceitos eram mais que expressões; compreendiam paradigmas, valores e regras sociais que aos poucos foram sendo inseridas com o objetivo de evolução e crescimento da comunidade em geral, de forma saudável.

A cada ano que se passava, o assunto foi tornando-se uma preocupação que ocupava um lugar de destaque nas pautas das reuniões parlamentares pelo mundo

todo. Dessa forma, em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (conhecida por Comissão BRUNDTLAND) que sob sua responsabilidade teve o desenvolvimento de vários trabalhos importantíssimos, como em 1987, o relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), mais conhecido como relatório de Brundtland, e em 1997, o Protocolo de Quioto, dentre outros.

As realizações das conferências acabaram por nortear discussões necessárias, que traçassem metas para se chegar, além de concepções mais claras, a soluções concretas que viabilizassem o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 foi também um importante documento que criou estratégias de ação na cooperação dos problemas socioambientais, sendo uma referência para as políticas públicas ao envolver governo, empresas e organizações internacionais, no que concernia à conservação do meio ambiente e à promoção do desenvolvimento social e sustentável.

A realização da maior Conferência Mundial da ONU, a Rio+20, em junho de 2012, foi considerada uma superação em relação às conferências realizadas anteriormente. Drummond et al. (2012), ao término da conferência, afirmaram que “a sociedade está pronta e disposta para efetuar mudanças necessárias, mas estas novas perspectivas ainda esbarram diante de governantes resistentes e conservadores” (DRUMMOND et al., 2012, p. 12 ).

Ao ser considerado alvo de obtenção em longo prazo, o desenvolvimento sustentável necessita não só das organizações públicas como também do envolvimento da sociedade para assumir um compromisso em relação aos problemas ambientais e suas possíveis soluções. A dependência de um desenvolvimento parece, segundo Drummond (2012), estar muito mais nas mãos dos governos do que na boa vontade da população em colaborar com as políticas públicas de preservação. Dessa forma, ainda há discussões e questionamentos sobre aspectos que se referem ao atendimento de necessidades, conforme Vasconcelos (2005), considerados “desejos” em uma sociedade de consumo.

De acordo com Boff (2012), sustentabilidade são ações que sustentam os seres vivos, a comunidade de vida e visem a atender as necessidades das gerações atuais e futuras, mantendo o capital natural. Na mesma concepção, o relatório de Brundtland (1987, s.p.) afirma que sustentabilidade é o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações

futuras de suprir suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987). De certa forma, pode ser considerado um processo de integração das várias dimensões como as econômicas, ambientais e sociais, considerada por autores como Silva (2006, p. 01) “a chave para a sustentabilidade da vida no planeta”.

Tendo em vista as atividades humanas em um sistema global, esse desenvolvimento pode considerar um equilíbrio entre os recursos naturais e a economia. Pesquisas realizadas por autores como Bacha, Santos & Shaum (2010) mostram que houve um avanço nas questões sobre o meio ambiente quando as preocupações foram acopladas a aspectos que abrangem o cunho social.

Ao se falar em causas de emergência, é possível considerá-las como um dos fatores que levaram a se estudarem novas alternativas de preservação ambiental. Enriquez (2007) argumenta a noção de desenvolvimento sustentável como uma necessidade da população e principalmente uma “emergência sistêmica”. Conforme a evolução das etapas de sustentabilidade, tornam-se necessárias mais informações, visto que é um conceito muito amplo ao englobar aspectos ambientais, sociais e econômicos. É ao mesmo tempo complexo e multidimensional, e de difícil uso por manter tanta diversidade de significados.

No contexto brasileiro, segundo Rollemberg (2012, p. 10), o “ Brasil é, entre os maiores países do mundo, o que tem melhores condições de inaugurar um novo modelo de desenvolvimento efetivamente sustentável”. O autor se refere a questões climáticas e ambientais como água em abundância, riquíssima biodiversidade, diversidade cultural, matrizes energéticas, etc. Afirma também que o maior desafio seria envolver a sociedade e o governo de uma forma que criassem um compromisso em relação ao desenvolvimento tecnológico e à educação.

O fato de envolver a sociedade sugere que as pessoas conheçam as necessidades de mudança que ordenam as explorações de recursos naturais visando às necessidades atuais e das gerações futuras (PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2011). O que torna uma sociedade sustentável é a forma como ela trata os recursos naturais, a vida vegetal, o solo, a água e o ar. Esse tipo de economia sustentável, que parte da preocupação social, diferencia-se por seguir princípios de envolvimento da preservação do meio ambiente e dos recursos nele disponíveis, com a observação do que pode ser economicamente viável.

Há muitas definições que podem ser avaliadas como alternativas para a compreensão desse conceito tão amplo. Quando se pensa em melhorar a qualidade

de vida, pensa-se não só na atualidade, mas nas gerações futuras que deveriam ter um maior comprometimento com princípios que norteiam a capacidade de conservação de recursos naturais. De acordo com Vasconcelos (2005), as necessidades sociais não podem se restringir a algo privado, principalmente às pessoas que têm condições de vida menos favoráveis. Silva (2006) segue na mesma perspectiva, ao argumentar que um dos problemas da sustentabilidade está diretamente ligado à dimensão social, principalmente no que se refere à distribuição de recursos sociais.

O termo sustentabilidade, de acordo com Magnago, Aguiar & Paula (2012), pode ser tratado como multidisciplinar, e sua exploração pode ser feita por vários pontos de vista. Além dos conceitos apresentados sobre desenvolvimento sustentável, torna-se indispensável à compreensão desse tripé que forma a base sustentável que tanto se estuda e da qual se espera a concretização das ações. A sustentabilidade explora, de acordo com Pereira, Silva & Carbonari (2011), aspectos sociais, ambientais e econômicos. Dessa forma, torna-se necessário um foco para os estudos, uma vez que o conceito é muito amplo. Por isso, neste estudo, optou-se pela priorização do aspecto ambiental.

Para se obter resultados sustentáveis, Pereira, Silva & Carbonari (2011) afirmam que cada dimensão deve receber a devida atenção. No que se trata da perspectiva social, a ênfase se dá no bem-estar humano e, segundo o sociólogo Sachs (1997), na distribuição de renda igualitária e crescimento estável, com melhorias da qualidade de vida social. Já no que se refere ao aspecto econômico, existem, com base em Sachs (2006), dois fatores importantes que influenciam: o investimento público e privado e a gestão eficiente dos recursos. Sob o ponto de vista econômico, também deve ser levada em consideração a competitividade no comércio. De acordo com Silva (2009), deve-se considerar o aspecto de rentabilidade ao que pode ser economicamente viável, tendo em vista o retorno do investimento feito pelo capital privado.

O último aspecto do tripé da sustentabilidade, foco deste estudo, refere-se ao ambiental, que se preocupa com os impactos humanos sobre o meio ambiente. O objetivo está em explorar os recursos naturais dos mais diversos ecossistemas de forma que não prejudique e não polua o meio ambiente, preservando-o.

Para que as questões de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável tivessem um caminho promissor, o governo brasileiro criou uma

comissão responsável por tratar destes aspectos e promover ações que auxiliassem e informassem a população das medidas necessárias e mais corretas a se tomar. Foi criada em 2004 a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMDAS), composta por 18 deputados e o mesmo número de suplentes, apresentando-se como composição da Comissão um conjunto de parlamentares, tendo em vista uma esfera política em questão. O interesse da Comissão era que fossem discutidos os temas e se encontrassem soluções a partir de manifestações públicas ou de especialistas e estudiosos na área, bem como os próprios políticos colaboradores.

Essas discussões foram inseridas na esfera política a partir das Audiências Públicas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que começaram a ganhar autonomia a partir da criação da comissão. Os objetivos partem de concepções que evidenciam, qualidade de vida para a população, ao levar em consideração o comprometimento em proteger o meio ambiente.

Nota-se que o principal recurso de utilização que visa a futuras ações, nas APs, é a linguagem, uma forma de permear as discussões e opiniões relevantes na busca de alternativas/soluções para os problemas ambientais e sustentáveis no momento. O estudo das interações por meio da linguagem, nesse contexto, é o que tornam acessíveis as mudanças e benfeitorias em relação aos recursos naturais. Dessa forma, este estudo justifica-se por articular conceitos teóricos de perspectiva linguística a um conceito de uso real da língua que aborda os temas de interesse para a população brasileira em geral.

A próxima seção destina-se a tratar sobre linguagem e discurso político.

## **1.2 Linguagem e Discurso Político**

Torna-se relevante lembrar que, se a CMADS é composta por políticos, a política é o que move as decisões. A política em si envolve muitas ações, pensamentos de planejamento e comportamentos que são típicos da área, servindo para consolidar anseios e realizações que dizem respeito à gestão pública. Esses aspectos merecem a devida atenção para que as pessoas possam compreender os governantes que estão no poder, de acordo com seus discursos proferidos. Quando

se trata de discurso político, Charaudeau (2006) faz a afirmação de que o discurso político é, por excelência, o lugar de um “jogo de máscaras”, uma vez que nem sempre pode ser entendido como verdadeiro.

Ao circular em espaço público, o discurso político organiza-o de forma que a comunidade também vise ao bem comum. A palavra no campo político tem um grande poder, e de acordo com Charaudeau (2006, p. 16), “deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz”, ou seja, o político, ao proferir seu discurso, faz o uso de estratégias que convençam a população de partilhar uma decisão que envolva um bem comum, o que não deveria ser tomado como uma verdade única.

Ao se pensar que a linguagem na política envolve o uso de estratégias por parte do enunciador, pensa-se também no poder das palavras que são induzidas a circular em sociedade para satisfazer as relações de poder estabelecidas. O político pode ter essa noção de poder das palavras e muitas vezes fazer uso de acordo com o objetivo que quer atingir. Todo discurso pode ser a *priori* político, e para isso Thompson (1998, p. 71) afirma que o discurso político “torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive”, seja pelas relações estabelecidas por meio do discurso, seja pela forma com que são tratadas as ações que derivam dele.

O discurso político carrega em si uma situação de comunicação, do mesmo modo que qualquer enunciado. Este pode servir muitas vezes de pretexto para se falar sobre outro assunto, não necessariamente de ordem política, mas que faça uso da persuasão e de estratégias. O pensamento político pode se engajar tanto internamente no governo, quanto externamente na liderança popular.

Quando se trata da população, Gastil (1992, p. 19) afirma: “Mesmo o modelo mais bruto do governo representativo reconhece a necessidade de comunicação entre o cidadão e o decisor político, mas a comunicação entre os cidadãos também deve ser apreciada.”<sup>3</sup> É uma forma que as comissões, no caso, têm de ouvir e ter o auxílio da população no caso deste trabalho, os “especialistas/convidados” tanto para as decisões a serem tomadas como para os problemas a serem solucionados.

---

<sup>3</sup> “Even the most crude model of representative government acknowledges the need for communication between citizen and policymaker, but communication among citizens must also be appreciated.”

O discurso é proferido tendo em vista o seu destinatário, seja ao solicitar ações que a prática política exige, ou até mesmo informar sobre as ações que serão realizadas. São essas relações que mantêm os sujeitos da ação interligados e os tornam capazes de construir os vínculos sociais. A ação política pensada e idealizada visa à obtenção do bem coletivo e dessa forma organiza e determina a vida social, ao mesmo tempo em que instiga as decisões coletivas.

O fato é que a ação política depende da discussão para se desenvolver, seja por meio de Conferências, Assembleias Parlamentares onde se restringe a palavra apenas aos parlamentares, ou em Audiências Públicas em que especialistas no assunto e cidadãos podem ter voz. Isso ocorre de acordo com as necessidades que o Poder Público tem de resolver as dificuldades expostas. Sendo a discussão inerente à política em si, Silva ressalta que o discurso é “ a palavra em movimento, a mediação entre o indivíduo e a realidade natural e social representando um objeto sócio-histórico em que o linguístico é a base, e onde o político e o simbólico se confrontam” (SILVA, 2002, p. 28).

É nesse ponto que a palavra ocupa o lugar de intervenção entre um e outro.

Dessa forma, a linguagem está intrinsecamente presente, pois a produção comunicativa é o cerne que move o desenvolvimento político. Quando se trata da palavra que desencadeia o discurso político, pensa-se que ela pode apresentar como Charaudeau (2006) argumenta, um sentido duplo “cheia de armadilhas”, pois o que está sendo dito pode não estar realmente apresentando o que se passa, ou não estar em seu sentido completo, uma vez que a palavra nem sempre representa a ação, o verdadeiro fazer manifestado pelo envolvimento racional ou emocional.

Pode-se dizer que, ao observar o mundo político, existem dois campos que interferem diretamente na vida social, que são as “ações”, em uma dependência direta das “discussões”. Da mesma forma que não há “política sem discurso” (CHARAUDEAU, 2006, p. 39), não há ação sem discussão, pois a linguagem, nos discursos e discussões, impulsiona a ação, e é o que move o meio político.

Há vários desafios quando se fala em discurso político: o de que as ações proferidas sejam alcançadas, o de se fazer entender pelos seus interlocutores, da mesma forma com que a população gostaria que suas reivindicações também tivessem impacto sobre as decisões. Thompson (1998, p. 64) afirma que o que acontece nos discursos políticos é, na maioria das vezes, o uso da ideologia que faz com que por meio das ideias expostas sejam expressos e promovidos os interesses



das principais classes engajadas no conflito, o que não necessariamente envolva a parte da sociedade que solicitou.

Em relação a este aspecto de reivindicações, Gastil (1992, p. 19) argumenta que “os cidadãos são, em última análise os responsáveis políticos, e se eles não alcançam julgamentos de tom entre si, a democracia não vai fazer o melhor possível nas decisões coletivas.”<sup>4</sup> O autor faz referência à voz dos cidadãos como algo de grande relevância frente às decisões políticas, quando se refere às APs coordenadas por comissões em que seus objetivos visam ouvir os convidados (especialistas e a população).

A sociedade busca a verdade, mas também, muitas vezes busca segurança e apoio naqueles que detêm o poder e o conhecimento das ações públicas. O discurso, desta forma, visa a uma ação sobre a população de modo a corresponder aos seus anseios. Ele pode ser uma forma de mediar razões para posteriores ações.

De fato, tendo em vista que o discurso político está atrelado a um dos numerosos domínios de emprego da linguagem em relação a uma prática social, pode-se dizer que o que move sua prática é o inspirar confiança, atribuindo sentido à suas ações. O objetivo é fazer com que o interlocutor se convença das ações que estão sendo expostas pelo político, que ele não necessariamente descreva, mas corrobore com as ações decisivas. Para se chegar a objetivos em que o público seja convencido das ações políticas vigentes, o político faz o uso de várias estratégias em seu discurso, sejam elas de oralidade, como o tom de voz utilizado em cada situação ou de organização do seu texto.

O ato de se realizar um discurso político envolve, na maioria das vezes, um projeto, uma ação, tendo-se em mente que, conforme Charaudeau (2006), a maior intenção é a de que seja possível estabelecer relações de forma com que o ouvinte seja influenciado, persuadido ou seduzido. Para o autor, essa relação só é estabelecida pelas visões de mundo que o político traz ao propor ou contestar algo que vem do seu conhecimento real das situações expostas.

O maior propósito do discurso político concerne a tudo que refere à organização da vida pública e em sociedade (CHARAUDEAU, 2006, p. 189). O que move as ações políticas são as buscas por instâncias que consigam unir os cidadãos e o governo em um único desejo de se ter um mesmo “ideal de sociedade”.

---

4 “the citizens are ultimately policymakers, and if they do not reach sound judgments among themselves, the demos will not make the best possible collective decisions.”

Enquanto a política visa à sociedade como pluralidade humana, os cidadãos se unem em determinadas comunidades que reivindicam apenas determinados assuntos e não um todo.

O discurso está associado a todas as formas constitutivas da sociedade; implica diretamente nas dimensões da estrutura social e por sua prática traz a construção de significado ao mundo. A contribuição do discurso como um efeito construtivo traz à tona aspectos como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' que implicam diretamente no estudo que se quer realizar ao se referir a sujeitos políticos. Nesse ponto ressalta-se a questão dialética da linguagem, do discurso, pois a relação existente entre discurso e estrutura social determina de certa forma a construção do discurso.

Isso ocorre também, quando são formadas comissões pelo próprio governo, em que cada uma se encarrega especificamente da busca pela resolução dos problemas, ou mesmo pela criação de novas alternativas referentes à área escolhida. No Brasil, a CMADS é responsável por tratar os assuntos de forma a conduzir APs e eventos que tragam soluções e novas alternativas na questão de preservação ambiental.

Torna-se interessante pensar também em como o discurso, nas práticas sociais, pode ser socialmente influenciado, seja ele na política ou em qualquer área. Nesse sentido, as escolhas linguísticas exercem função importante ao revelarem o comprometimento do falante com seu discurso e traduzirem o papel social e a posição assumida. Têm-se as transformações de poder e entidades coletivas em suas relações, da mesma forma que, como uma prática ideológica, as relações de poder são transformadas por significados construídos no mundo por posições das mais diversas. De acordo com os estudos de Barbara & Macêdo (2009, p. 95), é possível expor que "uma maneira de entender uma sociedade é analisar os textos por ela produzidos porque é pela linguagem que o indivíduo revela seus valores e suas representações". Assim, os ambientalistas também podem ter suas próprias representações e escolhas linguísticas, o que se apresenta na próxima seção.

### 1.3 Linguagem e discurso ambientalista<sup>5</sup>

Segundo Halliday (1989), o contexto influencia o texto, tornando-o uma entidade semântica que traz significados construídos na interação como uma forma de intercâmbio social. Conforme Eggins (2004), as pessoas interagem na construção de significados, esses com a função de dar sentido ao mundo e às pessoas. Como já apresentado anteriormente, os textos se concretizam em diferentes esferas, de acordo com a necessidade de comunicação.

Costa (2005, p. 02) focaliza a prática discursiva como prática social e define sua importância como “um fenômeno social marcado pela tendência do homem de voltar-se a si mesmo, tomando consciência de si e de suas práticas”. Nesse sentido, surgem os discursos ambientalistas, tomados pela vontade e necessidade do homem de realização de eventos e de conscientização em prol da preservação ambiental.

O discurso ambientalista surgiu logo após a produção industrial em grande escala (Era Industrial dos anos 60 e 70- século XX), o que ocasionou o quase esgotamento dos recursos naturais existentes na tentativa de suprir a demanda por produtos cada vez melhores. Segundo Pereira (2008, p. 12), “os recursos naturais foram sendo utilizados sem a preocupação com o impacto no ambiente, visto que se acreditava que esses recursos eram inesgotáveis, pensamento esse difundido por grande parte das empresas”. A partir de um dado momento, percebeu-se que os recursos naturais poderiam esgotar; surgiu então, a necessidade de “novas formas discursivas preservacionistas” (PEREIRA, 2008, p. 14).

Os primeiros discursos considerados preservacionistas foram elaborados em relação à comercialização dos produtos demandados das indústrias que exploravam o meio ambiente. A intenção era a de que o consumidor soubesse que o produto a ser consumido não causava danos ao meio ambiente, refletido assim nas propagandas e anúncios publicitários. Na verdade, o que ocorria, de acordo com Pereira (2008, p. 14), era um “mascaramento das reais intenções dessas empresas”. O fato é que as propagandas divulgadas inicialmente visavam apenas à

---

<sup>5</sup> Nesta dissertação optou-se por utilizar o discurso ambientalista e o discurso preservacionista com o mesmo sentido, já que ambos visam às benfeitorias ao meio ambiente.

apresentação de um discurso preservacionista com foco na obtenção de lucros, ao demonstrar à sociedade uma forma correta de produzir determinados bens.

Com o passar do tempo, a exploração indevida do meio ambiente começou a causar desastres ecológicos, que naturalmente chamaram a atenção da sociedade e principalmente de ecologistas. As cobranças começaram a surgir, como uma forma de conscientização das empresas e da sociedade em geral. A partir dessa concepção inicial, os discursos ambientalistas começaram a ser elaborados com os mais diversos objetivos e nas mais diversas áreas da sociedade, a política e até educacional como forma de promover a reeducação social da exploração e preservação do meio ambiente.

Estudos realizados por Rafael (2013), em campanhas publicitárias apontaram no discurso da sustentabilidade, que também pode ser considerado ambientalista, a circulação midiática de termos como “redução de resíduos, risco ecológico, energia limpa, cadeia de valor”, palavras que eram expressas mais especificadamente nas áreas de química e biologia (RAFAEL, 2013, p. 94) e passaram a fazer parte dos discursos em prol do meio ambiente. Outro uso que se tornou recorrente foi o do prefixo “bio”, como em “bioeletricidade, biodiversidade...”, e toda a gama de palavras que trás o adjetivo “verde” em acompanhamento a elas, dando-as um *status* de ecológico (RAFAEL, 2013, p. 94). Uma forma de lexicalização também inserida aos discursos ambientalistas para os tornarem mais confiáveis foi a palavra “transparência”, que de acordo com o autor era mais utilizada em discursos políticos e de governo, com o objetivo de demonstrar o compromisso com a sociedade.

De acordo com Rafael (2013, p. 99) “os significados das palavras e a lexicalização de significados não são construções individuais são variáveis socialmente construídas e socialmente contestadas”, ou seja, as construções que ocorrem nos discursos ambientalistas são cercadas de termos incluídos socialmente de acordo com a necessidade de expandir conceitos, responsabilidades e até compromissos ambientais. Para o autor no discurso ambientalista, quando usado em sua construção o “eu-você-todos-nós”, muitas vezes não é possível identificar as vozes do discurso delimitando-as (RAFAEL, 2013, p. 72) o que leva a ser considerado um discurso “pretensamente preservacionista”.

Essas responsabilidades e compromissos se dão nas concretizações dos discursos ambientalistas, necessários na realização de eventos como Conferências, APs e Congressos que se tornaram cada vez mais recorrentes. Para Coelho (2011),

apesar da importância do tema e de previsões já realizadas em relação ao futuro da sociedade, a afirmação é de que o

discurso ambientalista muitas vezes é utilizado de modo deturpado e oportunista: difundido como padrão para as massas, por vezes sonegam-lhe as adequadas bases científicas, seja por negligência, seja para prestigiar interesses escusos, de modo que o seu relevo acaba dando espaço aos meros modismos (COELHO, 2011, p. 01).

O autor refere-se principalmente ao discurso ambientalista de cunho comercial e industrial, em que o objetivo ainda é a obtenção de lucros. Em todo o mundo existem grandes programas e ONGS de preservação ambiental. Um exemplo é o GREENPEACE, que trabalha em prol das ações preservacionistas, não tendo em vista fins lucrativos, mas sim a realização de projetos que levem em consideração a elaboração de políticas públicas ambientais de conscientização e de educação.

Nesta perspectiva Coelho (2011, p. 01) afirma que as políticas públicas ambientais “devem ser construídas a partir de sólidas bases científicas e de ampla participação da sociedade, sem o que não há como se falar em sustentabilidade”. Nesse sentido, a CMADS da Câmara dos Deputados brasileira, nas APs, debatem a preservação ambiental no Brasil e chamam a sociedade a participar, pois, além da presença de políticos, convidam os especialistas da área a apresentarem seu saber e suas sugestões.

Já na opinião de Carvalho (2012), a relação no processo de construção de significados em relação à preservação do meio ambiente, no discurso ambientalista é complexa. Essa construção não ocorre de uma hora para a outra, leva tempo, pois “a partir dessa complexidade [que] o discurso ambiental e as práticas educacionais dele decorrentes são socialmente construídos e elaborados”. Torna-se relevante compreender a construção desses discursos, especialmente verificar se, nas falas, há comprometimento do participante em relação ao que expõe e ao que apresenta como solução.

Pelo exposto, abrem-se portas para os estudos sistemicistas, em discursos autênticos, com ocorrências naturais envolvidas no seu contexto social. Os discursos ambientalistas em questão, nas APs, trazem a questão de que a linguagem passa a exercer papel fundamental, já que é por meio da fala que posições de valor são apresentadas e soluções são buscadas por políticos da

Câmara dos Deputados que compõem a Comissão e especialistas em meio ambiente. Sendo assim, o próximo capítulo destina-se a expor a abordagem da Linguística Sistêmico-Funcional adotada para posterior análise dos discursos ambientalistas.

## **CAPÍTULO 2 – ESTUDOS DE GÊNERO**

De acordo com Bakhtin (2010) é por meio dos gêneros do discurso que se dá a realização da linguagem em sociedade. Os gêneros discursivos demonstram uma interação dialógica e nela representam a constituição de um papel, pois possibilitam a estruturação de discursos nos mais variados contextos sociais.

Bakhtin argumenta que “cada enunciado é particular, mas cada campo de utilização da língua elabora seus “tipos relativamente estáveis de enunciados”, os quais denominamos gêneros do discurso” (2003, p. 262), ou seja, cada forma de manifestação da linguagem é única, e cada propósito de comunicação vai elaborar os enunciados/gêneros discursivos de acordo com a função que pretende exercer e o objetivo que se pretende atingir. Os gêneros discursivos são, portanto, responsáveis por organizar a experiência humana, pois nos possibilitam meios pelos quais vemos, interpretamos e agimos sobre o mundo.

Os gêneros discursivos buscam atender necessidades de comunicação que partem dos usuários da língua em forma de expressão. Essas necessidades os tornam heterogêneos, e Bakhtin (2010) propõe a classificação em gêneros primários e secundários. Os primários dizem respeito à comunicação verbal do cotidiano, como conversas particulares, etc. Já os secundários são os que apresentam elaboração cultural mais complexa na comunicação, originários de possíveis esferas como a científica e a política.

A mobilidade que os gêneros discursivos podem apresentar, não sendo eles de estrutura rígida, possibilita que ocorra a hibridização ou mesclagem, isto é, o agrupamento de dois gêneros ou mais, para corresponder a uma situação e função pretendida. Isso ocorre em gêneros de diversas esferas sociais como na jornalística, em que é comum encontrar hibridização de gêneros, como em anúncios publicitários e até mesmo em artigos de opinião.

A partir da concepção bakhtiniana de gênero discursivo, outras abordagens foram construídas, como as que neste capítulo são apresentadas. O objetivo pretendido, então, é apresentar os desenvolvimentos dos estudos de gênero dentro da LSF. Com base nos estudos de Halliday e Hasan (1989) e Hasan (1989) acerca da Estrutura Potencial de Gênero, na década de 80, Martin e Rothery (1985)

introduziram aos estudos sistêmicos uma proposta de gênero de base teleológica e estratificada, uma pedagogia “intervencionista” denominada como Escola de Sidney (ROTHERY, 1996, p. 99).

Por isso, na seção 2.1 apresentamos a perspectiva de gênero da Escola de Sidney e, na seção 2.2, a conceituação de macrogênero. Após, a seção 2.3 trata-se da abordagem de Hasan (1989) sobre a Estrutura Potencial de Gênero (EPG) e a 2.4 apresenta as APs sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

## 2.1 Escola de Sidney<sup>6</sup>

O termo “Escola de Sidney” refere-se a estudos da linguagem relacionados a questões de ensino. Os trabalhos para o desenvolvimento da perspectiva de gêneros da Escola de Sidney iniciaram há três décadas e só foram possíveis, segundo Rose e Martin (2012), a partir de uma abordagem funcional, projetada por Halliday (1994).

Inicialmente o objetivo da Escola de Sidney primava sobre uma pedagogia que permitisse aos professores conduzirem os alunos para o sucesso na escrita escolar respondendo às exigências propostas pelo currículo australiano da época. O projeto começou com pesquisas sobre escrita na escola primária, tendo em vista, a propagação do conceito de gênero para fins sociais, como um processo orientado para metas específicas. A proposta de Martin e Rothery envolvia uma pedagogia em que todos os alunos fossem capazes de atender a demanda dos gêneros exigidos pelo currículo escolar e pela sociedade, independente de seu contexto social.

Este projeto passou por três fases: a primeira com *Writing Project* e *Language and Social Power*; a segunda, *Write it Right*; a terceira, *Reading to Learn*, esta última aplicada nas escolas primárias, secundárias e no ensino de inglês para fins específicos. As três fases foram importantes porque partiram do trabalho do sociólogo Bernstein (1971, 1975), que defende a relação existente entre três campos: conhecimento, pedagogia e ensino. Com a crescente demanda pelos estudos de descrição da linguagem e a necessidade de enriquecer uma proposta pedagógica

---

<sup>6</sup> Optou-se por usar esta grafia com base no dicionário Priberam da Língua Portuguesa.



que desse conta das investigações da língua de forma a auxiliar no aprendizado escolar, surgiu a noção de gênero da Escola de Sidney, com foco nos contextos tanto de cultura quanto de situação.

A pedagogia de gêneros visa ao conhecimento sobre a linguagem e sua organização ao cumprir a sua função social. Via de regra, a análise parte de dois âmbitos, do contexto cultural e social: com que objetivo o texto está sendo produzido, quem é o destinatário e que tarefa vai desempenhar na sociedade. E, em outro âmbito, quais escolhas léxico-gramaticais foram feitas, como elas constroem o texto de forma a cumprir a sua função inicial.

A base da pedagogia está nos textos reais, em duas dimensões, a realização e a instanciação. O conceito de instanciação é central, aplicando a noção de que “a língua traduz elementos do contexto social e é por este retraduzida”. Já a noção de realização expõe-se a partir da linguagem. A linguagem está organizada a partir de um sistema semiótico que tem por base a gramática. Esta, por sua vez tem como característica sua organização em estratos, que são níveis diferentes, em relação a sua diversidade funcional. Assim, o texto é realizado por meio da esquematização dos sistemas da linguagem, e a sua organização que se dá por estratos, níveis e metafunções. Os níveis são apresentados com uma ordem de abstração, que podem ser observados na Figura 1.

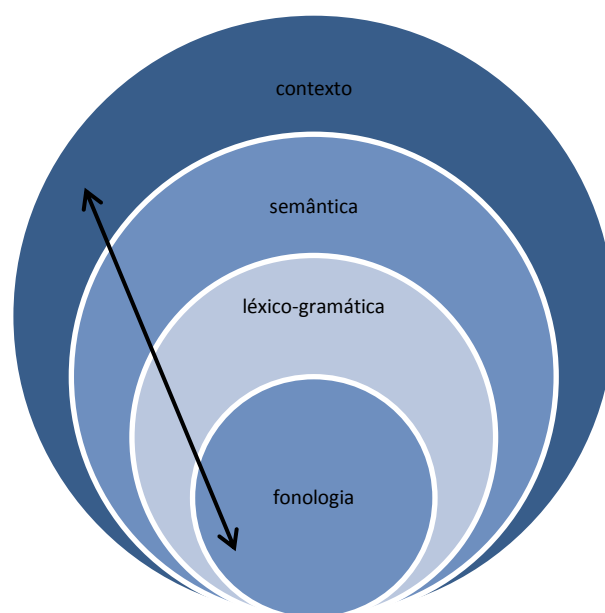


Figura 1 – Linguagem como sistema de estratos

Fonte: Adaptado de Halliday e Matthiessen (2004, p. 25).

De acordo com Halliday e Matthiessen (2004), a linguagem desempenha três funções principais em seu uso. Dessa forma, pode também, segundo os autores, ser vista por três perspectivas: a interpretação de experiências, as relações estabelecidas e o papel desempenhado pela língua no contexto; as quais realizam as três metafunções que, de acordo com Vian Jr. (2005), realizam linguisticamente o gênero e o registro.

A partir das concepções de Halliday, a relação sistemática das variáveis do contexto de situação e da léxico-gramática permite a caracterização de escolhas existentes em um texto (Figura 2). Em dado momento o contexto de situação passa a ser tratado como o registro de um texto, de modo a expor uma explicação para as escolhas determinadas pelo falante (MARTIN; ROSE, 2007).

Tendo em vista o contexto de situação, de acordo com Eggins (1994, p. 35) "as possíveis configurações de variáveis de registro permitidos dentro de uma determinada cultura em um determinado momento"<sup>7</sup> permitem se chegar à compreensão de um possível gênero em curso. É, de certa forma, o gênero que pre-seleciona as variáveis de registro de forma a associar as estruturas textual e esquemática (MARTIN, 1992).

<b>CONTEXTO DE SITUAÇÃO</b>		
<b>Campo</b>	<b>Relações</b>	<b>Modo</b>
Atividade social- em que os participantes estão envolvidos, com um objetivo, uma finalidade.	Interação- Quem participa, que tipo de relação está acontecendo.	Papel da linguagem- organização simbólica da linguagem, de forma escrita ou oral.

Figura 2 – Do contexto de situação ao Registro

Fonte: Adaptado de Halliday e Matthiessen (2004).

Conforme Martin e Rose (2007, p. 16), "gênero e registro podem variar de forma independente"<sup>8</sup>, pois a linguagem organiza-se de forma a produzir significados, como algo que varia de acordo com a cultura e a situação em dado

<sup>7</sup> "The possible configurations of register variables allowed within a given culture at a given time".

<sup>8</sup> "Clearly genre and register could vary independently".

momento de produção. Como o registro foi moldado a partir do contexto de situação, os autores modelaram o gênero a partir do contexto de cultura, o que, segundo Martin (1985) pode funcionar como uma ‘ferramenta’ cultural, quando se visa a objetivos específicos em um determinado contexto.

A principal distinção que pode ser feita entre gênero e registro, segundo Martin (1992) é que o gênero situa-se fora do sistema linguístico, como uma estrutura superior (Figura 3), pois todo tipo de discurso contém de certa forma uma estrutura de gênero.

As diferentes culturas podem trazer uma infinidade de gêneros, que se apresentam com um determinado propósito. Dessa forma, torna-se necessário estudar as interações de modo a observar e compreender, segundo Eggins (1994, p. 25) como as pessoas “usam a língua para alcançar objetivos culturalmente motivados”<sup>9</sup>, que ocorrem nos diferentes gêneros que circulam em sociedade. Cada ação social dará origem a gêneros em particular, em função das variáveis do registro que o constituem. Tem-se, por exemplo, uma esfera de uso e produção da linguagem como a política, em que se torna relevante estudar a finalidade social e a forma como são conduzidas as APs em questão.

De acordo com Martin (1992, p. 505) o gênero, ao se estruturar em estágios compreende “um processo social orientado para um objetivo”<sup>10</sup>, organizado em estágios, que se realiza por meio do registro. O gênero, entrelaçado por campo, relações e modo, apresenta-se em um nível abstrato de análise. De acordo com Vian Jr. (2005, p. 32) “qualquer modificação afetarà todos os seus níveis”.

Ao apresentar um alto nível de abstração, o gênero é responsável por coordenar as possíveis configurações que se encontram recorrentes em determinados significados dentro de uma mesma cultura. A relação dos gêneros é estabelecida na intervenção cultural que ocorre em relação ao plano textual, e isto acontece por meio da língua. A variação de textos concretiza a diversidade de objetivos culturais, e, cada objetivo levará a diferentes etapas estruturais de organização dos gêneros (ROSE; MARTIN, 2012).

Para o gênero estar acessível ao indivíduo, via de regra implica sua inserção em dada sociedade, o que, de certa forma, recai sobre uma estrutura social e cultural já instituída. O gênero se apresenta como um evento, uma atividade social

---

<sup>9</sup> “use language to achieve culturally motivated goals”

<sup>10</sup> “a social process oriented towards a goal”.

em processo, e para isso passa por várias etapas, cada gênero possui suas próprias etapas, que podem ser evidenciadas em narrativas, explicações ou descrições até sua realização final (ROSE; MARTIN, 2012).

É por meio das várias etapas do gênero, que se descobre a função que cada uma apresenta e o propósito social que se alcança por meio dele. Conforme Rose (2006),

na escala de ordens gramaticais, a relação entre gêneros, estágios, fases e mensagens não é simplesmente de composição, mas também de realização. Um gênero é realizado por seus estágios, os estágios, por suas fases e as fases, por suas mensagens (ROSE, 2006, p. 02).

Os gêneros podem ser agrupados de acordo com a sua organização, se possuem ou não uma sequência de eventos. Partindo-se do pressuposto de que há gêneros como narrativas e recontos que se estruturam a partir de uma sequência de eventos, há também gêneros que não apresentam tais sequências como os relatórios. A preocupação pode ser a descrição das coisas ou a apresentação de procedimentos que têm em sua consistência uma série de etapas, expressas muitas vezes por comandos.

Conforme Rose (2006, p. 02), os estágios são “segmentos previsíveis em cada gênero”<sup>11</sup>, ou seja, são etapas que já se podem supor que ocorram, de acordo com o propósito que se deseja alcançar. Cada estágio do gênero possui uma função retórica que dá condições às escolhas linguísticas, e as direciona para o cumprimento de funções, ao mesmo tempo motivadas por padrões culturais que podem ser determinantes em um evento comunicativo (MARTIN; ROSE, 2007).

Para uma melhor compreensão dos gêneros e seus estágios, foi organizado um quadro (quadro 1) de acordo com Rose e Martin (2012), com seus propósitos sociais, suas características e estágios. Os autores reúnem os gêneros em sete grupos: histórias, estruturações históricas, explicações, procedimentos, relatórios, argumentos e respostas de texto, cada um com propósitos sociais e estágios diferentes, expostos no Quadro 01.

---

<sup>11</sup> “predictable segments in each genre.

GRUPOS	GÊNERO	PROPÓSITO	ESTÁGIOS
Histórias	Reconto	Narrar eventos	Orientação Registro de eventos
	Narrativa	Resolver uma complicação em uma história	Orientação Complicação Resolução
	Exemplo	Julgar o caráter ou o comportamento de um ser em uma história	Orientação Incidente Interpretação
	Anedota	Compartilhar uma reação emocional em uma história	Orientação Evento marcante Reação
Estruturações Históricas	Relato Autobiográfico	Recontar os eventos da própria vida	Orientação Registro de estágios
	Relato biográfico	Recontar estágios da vida de alguém	Orientação Registro de estágios
	Recontagem Histórica	Narrar acontecimentos históricos	Fundo Registro de estágios
	Casos/acidentes Históricos	Explicar acontecimentos históricos	Pano de fundo Relato de estágios
Explicações	Explicação Sequencial	Explicar uma sequência	Fenômeno Explicação
	Explicação Condicional	Apresentar causas alternativas e efeitos	Fenômeno Explicação
	Explicação Factorial	Explicar várias causas	Fenômeno Resultados
	Explicação Consequente	Explicar múltiplos efeitos	Explicação Fatores
Procedimentos	Procedimentos	Apresentar como fazer experimentos e observações	Propósito Equipamento Passos
	Recontagem Processual	Narrar experiências e observações	Propósito Métodos Resultados
Relatórios	Relatórios descritivos	Classificar e descrever um fenômeno	Classificação Descrição
	Relatórios Classificatórios	Classificar e descrever mais de um fenômeno	Classificação Descrição: tipos
	Relatório de Composição	Descrever a totalidade das partes	Classificação Descrição: partes
Argumentos	Exposição	Defender um ponto de vista	Tese Argumento Reiteração
	Discussão	Discutir dois ou mais pontos de vista	Questão Lados Resolução
Respostas de texto	Revisão	Avaliar uma obra literária	Contexto Descrição do texto Julgamento
	Interpretação	Interpretar a mensagem de um texto	Avaliação Sinopse do texto Reafirmação
	Resposta crítica	Desafiar a mensagem de um texto	Avaliação Desconstrução Desafio

Quadro 1 – Gêneros e estágios

Fonte: Adaptado de Rose e Martin (2012).

Estruturações históricas, segundo a Escola de Sidney, é um tipo de texto com base em eventos e acontecimentos da vida das pessoas. Apresenta-se na forma de alguns gêneros como a recontagem histórica, e casos/acontecimentos históricos que são relevantes a este trabalho pela possibilidade e finalidade de envolver acontecimentos e retomá-los quando necessário.

São características das estruturações históricas, principalmente da recontagem histórica, de acordo com Martin e Rose (2007), as marcas de tempo (ano, século) e os participantes (agências públicas ou grupo de pessoas), como demonstra o exemplo (01) retirado do *corpus* de análise.

<b>01</b>	Do ponto de vista histórico, a trajetória do <b>IPHAN</b> começou em <b>1937</b> , portanto, estamos completando 75 anos de trabalho na defesa do patrimônio cultural brasileiro...	<b>AP#02</b>
-----------	---	--------------

Os relatos autobiográficos fazem referência a característica de 1ª pessoa, especialmente como tema, expõe causa e efeito de forma explícita. Já o relato biográfico, é escrito em 3ª pessoa, como característica marcada apresenta causa e efeito de forma implícita. Os relatos históricos, por sua vez caracterizam-se por apresentar causa e efeito, da mesma forma que realizações circunstanciais e verbais. A preocupação está em compreender como um evento afeta o outro, que pode ser observado no exemplo (02).

<b>02</b>	Até há pouco tempo, as mulheres também <b>não tinham alma</b> , inclusive <b>não votavam</b> , até o início do século passado. Em Nuremberg, houve um dos maiores escândalos, com o uso de judeus e ciganos. Na verdade, morreram muito mais ciganos do que judeus na Segunda Guerra Mundial, mas são pouco lembrados. <b>Em Nuremberg, houve o julgamento de vários médicos que utilizaram cobaias humanas para experimentação. Alguns inclusive foram condenados à morte.</b>	<b>AP#06</b>
-----------	---	--------------

As explicações, por sua vez, têm o objetivo demonstrar como os processos acontecem; seu foco é apresentar causas e efeitos em uma sequência de processo *versus* como ele ocorre (MARTIN; ROSE, 2007). A explicação condicional implica, naturalmente que as relações entre os eventos sejam obrigatórias. Já a explicação factorial visa que os eventos sejam explicados com a contribuição de dois ou mais fatores. A explicação sequencial é construída em uma série de eventos e caracteriza-se por apresentar uma relação causal implícita nos eventos que vão sendo sinalizados, como se pode ver em (03).

03	<p><b>O Presidente Penna já fez a apresentação da Mesa.</b> Como cada um tem 15 minutos, e, se começa a Ordem do Dia, nós temos que interromper os trabalhos, porque não podemos dar continuidade a eles, vamos ser bem breves. <b>Eu vou passar a palavra primeiramente,</b> ao Dr. Stélio Pacca Loureiro Luna, Professor da UNESP, cientista que conhece a fundo essa questão e que tem ajudado bastante a causa animal.</p> <p><b>Como foi dito no início, nós vamos fazer duas Mesas.</b> Esta é a primeira. <b>Depois que todos participarem, nós pediremos àqueles que estão na Mesa que vão à bancada e àqueles que estão na bancada que venha, à Mesa.</b></p>	AP#06
----	--	-------

A explicação consequente apresenta um evento o qual pode ter duas ou mais consequências, Cada consequência se apresenta como uma fase do gênero e pode ser encontrado também o uso da condicional “se”. Pode ser observado o exemplo (04).

04	<p><b>Vejam que, naquela época, as hidroeletricidades</b> já duravam 90 anos. A expectativa de uma hidrelétrica é de 100 anos. A regularização da vazão dos rios é outro importante benefício. Execução de programas socioambientais. Ocorre a presença do estado toda vez que uma hidrelétrica é instalada no local. <b>Há aumento da arrecadação de impostos e elevação do IDH.</b> No regime de concessão, <b>há reversão de bens ao término dos contratos, em prol da modicidade tarifária,</b> assunto que está sendo tratado neste momento pela Medida Provisória nº579.</p>	AP#03
----	--	-------

Os relatórios são tipos de texto que se subdividem em classificatórios, descritivos e composicionais. Como classificatórios, os relatórios têm seu foco na subclassificação de membros de uma classe geral (MARTIN; ROSE, 2007). Podem começar afirmando os critérios de classificação e posteriormente apresentar suas classificações.

05	<p><b>O Plano de Emergência Individual,</b> que faz parte do processo de licenciamento, e todas as instalações precisam ter o seu individual, que <b>tem por objetivo conter aqueles incidentes de menor gravidade.</b></p> <p>Em seguida, <b>o Plano de Área, que nada mais é do que o conjunto de planos de emergência individuais consolidados.</b></p> <p>Essa consolidação precisa ser aprovada pelo órgão ambiental responsável. Ele é aplicável nas situações em que o Plano de Emergência Individual é insuficiente para dar conta de um eventual incidente.</p> <p>Por fim, <b>o Plano Nacional de Contingência, que está sendo finalizado, que tem por finalidade atender aos grandes eventos.</b> Não é qualquer evento que proporciona a aplicação do Plano Nacional de Contingência, e sim aqueles de maior proporção.</p> <p><b>Esses três tipos de plano estão respaldados pela legislação brasileira, mais especificamente pela Lei nº 9.9666, de 2000.</b></p>	AP#01
----	---	-------

Já no que se refere aos relatórios descritivos, propõem-se a classificar e descrever um fenômeno e centram-se na classificação>descrição (MARTIN; ROSE, 2007).

06	Essa história nos leva àquela pesquisa dos 90%. Diziam-me o seguinte: 45% correspondiam à falta de atenção, e os outros 45% estavam divididos entre 20% e 25%, entre desobediência e erro. Eu disse: está aí a solução para o problema. <b>Falta de atenção, desobediência e erro correspondem a 90% dos acidentes.</b> Mas o que é falta de atenção, desobediência e erro? <b>É falta de educação, certamente. Se eu der educação cidadã a todos — pedestres, passageiros, condutores —, esse negócio vai melhorar.</b> Então, eu fui para a Comissão do Código com essa ideia, e nela criamos algo novo. O Código, hoje, tem um capítulo sobre educação de trânsito, coisa que o Código anterior não tinha.	AP#06
----	---	-------

Por último, o relatório de composição está preocupado com o todo, ou seja, compõe-se da classificação de uma entidade, as partes ao lado de suas atividades e as funções como um todo (MARTIN; ROSE, 2007).

07	Nesta tela, <b>mostro como é o regime dos rios amazônicos.</b> Vejam que <b>existe uma concentração de vazão nos meses de novembro, dezembro, janeiro, até o início de junho, julho.</b> Depois, <b>naturalmente, com ou sem hidrelétrica, esse é o regime de vazão dos rios amazônicos.</b> Na realidade, o que se faz é tirar o máximo. Uma vez atendidos e instalados todos os requisitos da hidrelétrica, ocasião em que ela efetivamente tem as suas condições de LP, <b>vamos então aproveitar esse regime de águas de modo a obter o máximo rendimento da vazão.</b>	AP#03
----	---	-------

Os gêneros argumentativos são relevantes nas APs, pois possibilitam uma maior interação, uma vez que são responsáveis pelas trocas de opinião, exposição de pontos de vista e conclusões nas decisões a serem tomadas. Os gêneros argumentativos em questão se referem à exposição e a discussão.

A exposição apresenta os conteúdos a partir de um ponto de vista a ser apresentado. É um gênero em que mais de uma posição pode ser exposta. Seus estágios são o de **tese**, que afirma a posição a ser tomada, os **argumentos**, que podem ser dois, três, ou mais e apoiam a tese exposta anteriormente tentando convencer; e a **reiteração**, que faz uma reafirmação da tese com base nos argumentos expostos. Destaca-se por apresentar como marcas linguísticas as conjunções, o metadiscorso (razões, problema) e reiterações. Observa-se no exemplo (08).



08	<p><b>Uma coisa interessante é que se consegue por cerca de 2 meses gerar muito nessa região e poupar os reservatórios das Regiões Sudeste e Centro-oeste. Essa é a mais uma característica técnica.</b> Falo considerando o aproveitamento do empreendimento na Região Amazônica. Nesta transparência mostro aos senhores que não é possível, nos rios amazônicos, fazer hidrelétricas com grandes reservatórios. Não se consegue volume de espera, porque são rios de baixas quedas. Seriam muitos e muitos quilômetros de extensão. <b>Ao contrário do que se lê nos jornais, não é possível fazer reservas.</b></p> <p>Nessa geografia que aparece lá, é preciso ter vazão, acúmulo de 1 metro e meio ou meio metro. <b>Portanto, não é possível conviver com esse tipo de hidrelétrica com regularização.</b></p>	AP#03
----	--	-------

A discussão é uma forma de oferecer, segundo Martin e Rose (2007) uma visão mais equilibrada das questões e exposições realizadas, que permite aos convidados tratarem de questões, discutirem os pontos de vista, pois a intenção é que se considerem diferentes posições e alternativas, ao buscarem soluções vigentes para os problemas. Apresentam a estrutura de **questão**, que expõe o conflito, os **lados**, mostram as diferentes visões sobre o tema oferecendo opções de argumentos e perspectivas e a **resolução**, que influencia em uma tomada de decisão acerca de todos os argumentos e perspectivas apresentados. Suas maiores marcas linguísticas concentram-se na escolha de avaliações e nas antiexposições (metadiscurso, razão, negação, nominalização). A discussão pode ser observada no exemplo (09).

09	<p><u>Há um plano de <b>regularização</b> fundiária que está em montagem.</u> Eu tenho a impressão de que ele já está pronto inclusive, aguardando <b>aprovação</b> do Ministério. É um plano que busca enfrentar com metas até 2020 uma <b>redução</b> drástica em relação ao passivo.</p> <p>Se V.Exa. me permitir, queremos fazer duas colocações porque fomos citados — o Chico Mendes foi citado — em outras oportunidades aqui.</p> <p>O posicionamento do Instituto já expresso pelo ex-Presidente, Dr. Rômulo, em relação às aferições das Unidades de <b>Conservação</b>, <b>não</b> foi colocado em setembro de 2011; na verdade, ele foi reiterado. Esse posicionamento foi assumido desde 2009 pelo Presidente Rômulo Mello. O Chico Mendes <b>não</b> concorda que a discussão de desafetação, de desnaturação, se dê no âmbito do processo de <b>obtenção</b> de licenciamento ambiental; concorda e defende que essa discussão se dê antes, como foi bem dito pelo Procurador, num debate de <b>avaliação</b> ambiental estratégica em que se possa ter estudos que fundamentem essa discussão <u>e que se possa aí, sim, discutir e decidir sobre a <b>desafetação</b> de Unidades de Conservação.</u></p>	AP#03
----	--	-------

Após a compreensão de como se constituem os gêneros na perspectiva da Escola de Siney, torna-se relevante a apresentação da noção de macrogênero, conceito relevante para a posterior análise das APs.

## 2.2 Macrogênero

Acrescenta-se a noção de macrogênero como uma ferramenta de abordagem dos discursos, de acordo com Martin e Rose (2007) é no macrogênero que se manifestam vários gêneros mais simples. O macrogênero envolve um tipo de organização na apresentação de seus gêneros, segundo a sua maior finalidade social. Essa organização permite uma elaboração por critérios de acordo com os objetivos que se tem na sua realização, dependendo da área em que se encontra.

Normalmente os macrogêneros são compostos por vários gêneros menores, mais curtos, que auxiliam no tipo de discurso escolhido. Segundo Martin (2009, p. 13) os gêneros estruturam-se em etapas, organizando-se em mais de um momento de significação; tem sua orientação para um fim específico, pois é operacionalizado para um propósito na cultura; é social de forma com que os falantes o instanciam e, da mesma forma por meio dele interagem. A busca pela definição do gênero, em relação a seu propósito, é funcional. Tendo em vista o caráter teológico, pode ser considerado mutável, uma vez que é considerado em cada atividade humana como um sistema aberto.

Pesquisas realizadas por Muntigl (2006) apresentam a perspectiva de macrogênero como uma área pouco explorada nas ciências linguísticas. Alguns autores como Ledema (1995) em seus estudos tratou os relatórios administrativos como macrogênero; Hood (2010) expôs a introdução e a parte final de um artigo de investigação como um macrogênero, e da mesma forma Harvey (1995) descreveu macrogêneros em relatórios científicos, incluindo gêneros menores como a introdução que informa, descreve, afirma, entre outros. A ocorrência de pequenos gêneros ao longo da formação de um texto, de acordo com Muntigl (2006) é comum em vários discursos escritos.

Christie (1998) estuda o macrogênero currículo na escola, tendo em vista as atividades realizadas pelos alunos, apresentando o gênero introdutório, um estágio intermediário onde os alunos centram grande parte de seus aprendizados e, os gêneros que representam a fase final do macrogênero currículo, com produções orais e escritas, é geralmente marcado com a realização de alguma tarefa. Christie (1998) descreveu o macrogênero currículo com a função de traçar metas e definir

orientações no processo de ensino e aprendizagem, como uma sequência geral, ou um ciclo de lições a serem desenvolvidas com um grupo de alunos.

A definição de macrogênero também é apontada por Christie (1995, p. 227) “cada um destes gêneros envolve uma série de fases e inclui elementos específicos, e tem um significado funcional na estrutura global e desdobramento do macrogênero”<sup>12</sup>, gêneros e estágios que podem ser vistos na perspectiva da Escola de Sidney já apresentada.

A referência a macrogênero estabelece a relação de que cada gênero tenha uma posição preestabelecida para cumprir sua função durante o evento comunicativo. Essa noção completa o objetivo final que o constitui. O alvo deste estudo são as APs, dessa forma torna-se necessário compreender de que maneira elas ocorrem.

### **2.3 Perspectiva sociossemiótica**

Os estudos iniciais de Halliday e Hasan (1989) tiveram seu princípio na definição de linguagem como processo social, indicando a necessidade de análise da linguagem e sinalizando-a como um sistema sociossemiótico. Hasan (1989) utiliza os conceitos hallidayanos para desenvolver sua discussão acerca das relações entre linguagem e contexto. As teorizações partem das escolhas feitas pelos usuários da língua e suas implicações nos diferentes processos de comunicação e interação, de acordo com seus propósitos.

Quando há processo de interação, o falante seleciona o texto de acordo com o meio em que se encontra e seu propósito comunicacional. Para Halliday (1989), o texto pode ser definido como a linguagem em funcionamento, auxiliando na realização de um determinado contexto, tendo em sua composição os gêneros textuais, que circulam em sociedade para cumprir uma função ao serem mediadores nas relações e interações sociais.

A análise de gêneros parte de sua concepção como prática social ao seu desdobramento em fases e estágios, que podem ser opcionais e/ou obrigatórios. O

---

<sup>12</sup> Each of these genres involves a series of stages and includes specific elements, and has a functional significance in the overall structure and unfolding of the macrogenre.

passo inicial é a definição dos contextos. Halliday e Hasan (1989) sugerem que o contexto pode ser visto por dois ângulos, contexto de situação e contexto de cultura, não sendo excludentes. No contexto de situação, estão elencadas as variáveis campo, relações e modo. A variável campo está relacionada ao evento comunicativo, à atividade em andamento; as relações, aos papéis desempenhados pelos participantes em suas interações; o modo, à forma comunicativa, ao veículo de comunicação e à função exercida pela linguagem no dado momento. Já o contexto de cultura (gênero) determina o potencial, a extensão de possibilidades nas escolhas do sistema linguístico.

Hasan (1989) apresenta na relação funcional entre a linguagem e o contexto de situação, uma configuração contextual (doravante designada CC) que possibilita compreender os padrões textuais e contextuais recorrentes em cada gênero que circula na esfera social. Para Hasan (1989), o gênero vem a ser a expressão verbal de uma CC ao se constituir por meio dos significados e valores internamente nas ações sociais ao qual estão culturalmente agregados; são conjuntos de valores que perpassam campo, relações e modo.

Segundo Motta-Roth e Heberle (2005), os padrões textuais e contextuais se apresentam como a equivalência de cada gênero. Os padrões contextuais podem ser vistos a partir da CC, já os textuais são expostos, de acordo com Hasan (1989), pela chamada Estrutura Potencial de Gêneros (EPG; em inglês, *Generic Potential Structure*).

Hasan (1989) afirma a possibilidade de todos os textos apresentarem uma estrutura global, elementos que em sequência possibilitam a interação. Os elementos podem partir de obrigatórios aos que são opcionais e iterativos em cada texto, têm em sua representação “a presença dos elementos da estrutura do texto que 'constroem' essas mesmas características do contexto”, auxiliando na progressão textual.

Os elementos obrigatórios são os que definem o gênero (HASAN, 1989), pois geralmente apresentam uma ordem específica, sendo a partir de sua ocorrência, possível observar o texto em sua totalidade. A obrigatoriedade de sua ocorrência se faz presente em todos os textos do mesmo gênero. Podem ser identificados principalmente pela apresentação de valores na variável campo.

Os elementos opcionais são aqueles que, não têm a obrigação de apresentar ocorrências em todos os textos caracterizados como o mesmo gênero. Sua

ocorrência pode ser prevista por alguns atributos que compõem a CC, ou seja, não estão lá por acaso e apresentam uma ampla aplicabilidade. Já os elementos iterativos, são elementos particulares que apresentam sua ocorrência várias vezes durante um texto, porém, de acordo com Hasan (1989) pode ser entendido como “um fenômeno linguístico, iteração é sempre opcional”<sup>13</sup>, ao não apresentar obrigatoriedade e nem uma ordem específica de ocorrência em um texto.

A partir da EPG é possível identificar a gama total de elementos obrigatórios, opcionais e iterativos, da mesma forma que, ao esgotar a estrutura textual, pode-se passar para a configuração textual. Para Hasan (1989, p. 142 *apud* MOTTA-ROTH; HEBERLE, 2005, p. 19-20) “cada estágio da atividade social representada na EPG é um elemento na estrutura dessa atividade, dado que cada estágio contribui para a realização dessa atividade”; assim, cada gênero pode estar sujeito a alterações que são decorrentes na CC (campo relações e modo).

O reconhecimento e a compreensão das atividades sociais é de grande importância, ainda mais quando a atividade trata de um tema de interesse público como as Audiências Públicas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Dessa forma, realizar o estudo da CC e EPG em conjunto pode trazer resultados relevantes no que diz respeito à composição de gêneros nas APs em foco.

Para Hasan (1992), Martin e Rothery (1996) expõem o texto como um produto acabado e não como um processo realizado. Ao dar seguimento ao modelo funcionalista, torna-se relevante para a posterior análise dos textos, a complementação da teoria de Halliday e Hasan (1989) com os estudos da Pedagogia de Gêneros de Martin e Rose (2007; 2012), o que será apresentado na próxima seção.

## **2.4 Audiências públicas sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável**

As preocupações com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável são apenas alguns dos temas que geram as APs como evento de discussão e busca de soluções e alternativas consistentes. Em uma sociedade são definidas várias leis

---

<sup>13</sup> As a linguistic phenomenon, iteration is Always optional.

para que os setores públicos possam funcionar de forma a colaborar com o desenvolvimento local, em qualquer aspecto que tenha influência governamental. As leis podem ser federais, estaduais e municipais; cada uma cumpre com as necessidades sociais que lhe são estipuladas.

Para que uma sociedade funcione e se desenvolva de forma adequada, a população também deve ser ouvida em suas necessidades e anseios, contribuindo assim para o desenvolvimento de suas atribuições e responsabilidades como cidadãos. Com o intuito de que os cidadãos possam se manifestar diante os seus direitos e possam ser ouvidos, as trocas que ocorrem intensamente por meio da linguagem, a Constituição Federal de 1988 e a regulação de Leis Federais, Constituições estaduais e Leis Orgânicas municipais garantiram aos cidadãos uma forma de participação popular designada como Audiência Pública. De acordo com César (2011a.).

Com a participação da sociedade nas APs, pode-se obter melhores resultados e soluções mais fáceis para os conflitos pertinentes que a sociedade enfrenta. Esse diálogo social, assim considerado, é uma forma de valorizar a opinião dos cidadãos como auxílio na construção de alternativas muitas vezes não visíveis pelos órgãos públicos. Conforme César (2011, p. 359), “nas audiências públicas, os órgãos não se submetem à vontade da sociedade, mas estão abertos para ouvir a todos...”, ou seja, não é porque a sociedade opinou que vai ser acatada a decisão, mas serão viabilizadas soluções a partir do que foi solicitado ou exposto.

A realização das Audiências ocorre geralmente nos casos de interesse público relevante, como em processo legislativo (elaboração de normas), cumprimento de metas fiscais, atividade correcional (Judiciário e Ministério Público), meio ambiente (CTNBio, ANS, ANP)<sup>14</sup>, etc. Essa concretização social pode ser considerada uma mudança da democracia representativa para a democracia participativa (CÉSAR, 2011).

Para a elaboração de uma audiência existe a necessidade da definição de alguns aspectos, tais como quem presidirá, data de início e término dos trabalhos, pessoas que serão notificadas a comparecer, pessoas que serão ouvidas, formas de

---

<sup>14</sup> CNTBio- Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

ANS- Agência Nacional de Saúde.

ANP-Agência Nacional do Petróleo.

manifestação por parte da população, forma de divulgação pelos meios de comunicação, dentre outros.

Segundo Sabsay & Tarak, citados por Mazzili (1999, p. 326), “a audiência trata de tirar os governados da letargia e de levá-los a tomar responsabilidades, a assumir um papel que deles exige protagonismo...”. Essa afirmação remete às responsabilidades que a sociedade passa a ter na contribuição da gestão pública. Da mesma forma que buscam soluções de problemas, as audiências podem servir também para coletar informações ou provas, por meio de depoimentos, pareceres de especialistas ou documentos que possam auxiliar na tomada de decisões.

De acordo com o artigo 58, § 2º, inciso II, da Constituição da República do Brasil de 1988, é prevista a realização das audiências públicas pelas comissões do Congresso Nacional, ou seja, cabe a elas compreender os problemas que circulam em sociedade incluindo suas resoluções com a participação democrática da população. Em adição, é aí que entra o papel da CMADS na realização das audiências em questão.

A realização das APs, independentemente do assunto a ser tratado, vem fazer parte de um processo educativo, que visa fornecer informações e promover discussões acerca do tema em pauta. Os resultados que se esperam serão subsídios para auxiliar na elaboração de projetos ou resolução de problemas.

A Audiência Pública, no Brasil, é um dos eventos realizados pela CMADS e serve de instrumento de diálogo, capaz de auxiliar na resolução ou alternativas para problemas. As APs ocorrem mensalmente, e não é estipulada uma quantidade fixa em que procedem. A sua organização é realizada pela CMADS, que se torna responsável pelos temas a serem tratados por depoentes e expositores especialistas, professores universitários, médicos veterinários, advogados, representantes de agências, ou da esfera política, convidados. Há necessidade de que sejam designados expositores de forma com que se tenha o contraditório nas discussões. Inicialmente é feita a apresentação dos participantes pelo Presidente da Comissão. Há um momento em que os convidados fazem suas exposições, por ordem determinada. De acordo com a CMDAS, “após as exposições, é passada a palavra aos parlamentares inscritos, sendo o parlamentar requerente do evento o primeiro a indagar os expositores.” Na sequência os expositores têm um tempo para responder às indagações. Inicia-se um debate sobre o exposto, com interferência e mediação do Presidente. Trata-se da exposição oral e posteriormente publicação no

site da Câmara dos Deputados, espaço da CMADS de forma taquigrafada. Quando há tempo, os ouvintes podem pedir a algum parlamentar (político) para responder suas perguntas, e ele encaminhará para o expositor, da mesma forma que as perguntas realizadas via internet. Os expositores fazem as considerações finais e o presidente se encarrega do encerramento. Cada Audiência Pública tem a duração, em média, de 1h 30min a 3h. Em sua forma taquigrafada, objeto de análise, possuem em média de 22 a 59 páginas e estão disponibilizadas na íntegra, de forma traduzida<sup>15</sup>, para consulta online no endereço eletrônico <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa>.

O maior objetivo é que se apresentem soluções mais rápidas tendo em vista os problemas ambientais em curso. As APs, em sua maioria, ocorrem nos plenários das Comissões, localizados junto ao Congresso Nacional. Tratam temas bastante relevantes sobre o meio ambiente no momento, e buscam-se alternativas para soluções dos problemas ambientais relatados.

As APs são realizadas pela CMDAS que, por sua vez, é composta pelo Presidente, 18 deputados titulares e seus suplentes. Contam também com a presença de representantes do governo, e, por via de regra, algum especialista na área do tema a ser tratado.

Os representantes do governo muitas vezes são componentes de ministérios, como secretários, procuradores da República ou vereadores. Já no que concerne à participação de especialistas, são considerados professores de universidades, estudiosos na área, coordenadores de institutos de Meio Ambiente e preservação ambiental, gerentes de empresas de grande relevância como a Petrobrás, diretores, coordenadores e chefes de departamentos e gabinetes que envolvam Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Chefes militares, como Capitão e Contra-Almirante da Marinha, assessores, advogados e ativistas que atuam na área.

Os participantes apresentados atuam nas APs na busca de auxiliar a compreensão de problemas ambientais correntes e na tomada de decisões pautadas em conhecimentos específicos que orientem os membros das comissões a agirem adequadamente.

Os discursos podem apresentar durante as APs características mais específicas da área e do tema a ser abordado, podendo assim, determinar as

---

<sup>15</sup> Os textos após taquigrafados passam por um processo de tradução. De acordo com informações orais de uma representante de taquigrafia de Brasília, nem sempre a tradução é fiel ao que foi dito.



interações possíveis de ocorrência durante o evento. Parte-se do princípio de que o tema gera as necessidades de interação e comunicação. Tem-se que, de acordo com determinados temas, são necessárias, além de exposições, discussões mais direcionadas que podem se tornar debates. Outras audiências baseiam-se apenas em exposições, uma vez que o que coordena as formas de interação pode vir a ser o assunto em pauta.

Alguns estudos na área de linguagem parlamentar foram realizados por Ilie (2009) e Bayley (2004) com foco na língua parlamentar italiana e alemã, e Steiner (2004), que buscou estudar a linguagem parlamentar na Áustria, nos Países Baixos e na Suíça. Para Ilie (2009), o discurso parlamentar consiste, de certa forma, em uma interação regulada que leva em consideração normas realizadas entre representantes políticos e, ao mesmo tempo, tem como fins a tomada de decisões em contextos institucionais que são específicos àquela área e, dessa forma determinam uma variedade de padrões de comunicação.

As diferentes definições do discurso parlamentar/político existem, e do mesmo modo, são específicos a cada área de abordagem, como são específicos ao tratar sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Com as concepções expostas é possível perceber que as APs apresentam-se como um evento comunicativo maior que, dependendo da discussão pautada, pode originar novos eventos no decorrer da comunicação. Os participantes apresentam, em suas explanações, posições de valor em relação ao tema abordado.

As posições de valor ocorrem de acordo com o andamento das APs, caracterizam-se em gêneros argumentativos, com base principalmente nos pontos de vista e perspectivas expostas. Para que os políticos ou convidados obtenham sucesso em suas exposições e argumentações, torna-se necessário um conhecimento mais aprofundado do tema a ser exposto e debatido. Ao adotar uma posição, o falante seleciona, faz escolhas em seu repertório linguístico de quais recursos léxico-gramaticais (mesmo que inconsciente de sua real avaliação) usará para expor ou tentar convencer o público de seus estudos ou constatações.

As posições de valor nas APs sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável se dão por duas vias, nos discursos e nas exposições dos políticos (presidente e componentes da CMDAS) e nas exposições e discussões por parte dos convidados. Tanto os políticos quanto os convidados adotam posições expositivas e argumentativas que influenciam na busca de alternativas e soluções.

As posições demonstram dois lados, a favor e contra o tema em questão. Conforme a CMDAS é necessário que ocorram posições contraditórias nas APs, para que seja possível apreciar e avaliar os temas de vários ângulos. Alguns temas necessitam mais defensores e opositores que outros, assim são designados pela CMADS convidados participantes para desenvolver suas exposições. Dessa forma, depois das exposições é que se iniciam as discussões evidenciando as posições tomadas pelos participantes, como observado no exemplo (10).

<b>10</b>	<p><b><u>O Sr. NEILTON FIDELIS DA SILVA-</u></b> Vou ser breve.</p> <p>Eu acho que nós podemos não paralisar o processo. Na sua apresentação, Carlos, você já identifica no texto atual uma série de reflexões que nós temos que fazer. Eu acho que nós podemos, sim, fazer paralelamente as coisas. Nós temos que nos debruçar sobre o texto atual do Plano. Existem críticas estruturais, porque ele não diz como, quando, onde e por que e quanto custa. O exercício que o Jaques pensou inicialmente era se debruçar sobre esse texto atual, o que eu acho que não invalida, porque ele é a base para essa discussão. Não se paralisa o processo, junto com as redes- nós temos intervenções a ser feitas no texto-, continuando nesse processo de ter divulgados os planos setoriais, garantindo também essa etapa, a segunda etapa, a de consultas públicas, que ela seja com uma metodologia mais efetiva de resolução dos pontos.</p> <p><b><u>O Sr. CARLOS RITTL-</u></b> Desculpe-me. É uma pequena intervenção. Nós não achamos que o texto base é apenas o de 2010, tem que ser uma consolidação, um indicativo de como esse conjunto de políticas vai ser consolidado. Nós não temos nenhum indicativo.</p>	<b>AP#05</b>
-----------	--	--------------

As posições dos participantes das APs se referem a exposição e defesa de argumentos que compõem seu posicionamento em sociedade. Cada participante tem sua especialização ou conhecimento voltado para uma área específica da discussão; dessa forma pode posicionar-se de maneira com que defenda seu ponto de vista e abra espaço para discussões, como nos exemplos (11 e 12).

<b>11</b>	<p><b><u>O Sr. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI-</u></b> A primeira informação que eu gostaria de obter é se na questão específica do pré-sal nós já temos hoje tecnologia suficiente para podermos explorar essa fatia do pré-sal. Diante das informações que nos chegam — e foi motivo de muito debate aqui na Câmara dos Deputados o aspecto da divisão dos <i>royalties</i> do pré-sal —, digo que a mim causaram certa estranheza, porque, a partir do momento em que nós não temos qual a tecnologia, qual a dimensão, qual o volume a ser explorado, nós estaremos aqui legislando em cima de algo que ainda inexistente. Portanto, eu gostaria de que me dessem alguma informação sobre essa questão do pré-sal: se já há previsão de qual volume desse produto o Brasil vai explorar e de que maneira e de que forma se dará a segurança desse produto a ser explorado.</p>	<b>AP#01</b>
-----------	--	--------------

12	<p><b>O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS DE ALMEIDA</b> - Bem, Deputado Ricardo Tripoli, inicialmente, fazendo alguns comentários bem rápidos sobre os questionamentos que V.Exa. apresentou, eu diria o seguinte: em termos de estimativa de volumes do pré-sal, existem números preliminares e existem números potenciais. O total da reserva brasileira em volumes de barril de óleo equivalente, de petróleo, é de 17,9 bilhões. Então, a reserva provada brasileira é de 17,9 bilhões de barris de óleo equivalente. Apenas as áreas descobertas e já avaliadas do pré-sal podem alcançar 35 bilhões de barris adicionais. Não é reserva provada. É volume recuperável que vai se transformar em reserva com o passar do tempo e com a ampliação do conhecimento. Isso apenas nas áreas já avaliadas; existem ainda áreas com descobertas realizadas e ainda em avaliação, tanto por parte da PETROBRAS como por parte de outras empresas, sob o regime de concessão, e existem prospectos já mapeados em levantamentos sísmicos, que precisam ser perfurados para comprovar a existência efetiva do óleo e precisam ser avaliados para que possamos ter a exata noção do seu tamanho. Mas esses seriam os volumes já identificados...</p>	AP#01
----	--	-------

As diferentes escolhas que os participantes fazem impulsionam-nos a determinadas posições, mais privilegiadas ou não. Para Martin e White (2005), é interessante saber se o posicionamento é indeciso ou neutro, e quais são as suas posições de valor. Ao longo do discurso o falante vai deixando pistas, ou de certa forma, espaços que permitem aos outros participantes prepararem seu discurso a partir de um ponto específico que lhe chamou atenção, seja para complementar ou discutir o exposto, como no exemplo (13).

13	<p><b>O Sr. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho)</b>-Eu também gostaria de um comentário, de um esclarecimento a esse respeito, por parte tanto do IBAMA quanto do Ministério de Minas e Energia.</p> <p>Por outro lado, também não fui, na realidade, esclarecido o suficiente sobre os equipamentos ou as ações de contenção que cabem, evidentemente, em primeiro lugar, à empresa. Perdi aqui algumas explicações. Se já foi explicado, não será necessária nova exposição, porque virei depois, pela Internet. Nós pegamos a degravação da palestra pela <i>TV Câmara</i>. Mas, se ainda não o foi, como seria a reação a um evento de grandes proporções? O que seria se acontecesse amanhã — que Deus nos livre e guarde — um evento de grandes proporções? Qual a ação que o poder público brasileiro imediatamente poderia tomar, num cenário de acidente, de vazamento de grandes proporções no pré-sal?</p>	AP#01
----	--	-------

Com base em Martin e White (2005), o subsistema engajamento se concretiza por elementos que dialogam e se relacionam com a heteroglossia (BAKHTIN, 2010) em que toda comunicação verbal é dialógica, e a voz autoral se posiciona em relação a si mesma e em relação aos discursos de outros atores sociais envolvidos na interação linguística, revelando a influência de outros, ou indicando de alguma forma o que foi expresso anteriormente. Em termos gerais, com base na abordagem

de Martin e White (2005), não há exposição verbal (oral ou escrita) que não apresente em qualquer enunciado uma avaliação, mesmo que modesta.

14	<p><b>O Sr. SILVIO JABLONSKI</b>-O Marco Antônio já havia falado das reservas. Ele levantou <u>diversas</u> estimativas que variam. Hoje, na ANP, temos 15 bilhões em termos de reservas nacionais. Nós <u>supomos</u> que na <u>pio</u> das hipóteses nós dobraríamos essas reservas com o pré-sal até mais quinze, para dar 30 bilhões de barris, talvez 50 bilhões de barris, isso num horizonte muito <u>próximo</u>, até 2020. O que é mais <u>interessante</u> e também uma previsão da PETROBRAS é termos uma produção de petróleo — hoje a nossa produção de petróleo gira <u>em torno de</u> 2,2 milhões de barris por dia — em 2020, ou até <u>antes</u> de 2020, de 4 milhões de barris. Como somos <u>autossuficientes</u>, <u>mesmo</u> com uma curva de demanda <u>crescente</u>, nós vamos ser exportadores de petróleo, <u>poderemos</u> ser exportadores de petróleo. Esse é um dado <u>importante</u> para o Brasil.</p>	AP#01
----	--	-------

As posições de valor se caracterizam por marcas linguísticas e são influenciadas por formas de discurso que podem ou não comprometer quem os profere. Em um âmbito onde são discutidos temas relevantes para a sociedade em geral, é necessário prestar atenção aos compromissos e promessas assumidas da parte dos políticos, assim como às explicações, reivindicações e necessidades expostas pelos especialistas.

A forma de compreensão dos discursos vai além dos gêneros utilizados nas APs sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Dessa forma, torna-se relevante o foco em um aporte teórico como a LSF, mais especificadamente a metafunção interpessoal, com ênfase na modalidade para compreender se as realizações das escolhas linguísticas feitas pelos políticos e pelos especialistas os comprometem em seu discurso, e de que forma isso pode ser evidenciado.

Assim, o próximo capítulo destina-se a discussões teóricas acerca da LSF e suas contribuições nas análises linguísticas das APs que compõem o *corpu*.

## CAPÍTULO 3 – LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Este capítulo compreende as abordagens da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante designada LSF) que é uma teoria de descrição gramatical que apresenta sua base na função que a linguagem exerce nos diferentes eventos comunicativos. Seu objetivo é explicar como os indivíduos fazem o uso da linguagem e como ela é estruturada (EGGINS, 2004). Desta forma, neste trabalho são abordados os preceitos teóricos que viabilizem a análise linguística proposta. Na seção 3.1 são trabalhados os conceitos de significados interpessoais da linguagem, e na seção 3.2 são apresentados estudos prévios sobre modalidade. Na sequência 3.2.1 e 3.2.2 a abordagem recaí sobre modalidade e sua subdivisão em modalização e modulação. Após, em 3.3, são apresentados os verbos modais.

A LSF foi desenvolvida por Halliday e trouxe à linguística grandes contribuições, principalmente por dois fatores: por ser aplicável ao ensino e por se constituir de uma abordagem de análise textual (MEURER; BALOCCO, 2009). Apresentou-se como tendo um duplo estatuto, o de ser produtiva na descrição e interpretação da linguagem (GOUVEIA, 2009). Seu ponto de partida é a linguagem como um sistema potencial de significados que se compreende na interação com o contexto em uma estrutura social. Muitas são as áreas que fazem o uso da LSF, tais como análise do discurso, tradução, linguística de *corpus*, ensino de língua estrangeira, entre outras.

A importância da LSF está na busca pela compreensão de como a língua está estruturada, como constrói significados e o que é feito com a linguagem (HALLIDAY, 1985). Sua relevância para este estudo está no que concerne à análise linguística partindo do social, das interações cotidianas e das relações de hierarquia em sociedade. O foco da LSF está no significado e não na forma, tendo em vista que o significado, segundo Barbara & Macêdo (2009), determina a forma, pois se torna necessária à compreensão da estrutura para se compreender a linguagem em uso.

Em toda interação existe um processo de comunicação e um produto que é feito de escolhas, a isso se deve o conceito de texto da LSF, essencial para uma unidade semântica (HALLIDAY; HASAN, 1989). Para Halliday (1989), o texto advém de uma rede de sistemas, sendo um processo de seleção e de escolhas que são

feitas na troca entre os falantes. Cada texto é selecionado a partir do significado que o falante pretende atingir no meio em que se encontra.

As escolhas de interação e de texto são feitas pelo falante/ escritor de acordo com o meio e a situação em curso. Os usuários da língua precisam desenvolver uma consciência de que desígnios serão alcançados por meio dos textos que utilizam e que significados as palavras combinadas trarão em diferentes contextos. Para Halliday e Hasan (1989), o que envolve o contexto são os participantes, suas relações e características, a função do evento comunicativo e os meios e modos de como se dá a comunicação. Dessa forma, a linguagem funciona em contextos situacionais específicos, sem os quais ela pode tornar-se inútil, pois o contexto já antecipa o texto. Os contextos se referem a características (concretas e imediatas ou abstratas e remotas) pertinentes ao discurso que está sendo produzido (HALLIDAY, 1989). Os ângulos de contexto sugeridos por Halliday e Hasan (1989) são vistos como contexto de situação (campo, relações, modo) e o contexto de cultura.

O ambiente imediato, segundo Halliday e Hasan (1989), não é suficiente para que ocorra uma análise linguística mais aprofundada. Nesse sentido, o contexto de cultura traz as interações verbais via linguagem como objeto de estudo, incluindo os participantes e os fatores que constituem uma história cultural.

Cada variável do contexto está diretamente ligada a uma função, uma vez que o entendimento das ações e experiências no mundo é construído pelos usuários da língua a partir de significados designados por Halliday (1989) como metafunções: ideacional, interpessoal e textual, que representam escolhas linguísticas com objetivo de originar significados. A Figura 3 representa as três metafunções.

Conforme Gouveia (2009), a linguagem pode exercer a função de representação, sendo uma forma de codificar as experiências e reproduzir a realidade circundante, de uma forma linguística. Halliday e Matthiessen (2004) postulam que há uma diferença entre o mundo interior do indivíduo (sua consciência, emoção, imaginação) e o mundo exterior (ações e eventos) nas experiências vivenciadas. A partir desses dois âmbitos experienciais é possível identificar ou caracterizar fragmentos e fazer relações de suas experiências, sendo esta a metafunção ideacional. A metafunção ideacional experiencial realiza-se por meio do sistema de transitividade, e a lógica materializa-se nas relações semânticas entre as orações.

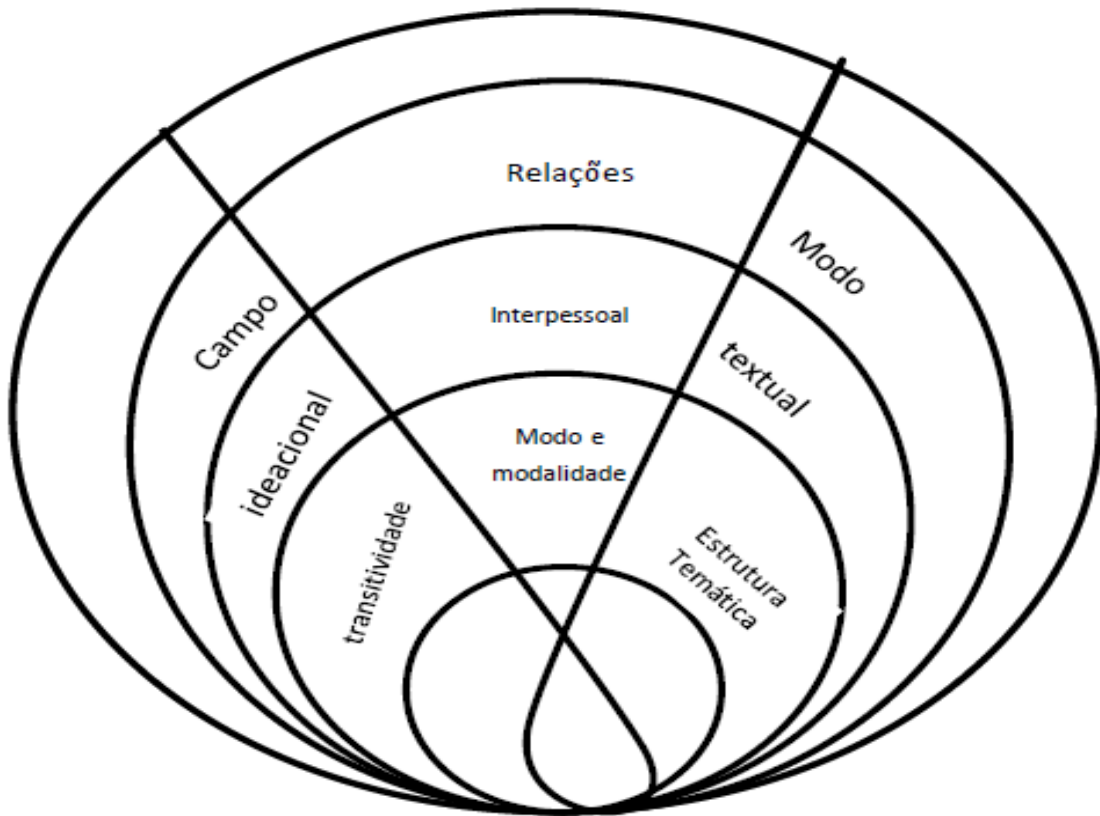


Figura 3 – Metafunções da linguagem

Fonte: Adaptado de Fuzer e Cabral, 2014, p. 33.

Na segunda metafunção, a interpessoal, a linguagem é utilizada como um recurso de interação em um evento de fala e expressa tanto o mundo interno como externo do indivíduo. Usa-se a linguagem para construção de significados interpessoais em um evento interativo em que posições e relações sociais são realizadas por meio do sistema de modo e de modalidade (HALLIDAY, 1994).

A metafunção textual possibilita que as unidades linguísticas mostrem como a mensagem se organiza. No nível léxico-gramatical, realiza-se pela estrutura temática e constrói, segundo Matthiessen (2005), os significados ideacionais e interpessoais para que a mensagem seja passada pelo falante e entendida pelo seu interlocutor. A estrutura de organização do que é falado ou escrito existe e ocorre no nível da oração, construída na gramática da língua.

A linguagem em si é uma forma de negociação, de troca de significados, e esses significados são construídos pelos seres humanos em cada sociedade, pois se diferenciam de cultura para cultura. Todos os códigos e valores sociais são concebidos de forma social por meio da linguagem; assim são caracterizados de

acordo com as diversas culturas e línguas existentes, pois via de regra contextos diferentes trarão naturalmente escolhas linguísticas diferentes.

A grande importância está no uso da linguagem como interação verbal, para assim conhecer as relações sociais entre os indivíduos em um mesmo evento comunicativo. O foco deste trabalho está na metafunção interpessoal, especialmente na modalidade como exposição do grau de comprometimento de políticos e especialistas nos discursos proferidos em APs. Em adição, torna-se relevante a abordagem de como ocorrem os significados interpessoais que veiculam as trocas na linguagem, assunto a ser exposto na próxima seção.

### 3.1 Significados Interpessoais

Os significados interpessoais manifestam diferentes aspectos no processo de interação: entre falante/escritor<sup>16</sup> e ouvinte/leitor: relações hierárquicas entre participantes, o tipo de audiência, a negociação e o envolvimento dos interactantes, além do grau de comprometimento com o seu dizer e de avaliações do mundo e dos objetos semióticos.

Para Halliday e Hasan (1989, p. 20), “as orações não são somente a representação da realidade; elas são também a peça de interação entre falante e ouvinte”<sup>17</sup>. As formas com que falante e ouvinte interagem, além de construírem significados reais, movimentam as ações nas práticas sociais.

Nos componentes interpessoais, as orações são vistas com a função de troca: o falante faz de certa forma uma pergunta, requer algo, e o ouvinte assume o papel daquele que vai responder à pergunta ou executar a ação solicitada. Dessa forma, a função de troca se refere a **dar**, que implica receber, e **solicitar**, que implica dar como resposta (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 107). Nas APs, o intuito está em compreender como é construído o significado a partir da interação e

---

<sup>16</sup> Neste texto, usam-se os termos “falante, locutor, autor, político, convidado e especialista” para indicar o autor das elocuções proferidas nas APs.

<sup>17</sup> “The sentence is not only a representation of reality; it is also a piece of interaction between speaker and listener”(HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 20).



como o falante usa a linguagem para interagir com outras pessoas, neste caso, políticos **X** convidados.

A linguagem exerce dois papéis fundamentais nas interações: **dar** e **solicitar** são determinados pelo valor trocado que, quando se refere a informações, é uma declaração ou uma pergunta que resultará em uma **proposição**. Já quando o valor trocado for bens e serviços, dar será uma oferta e solicitar um comando que consistirá em uma **proposta**. O falante pode estabelecer, em suas escolhas, papéis sociais que indiquem negociação. Dessa forma, esses significados têm a influência da variável contextual relações, que diz respeito aos participantes envolvidos na situação comunicativa, quem é o falante e o ouvinte.

O Quadro 2 sintetiza as funções de fala, segundo a LSF.

Papel na troca	Valor trocado	
	INFORMAÇÕES	BENS E SERVIÇOS
<b>DAR</b>	DECLARAÇÃO Ele apagou a luz.	OFERTA <i>Você quer apagar a luz?</i>
<b>SOLICITAR</b>	PERGUNTA O que ele fez?	COMANDO <i>Apague a luz.</i>
	<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>PROPOSTA</b>

Quadro 2 – Funções da fala

Fonte: Adaptado de Fuzer e Cabral (2014, p. 105) com base em Halliday (1994).

Os significados interpessoais envolvem mais que papéis sociais, envolvem também as relações estabelecidas por meio do grau de formalidade que é exercido pelo falante ao utilizar a modalidade.

Nessa relação, em que circulam significados interpessoais que permeiam a troca de proposições ou propostas em uma interação, existem outros aspectos que também auxiliam os movimentos interativos em um diálogo (MARTIN; MATTHIESSEN; PAINTER, 2010). Cada alternativa de troca apresenta um *status* diferente que vai depender do papel exercido pelo falante, pois se pode dar ou exigir algo em troca. Este auxílio vem do Sistema de modo, como é determinado na Gramática Sistêmico-Funcional que pode ser declarativo, interrogativo e imperativo. Esses modos representam as oscilações existentes nas trocas interativas.

O Quadro 3 condensa os três tipos de modo.

Valor trocado			
PROPOSIÇÕES - Modo oracional			
DECLARAÇÃO		PERGUNTA	
Ele apagou a luz.	<b>Declarativo</b>	O que ele fez?	<b>Interrogativo</b>
PROPOSTAS- Modo oracional			
OFERTA		COMANDO	
Você quer apagar a luz?	<b>Interrogativo</b>	Apague a Luz.	<b>Imperativo</b>

Quadro 3 – Funções de fala e seus modos oracionais típicos

Fonte: Adaptado de Fuzer e Cabral (2014, p. 108).

As orações apresentadas no modo interrogativo realizam-se por meio de perguntas ou questões que gerem respostas como sim/não, podendo ser expressas também por perguntas QU-. Seguidamente, as orações declarativas apresentam-se exclamativas e não-exclamativas. Por fim, as orações imperativas expressam comando, geralmente por indicação de um verbo.

O uso da linguagem se dá ao codificar significados de atitudes, avaliações em interações sociais, que podem ser elaborados a partir de diversos recursos. De acordo com as escolhas do falante, as expressões de significados podem ser feitas com graus de certeza, e isso possibilita uma aproximação ou distanciamento dos ouvintes (MARTIN; WHITE, 2005).

Quando se trata de proposta, (troca de bens e serviços), o ouvinte tem a opção de aceitar ou rejeitar a oferta, obedecer ou recusar o comando que lhe foi dado, tendo em vista uma ação em andamento (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

De acordo com os mesmos autores, a proposição, troca de informações, é mais complicada e demora mais tempo para ser desenvolvida, porque ela não foi feita apenas para ser desenvolvida, mas espera uma resposta do ouvinte em afirmação ou negação, ou completa a informação que está sendo dada. A grande questão é que, nas declarações e perguntas, o que se manifesta como mercadoria é a própria linguagem, que é o essencial na troca (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

A Figura 4 mostra um resumo do que foi exposto nesta seção, compreendendo nos significados interpessoais, os modos e os papéis de fala.

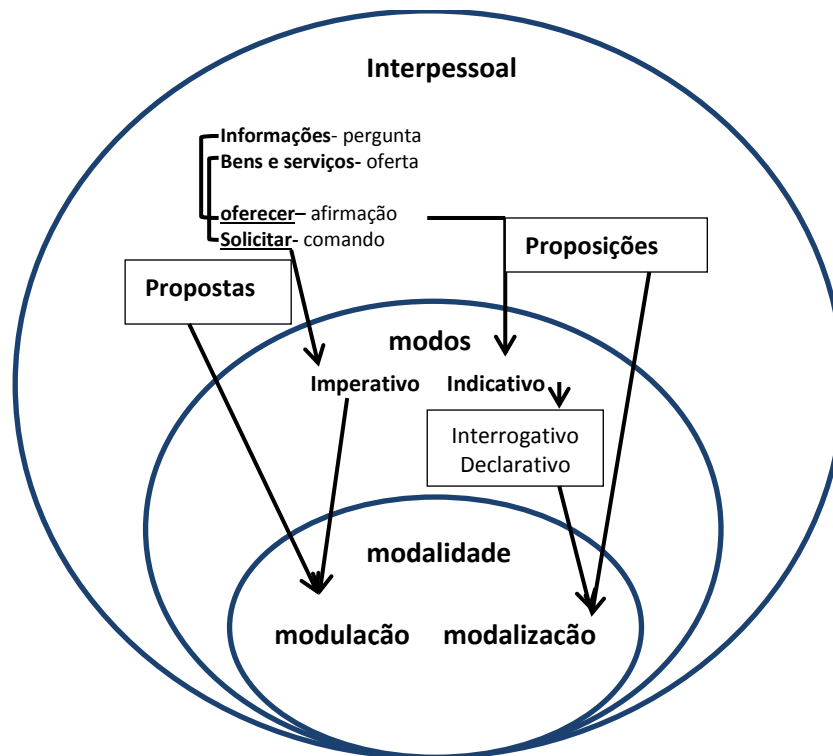


Figura 4 – Significados Interpessoais

Fonte: Adaptado de Halliday e Matthiessen, (2004).

A Figura 4 mostra como os modos oracionais estão posicionados na relação de proposições e propostas, colaborando assim, com as incidências de modalidade nos discursos. O modo indicativo, ao indicar uma ação, um estado certo, acaba por operar as proposições; já o imperativo, tratando de indicar uma ordem, conselho ou pedido recai sobre as ocorrências de propostas.

Nota-se que a apresentação da Figura 05 possibilita um melhor entendimento dos significados interpessoais em termos de modos oracionais e da localização da modalidade e suas categorias na metafunção interpessoal. Desse modo, a seção seguinte destina-se à exposição de estudos realizados na área de interesse deste trabalho, a modalidade.

A seguir na seção 3.2 apresentam-se estudos e conceitos sobre modalidade, um dos focos deste trabalho.

### 3.2 Modalidade

A modalidade é um recurso que existe praticamente em todas as línguas do mundo. Entretanto, de acordo com Rego (2000), há uma variação que pode ser considerada significativa entre elas. Segundo o autor, as línguas são mais similares sistemicamente do que em relação à estrutura umas das outras.

As funções de interação encontram-se em todas as línguas e podem ser analisadas da mesma forma, com o foco na troca de informações e bens e serviços. Assim, a partir de agora, tendo em vista o foco do estudo na modalidade em textos produzidos em contextos reais de uso da língua, em língua portuguesa, são apresentados primeiramente exemplos de usos e categorias de modalidade possíveis em outras línguas, como o francês, o alemão, o espanhol, além do português.

Caffarel, Martin e Matthiessen (2004, p. 04) presumiram que para se ter uma gramática de apoio a todas as línguas, seria necessário que ela apresentasse o maior número de exemplos ricos e abrangentes, possíveis de investigações em discurso. De acordo com Halliday (1994), a teoria sistêmico-funcional tem se mostrado flexível e capaz no trabalho com uma ampla gama de questões sobre línguas diversas.

É possível conceber que as línguas, a partir de suas escolhas, apresentem individualmente ricas possibilidades de comunicação em uma interação social. Da mesma forma que no inglês, em francês os principais estudos são realizados a partir da *Systemic Functional Grammar of French*, por Caffarel (2006). Embora a estrutura de modo no francês seja diferente da língua inglesa, a modalidade pode ser expressa da mesma forma, tanto por um verbo modal como por um Adjunto modal, caracterizando-se como troca de informações e bens e serviços, levando em consideração os mesmos modos oracionais. No francês os tons são importantes para a realização das opções de modo.

Os verbos modais mais típicos do francês são *devoir* (dever) que pode da mesma forma, indicar obrigação *Elle **doit** travailler beaucoup pour payer le loyer*<sup>18</sup> e *pouvoir* (poder) que pode indicar probabilidade: *Vous **pouvez** venir le matin ou le*

---

<sup>18</sup> Ela deve trabalhar muito para pagar o aluguel.

*soir*<sup>19</sup>. Tanto do ponto de vista dos modos e significados interpessoais quanto dos verbos, as duas línguas (inglês e francês) são parecidas. No francês, da mesma forma que no inglês, Caffarel (2006, p. 120) apresenta a modalidade tendo como noção principal a troca, o que para a autora é a “base para interpretar a semântica interpessoal das funções discursivas”.

Na língua alemã, os estudos-base foram realizados por Steiner e Teich (2006), que expõem, da mesma forma que nas outras línguas, os três modos oracionais. Na questão de modalidade, modalização e modulação são realizadas por verbos ou Advérbios modais, e também pode ocorrer por polaridade negativa expressa pelo advérbio *nicht* (não). Além dos verbos modais e Adjuntos, no alemão apresenta-se um grande número de partículas modais que acrescem vários tipos de significados às orações interpessoais. Essas partículas modais são típicas da gramática do alemão (STEINER; TEICH, 2006, p. 151). Uma particularidade da língua é que a modalização e a modulação são desassociadas do finito, sendo a responsabilidade modal não direcionada ao modo oracional.

Os verbos modais em alemão mais utilizados são *sollten* (dever) *Ich **sollte** mit dir gehen*<sup>20</sup> e *könnten* (poder) *Sie **können** Kuchen essen*<sup>21</sup>. Os verbos modais implicam, do mesmo modo que em outras línguas, uma avaliação subjetiva do autor da mensagem que é feita para envolver o ouvinte na relação da troca dialógica no momento do evento comunicacional.

A língua espanhola apresenta considerações quanto à modalidade da mesma forma que no inglês. Os estudos de Ghio e Fernández (2008) na língua espanhola apontam para as mesmas divisões de modalidade em modalização e modulação. As autoras apresentam como principais verbos modais descritos como operador modal finito se apresentam o *puede* (poder) *Se **puede** jugar a la pelota hoy*<sup>22</sup>, e *debe* (deber) *Debes cantar ahora*<sup>23</sup>, e também o *soler* e o *tener*, entre outros. Assim como os verbos modais, na língua espanhola encontram-se Adjuntos modais que auxiliam na realização de modalidade.

---

<sup>19</sup> Vocês podem vir de manhã ou de noite.

<sup>20</sup> Eu deveria ir com você!

<sup>21</sup> Você pode comer o bolo!

<sup>22</sup> Você pode jogar bola hoje.

<sup>23</sup> Você deve cantar agora.

Várias foram as línguas já descritas pela LSF. A descrição de uma língua implica na sua interpretação como fonte de um rico recurso em que são criados diferentes significados em contextos de cultura específicos a cada sociedade. Os significados que os verbos modais expressos remetem podem ter diferentes sentidos tanto de modalização quanto de modulação, dependendo da língua em análise.

Na língua portuguesa, existem vários estudos sobre o uso de modalidade, porém a maioria não na perspectiva sistêmico-funcional. Alguns autores como Neves (1996) e Mira Matheus et al (1989) têm como base em seus estudos iniciais as definições aristotélicas. Pode-se apontar alguns estudos de base funcionalista de autores como Neves (2006), Castilho (1992), Pinto (1994), Dall’AglioHattner (1996), Steffler (2013), entre outros.

As definições sobre modalidade, embora elaboradas por diferentes autores, visam a uma mesma perspectiva, a do falante/produzidor ganhar credibilidade por meio de seu discurso com expressões de dúvidas e incertezas expressas em interações, mas de modo razoável perante seu interlocutor. Essa possibilidade de se analisar a modalidade em um discurso, seja ela epistêmica ou deôntica, deve-se ao fato de avaliar de certa forma o comprometimento do falante com aquilo que ele diz em determinadas situações.

Para Castilho (2002), a modalidade é definida como uma estratégia ao apresentar o conteúdo de uma proposição de forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não polar) e jussiva (imperativa ou optativa). As várias formas de se considerar modalidade em língua portuguesa derivam de várias concepções, porém o cerne de avaliação da proposição parte do mesmo princípio. De acordo com Pinto (1994), a modalidade vem a ser uma projeção de um tipo de interação que o interlocutor deseja estabelecer, tendo como intermédio o mundo, ao se comunicar com o seu receptor.

De acordo com Neves (2006), o conceito de modalidade é visto como uma categoria “automática, já que não se concebe que o falante deixe marcar de algum modo o seu enunciado em termos da verdade do fato expresso e de imprimir nele certo grau de certeza sobre essa marca”. Para a autora, a modalidade pode se realizar pelo uso de modalizadores não apenas como verbos, mas destacados como “modos de expressão da modalidade que operam diferentemente no fazer do enunciado” (NEVES, 2006, p. 65).

Na mesma perspectiva, Steffler (2013) relaciona modalidade ao “tipo de relação expressa entre o locutor e o enunciado por ele produzido”, ou seja, uma forma de representação da ação ocorrida. Steffler (2013) define a primeira como aquela que visa a estabelecer uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade de um evento, relacionando-se, portanto, ao eixo do saber. Já a deôntica, na visão do autor constitui, basicamente, a expressão linguística das relações de poder na sociedade, relacionando-se ao eixo do dever.

Conforme Castilho e Castilho (1992, p. 200), as modalidades “sempre verbalizam a atitude do falante com respeito à proposição”. Alguns exemplos de modalidade epistêmica podem ser vistos em **(15)** e **(16)**.

15	Vamos discutir, vamos trazer essa discussão, também para colaborar. Com isso não quero dizer, nem tenho instrumentos para tanto, qual é o grau de afetação nessas áreas no que diz respeito à manutenção do bioma. <b>Pode</b> ser que os estudos realmente comprovem que aquele empreendimento não causa danos maiores, que o seu custo-benefício é necessário.	AP#03
----	--	-------

16	A sociedade buscou o Legislativo: “Monta uma CPI”. Aí montamos uma CPI. Eu vou dizer isto, e o que vou colocar <b>pode</b> até não agradar à turma, mas é muito importante: nós temos que avançar, temos que evoluir, mas não podemos nos apartar da legalidade, senão vai virar anarquia.	AP#06
----	--	-------

Os exemplos **(15)** e **(16)** mostram condições expressas, por Neves (2006) de modalidade epistêmica em diferentes graus da escala. Referem-se ao eixo do saber, portanto constituem proposições.

As passagens **(17)** e **(18)** constituem exemplos de modalidade deôntica, expressos também em diferentes graus da escala, indicando obrigação ou permissão. Como se referem ao eixo do dever, são propostas.

17	Entre 1907 e 1920, o potencial hidráulico foi ampliado em 600%. Fora do eixo Rio-São Paulo, em 1903, Delmiro Gouveia fazia a Hidrelétrica de Angiquinho. <b>Podemos</b> ver nesta imagem a distribuição atual. Das 202 hidrelétricas em operação, são 81.966 megawatts que abastecem o nosso País. Há 11 hidrelétricas em construção.	AP#03
----	---	-------

18	Outra informação, falou-se sobre a cura do câncer. Falou-se que nós impedimos a cura do câncer. Acho que todos leram isso. Acho que os cientistas <b>poderiam</b> ter ajudado. Vou ler algo a esse respeito.	AP#06
----	--	-------

Os quatro exemplos correspondentes às duas categorias de modalidade expressas ilustram a subdivisão de modalidade em modalização (modalidade epistêmica) e modulação (modalidade deôntica) e seus diferentes graus. Com base em Matthiessen, Teruya & Wu (2008), algumas línguas colocam em primeiro plano de uso a evidencialidade<sup>24</sup> e não a modalidade, e ainda não apresentam em seu uso a modalização e a modulação juntas como um sistema unificado.

As realizações concretas de significados da língua ocorrem nos textos/enunciados, e a forma com que o falante/escritor assume o seu discurso deixa marcas, sejam elas de comprometimento ou distanciamento na intenção comunicativa corrente. Para Halliday (1994), a concepção de modalidade é abordada a partir dessa atitude do falante em relação ao seu enunciado.

A modalidade surgiu da busca de estudiosos pela elaboração de um sistema em que as proposições fossem abordadas de forma coerente e precisa. Encontra-se no nível interpessoal da linguagem e é caracterizada como um evento de fala e de construção de significados.

A modalidade é vista, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004), como uma forma de o falante/escritor manifestar pedidos e/ou julgamentos, uma vez que ela possibilita suavizar o discurso ou colocá-lo de forma impositiva. Já para Palmer (2001), a modalidade pode ser vista como uma categoria gramatical, que indica possibilidades de descrição e comparação entre as línguas. Para o autor, a modalidade relaciona-se de forma semântica com todo o enunciado e não apenas com o verbo (PALMER, 2001, p. 02).

O autor ainda faz a relação de modalidade com o conceito de *realis* e *irrealis*. Conforme Palmer (2001), *realis* indica uma situação atual que ocorreu ou está ocorrendo de forma a ser observável diretamente. Já *irrealis* são situações que ainda estão no âmbito do pensamento, são cognitivas (PALMER, 2001, p. 1-2). O próprio autor argumenta que não é necessário utilizar a noção de *realis* e *irrealis* para a análise, mas que esta pode contribuir para as características que determinam as proposições (PALMER, 2001, p. 2).

As proposições (troca de informações) são tratadas como modalização e apresentam-se como centro dos polos de afirmação e negação. Já as propostas (troca de bens e serviços), vistas como modulação, identificam-se como polos de

---

<sup>24</sup> Evidencialidade é um domínio semântico que pode ser trabalhado como categoria linguística e está diretamente ligada ao grau de comprometimento do falante com seu discurso.



determinação e de proibição, em atos definidos por Palmer (1986, p. 18) como “desempenhados por agentes moralmente responsáveis”<sup>25</sup>. Quando se trata de modalidade, a linguística já pressupõe a relação existente entre enunciado e enunciador, seja ele de proposição ou de proposta.

Os contrastes entre os dois tipos de modalidade epistêmica e deôntica caracterizam-se de acordo com Palmer (2001) em uma estar preocupada com o julgamento de uma proposição e a outra com a ação em uma proposta. Nota-se nos exemplos **(19)** utilizado para indicar modalidade epistêmica e **(20)** modalidade deôntica.

<b>19</b>	Que se deem as possibilidades que o Ministério de Minas e Energia <b>pode</b> nos apresentar, e ele está fazendo seu dever de casa com as energias alternativas.	<b>AP#01</b>
<b>20</b>	O nosso substitutivo, que perdeu e teve 15 votos em 55, dizia que se mantinha a anualidade, não tocava na taxa. Outra coisa que essa lei permite é que a mesma pessoa que faz a inspeção <b>pode</b> vender peça, vender combustível. Aqui, isso é permitido. A lei anterior não permitia. No nosso substitutivo também.	<b>AP#04</b>

Em relação à Língua Portuguesa, a língua inglesa oferece uma gama de escolhas muito maior no que diz respeito às opções de modais existentes. Em um discurso oral ou escrito, a modalidade deôntica, ao contrário da epistêmica, pode expressar a concessão de permissão para que uma ação possa ser executada. Também pode ter referência às restrições impostas por leis sociais.

Halliday e Matthiessen (1999, p. 526) afirmam que a “modalidade é um rico recurso para falantes assumirem o controle de seus próprios pontos de vista no discurso: suas avaliações do que é provável ou típico, seus julgamentos...”<sup>26</sup>. É um modo de expressão que leva o falante a avaliar e ao mesmo tempo ser avaliado pelo seu interlocutor. Pode ser vista como um contínuo, na forma de responsabilidade com que os falantes assumem ao transmitirem sua mensagem, o quanto são categóricos/assertivos ou não. É desse modo que ocorre a elaboração de seu ponto de vista durante a interação.

<sup>25</sup> Played by morally responsible agents.

<sup>26</sup> "Modality is a rich resource for speakers invade your own points of view in discourse: their assessments of what is probable or typical, their judgments...".

A linguagem é uma ferramenta de troca; cabe ao falante direcionar-se a outro participante na interação e expor suas intenções, que tanto podem ser de informações, das quais se espera uma resposta verbal em troca, quanto de bens e serviços que a resposta vem a ser um objeto um ação, em que a linguagem pode ou não acompanhar. As escolhas léxico-gramaticais, no sistema de modalidade, distribuem-se em a) tipos de modalidade; b) orientação; c) valor; d) polaridade, como se apresenta na Figura 5.

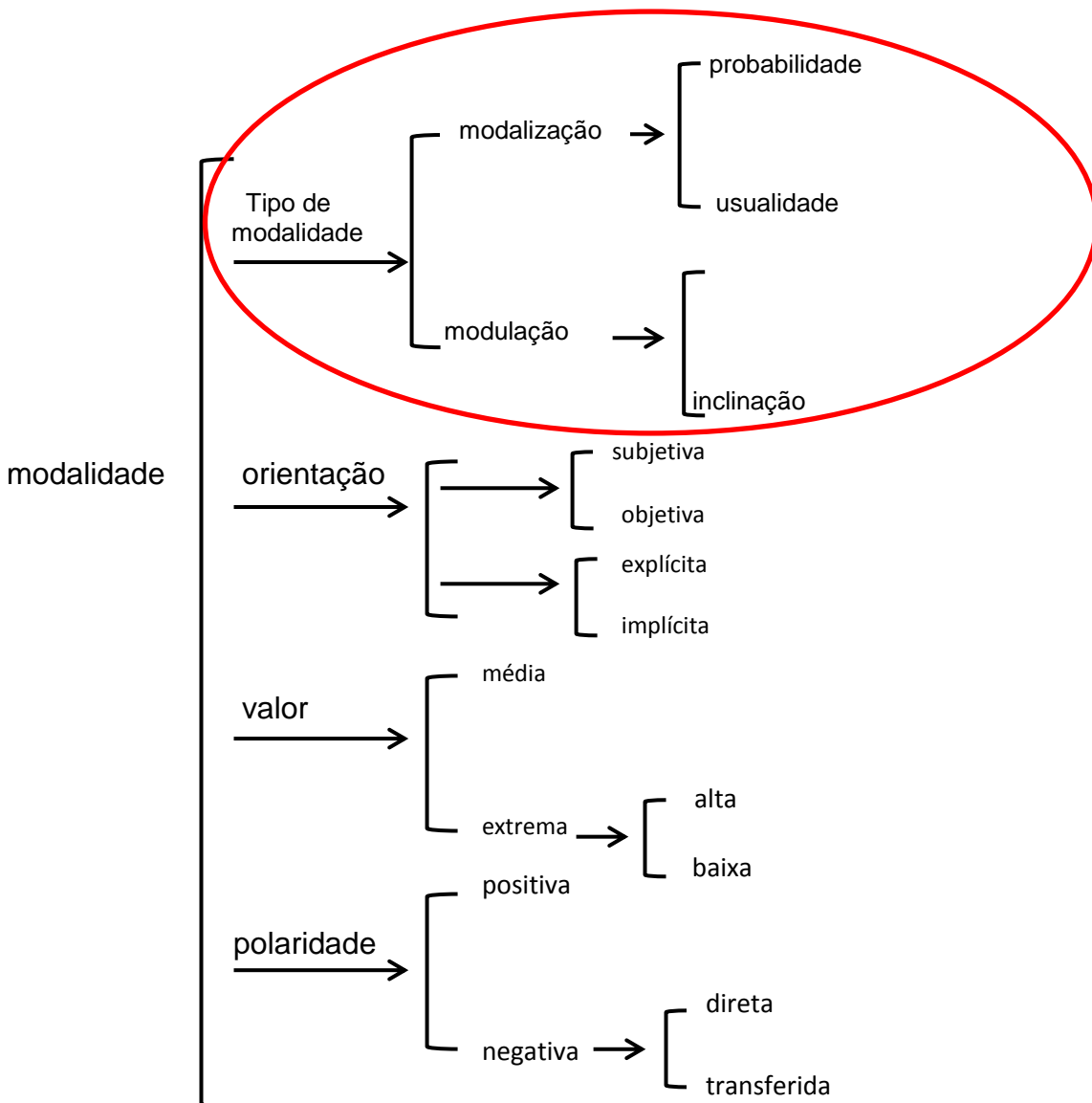


Figura 5 – Sistema de modalidade

Fonte: Adaptado de Halliday e Matthiessen (2004, p. 150).

A linguagem é uma ferramenta de troca; cabe ao falante direcionar-se a outro participante na interação e expor suas intenções, que tanto podem ser de informações (modalização), das quais se espera uma resposta verbal em troca, quanto de bens e serviços (modulação) que a resposta vem a ser um objeto, uma ação, em que a linguagem pode ou não acompanhar.

Assim, o exame da modalidade pode ocorrer à luz da responsabilidade do falante, se sua proposição ou proposta expressa é aceita por seu interlocutor. De acordo com o exposto, o falante pode apresentar duas visões, uma objetiva que determina uma qualidade de si mesmo, ou uma subjetiva que implica em sua própria atitude. Sua apresentação pode ser de forma explícita, de forma com que seja expressa em uma oração separada, ou implícita tendo em vista o processo verbal corrente na mesma oração.

As possibilidades existentes entre os polos positivo e negativo assumem graus, de diferentes valores, que disponibilizam a interpretação em variadas escalas de incerteza, o que se deve à modalidade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). A modalidade expressa também, nesses graus, as escolhas que podem ser feitas pelo falante de acordo com os propósitos que ele busca alcançar por meio da interação, comprometendo-se ou não com o que é dito.

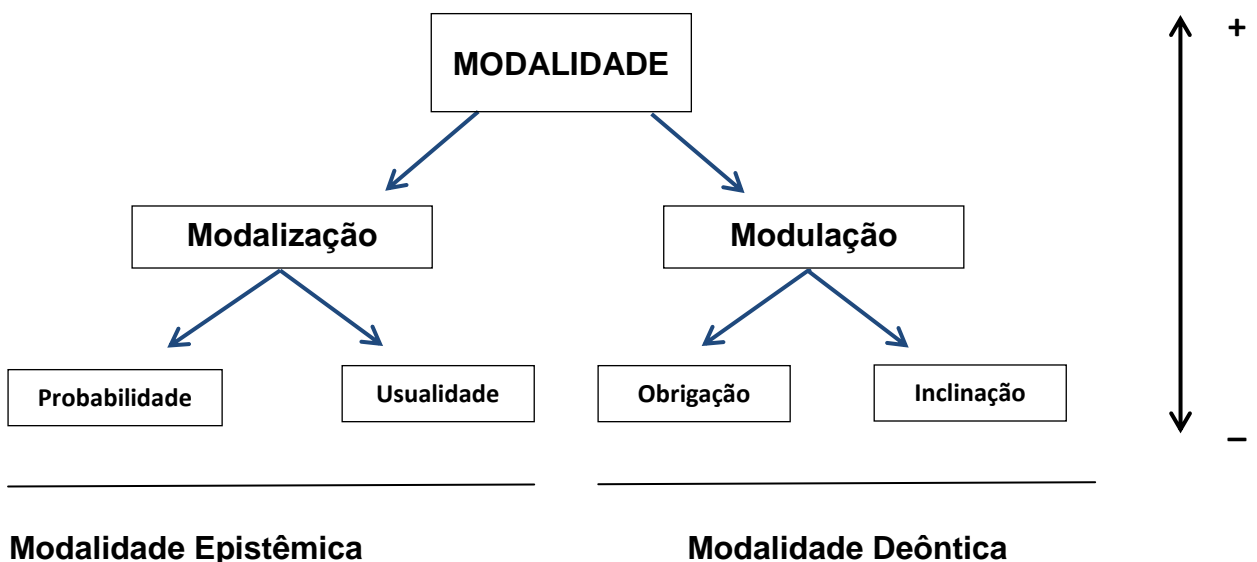


Figura 6 – Tipos de modalidade

Fonte: Adaptado de Fuzer & Cabral (2010, p. 119).

Ao passo que foi apresentada a conceituação de modalidade, seguem a partir das duas próximas seções, as subdivisões em modalização e modulação.

### 3.2.1 Modalização

Esta seção está destinada a discutir e exemplificar a modalidade epistêmica, considerada na GSF como modalização. A modalização refere-se a proposições, ou seja, troca de informações. De acordo com Halliday e Matthiessen (2004) a modalização como um recurso do sistema linguístico, aponta o grau de veracidade ou credibilidade que aferimos às nossas proposições sobre as coisas do mundo. Essa é uma forma de posicionamento que os falantes assumem nas proposições, colocando-as como verdadeiras ou não.

Para Fontaine (2013, p. 121), modalização “é uma espécie de sentido conotativo relacionada com o grau de certeza que o falante quer expressar sobre o que ele ou ela está dizendo ou a estimativa de probabilidade associada ao que está sendo dito”<sup>27</sup>; ou seja, o modo como o falante se posiciona ao assumir o discurso na interação.

Os significados expressos por meio da modalização são dois: probabilidade e usualidade (HALLIDAY, 1994). A probabilidade refere-se à veracidade da proposição, ao comprometimento com que o orador expressa algo que acontece ou pode ser mais ou menos verdadeiro. No segundo, a usualidade, são expressos graus de frequência com que algo acontece.

Eggin (2002) descreve que a modalização pode ser uma gramática rica, principalmente no que concerne à expressão de nuances em relação à expressão de probabilidade e usualidade, ou seja, possibilita as mais diversas formas de tornar as tentativas discursivas expressas, verdadeiras.

Ao citar probabilidade e usualidade, expõe-se que há diferentes graus que permeiam esses significados; eles estão definidos em escalas que lhes permitem ser mais ou menos comprometedores. Os graus também são vistos na escala pelos

---

<sup>27</sup> Epistemic modality, called modalization in SFL terms, is a kind of connotative meaning relating to the degree of certainty the speaker wants to express about what he or she is saying or the estimation of probability associated to what is being said.

polos positivo e negativo que influenciam no comprometimento do enunciado por parte do falante.

A título de ilustração, apresenta-se a Figura 08.

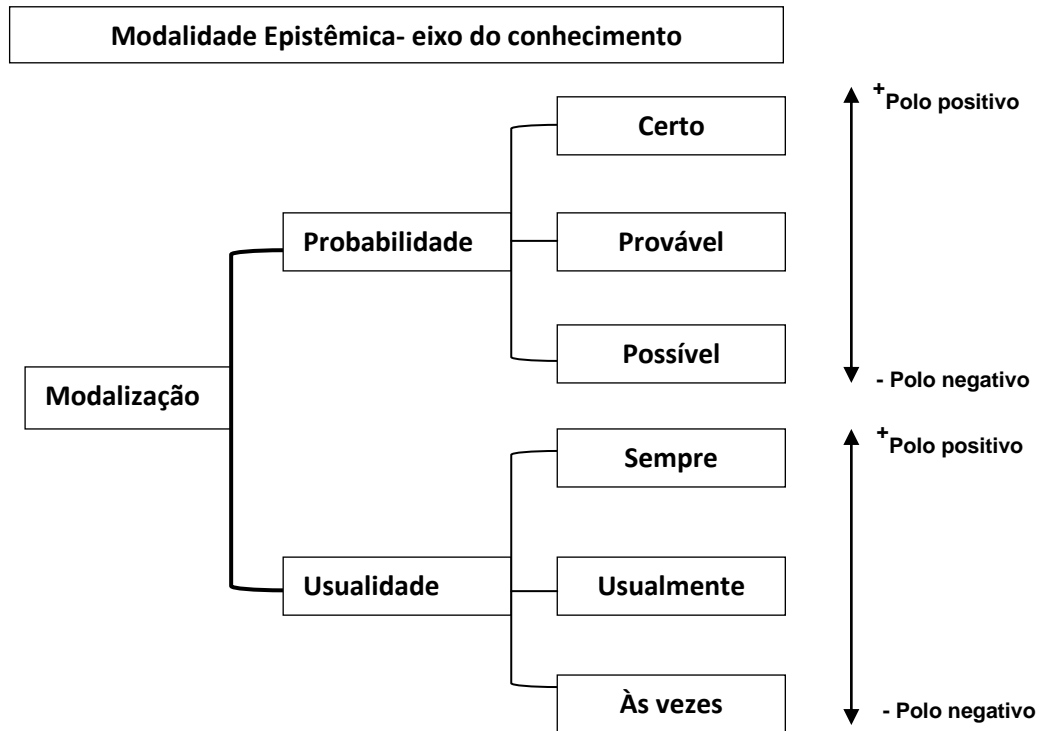


Figura 7 – Tipos e graus de modalização

Fonte: Adaptado de Halliday e Matthiessen (1994).

As passagens **21**, **22** e **23** foram retiradas do *corpus* com o intuito de exemplificar os conceitos de modalização por probabilidade expostos anteriormente.

21	E quem, no mundo, em sã consciência, <b>pode</b> desconhecer os serviços ambientais que a Amazônia proporciona não só ao Brasil, mas ao mundo, como eu disse no começo?	AP#01
22	Enfim, não cabe aqui discutir essa colocação da FIRJAN. Mas o fato é que uma das funções do Governo Federal <b>poderia</b> ser de articular vários Estados. Eu estou tentando, informalmente, ver se São Paulo...	AP#05
23	<b>Pode</b> ser carro muito bonito, <b>pode</b> ser carro do ano, com quantas válvulas for, mas nada disso vai atender as nossas necessidades, e não são esses modelos alternativos, muito mais de arremedo, que vão conseguir dar conta da nossa necessidade.	AP#04

Se a proposição é a troca de informações, ela pode ser negada ou afirmada; o exemplo **(21)** expressa modalização indicando probabilidade em grau alto. A atitude expressa pelo falante é a forma que ele tem para se posicionar diante o seu interlocutor, seja positiva ou negativamente, já que a modalização expõe o seu comprometimento implícito na proposição. O exemplo **(22)** apresenta a modalização probabilidade como possibilidade em um grau baixo da escala. As formas de expressar comprometimento com o que é dito referem-se ao encaixe do falante no texto/discurso por meio da modalização. Assim, o exemplo **(23)** expõe um alto grau de comprometimento, utilizando a modalização probabilidade como certo.

A modalização pode expressar tanto o grau de comprometimento e a frequência de modo explícito quanto implícito, podendo ser expressas de forma passiva uma afirmação, dúvida, qualificação, mistura ou retorno ao que foi dito (HALLIDAY, 1994), auxiliando na intenção comunicativa.

De acordo com a GSF (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), há predominância de alguns recursos léxico-gramaticais que expressam os significados epistêmicos. Além dos verbos modais, constantes nos exemplos acima, Halliday (1994) lista os Adjuntos de modalidade descritos também como recursos para se realizar, na modalização, (a)probabilidade: *provavelmente, possivelmente, certamente, talvez*; (b) usualidade: *às vezes, sempre, nunca, raramente*. Tais adjuntos expressam, nas proposições, graus de comprometimento do indivíduo com o que diz ou escreve, pois ele é responsável pelo sucesso da proposição.

Para os autores que trabalham com a modalidade em língua portuguesa, como Castilho e Castilho (1992), a “modalização” refere-se a uma estratégia que pode ser utilizada pelo falante para expressar seu relacionamento com o conteúdo da proposição, de uma forma a avaliar seu teor de verdade ou expressar seu julgamento. Dall’Aglio-Hattner (1996) considera a proposição um “fato possível”, podendo ser considerada verdadeira ou falsa.

Neves (2006) expressa os significados da modalidade epistêmica (modalização) da mesma forma que Halliday (1994) como uma avaliação do comprometimento do falante com o que ele diz. De acordo com Santos (2010), quando o enunciado é modalizado de forma epistêmica, a probabilidade é qualificada pelo falante de forma que o conteúdo da proposição seja ou possa tornar-se verdadeiro. A expressão de modalização em Neves (2006) é vista com a

exemplificação dos graus expressos em necessidade epistêmica (24) e possibilidade epistêmica (25).

24	no momento do inventário esse processo <u>deve</u> ser aberto, com a participação dos interessados, com as populações indígenas, mas de forma clara.	AP#01
----	--	-------

25	Esta é uma discussão da qual não <u>podemos</u> nos omitir.	AP#01
----	---	-------

Os exemplos (24) e (25) mostram a elaboração de proposições com o uso de verbos modais. Schlee (2008) considera que, em língua portuguesa, as proposições também possam ser elaboradas a partir de verbos, auxiliares modais, verbos indicadores de opinião, crença, saber (*achar, crer...*), advérbios (*provavelmente*) e categorias gramaticais de tempo, aspecto, modo do verbo. Da mesma forma, Neves (2006) afirma que os modalizadores são usados para expor um ponto de vista do falante em uma interação.

Nos estudos em língua portuguesa são abordados aspectos relevantes para este trabalho, no que concerne a verbos modalizadores. Para Neves (2000), alguns verbos modalizadores como *poder* podem expressar ambiguidade dependendo do seu enunciado. Isso ocorre, segundo a autora, em relação à modalidade epistêmica (apresenta significados de possibilidade como em 26) e a modalidade deôntica (pode indicar capacidade/habilidade e permissão, visto em 27).

26	<u>Pode</u> ser que os estudos realmente comprovem que aquele empreendimento não causa danos maior...	AP#01
----	---	-------

27	se não tiverem essas respostas agora <u>podem</u> mandar depois por escrito.	AP#03
----	--	-------

O exemplo (26) destina-se a uma troca de informações, uma proposição que está sendo feita por parte do expositor. Já em (27), observa-se que o que está em jogo é um serviço *-mandar depois por escrito-*, então refere-se naturalmente a uma proposta. Dall'AglioHattnher (1996) afirma que a divisão dos modalizadores epistêmicos pode ser feita em dois grupos "aqueles que expressam a modalidade do

certo e os que veiculam a modalidade do possível”, ou seja, ou graus que definem a certeza e o menor comprometimento.

Nota-se que, ao modalizar um discurso, o falante realiza um ato de fala e conseqüentemente não o faz sem nenhuma razão. As intenções são o motivo que o levam à realização da interação, e elas estão relacionadas à forma com que o falante se compromete em seu discurso. Para Neves (2006), a avaliação epistêmica é um modo de o falante se posicionar entre os graus do possível e a certeza expressa. Quando o enunciado encontrar-se no extremo da certeza, pode ser avaliado como verdadeiro, o que acaba por bloquear as possibilidades de contestação ou questionamento. De acordo com Santos (2010, p. 19), a função dos modalizadores epistêmicos “é asseverar, marcar a adesão do falante ao que é dito”, em face das proposições; a seção seguinte explana os conceitos deônticos (modulação) que também dizem respeito à adesão, mas de propostas.

### 3.2.2 Modulação

A modulação, de acordo com Thompson (2004), pode ser entendida como um recurso de linguagem diferente da modalização, já que constitui um comprometimento do falante em relação à troca de bens e serviços. Também chamada modalidade *deôntica*, ocorre na forma de propostas (comandos e ofertas). Como afirma Eggins (2002), a oferta de bens e serviços faz com que o indivíduo se comporte de certa forma para alcançar determinados objetivos.

Para Fontaine (2013), modulação é uma espécie de sentido conotativo, mas em contraste com a modalidade epistêmica, que se refere a obrigação ou permissão, inclui a inclinação e a capacidade. Da mesma forma que na modalização, na modulação os comandos e ofertas realizam-se em diferentes graus, como os de obrigação e inclinação. O grau de obrigação designa ao falante a realização de uma ordem ou tarefa; já o grau de inclinação trata da ação do falante (THOMPSON, 2004, p. 67).

Segundo Halliday e Matthiessen (2014), nas propostas, dependendo da função da fala, seja em comando ou oferta, existem dois tipos de possibilidades intermediárias: são os graus de obrigação (*permitido a/ suposto / obrigado a*) e



inclinação (*disposto a/ determinado a*). Esses graus podem ser expressos por operadores modais. Quando a realização das propostas ocorre como positiva ou negativa, a oferta e a solicitação para fazer algo partem da troca entre falante e ouvinte e podem implicar uma terceira pessoa na ação.

A modulação é a ação dos enunciados, sendo o valor trocado durante a interação em forma de solicitação ou oferta ao ouvinte; está relacionada aos polos positivos e negativos com foco na obrigação e inclinação. Na inclinação, o falante pode indicar habilidade, disposição ou determinação em relação à oferta; quanto à solicitação, pode-se assumir um papel de permissão, recomendação ou obrigatoriedade que o falante pretende estabelecer com seu interlocutor. Para um melhor entendimento apresenta-se a Figura 8 com os graus de modulação, e após alguns exemplos que os ilustram.

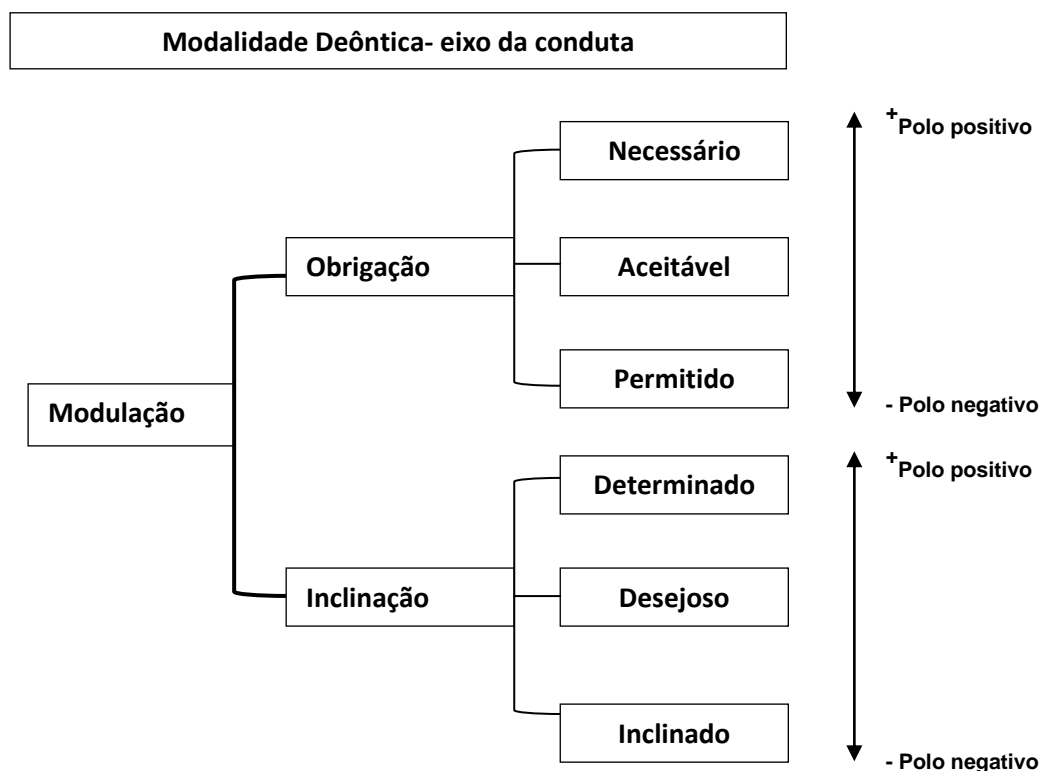


Figura 8 – Tipos e graus de modulação

Fonte: Adaptado de Halliday e Matthiessen (1994).

Alguns exemplos ilustram a Figura 8.

28	Então, para aqueles que desejarem, <u>podemos</u> apagar a luz para melhor apresentação das projeções.	AP#02
29	desnecessários e dolorosos testes que <u>podem</u> ser infringidos a um animal...	AP#06
30	Conforme <u>podemos</u> ver na imagem, não se trata de técnicas de resposta.	AP#01

Os exemplos apresentados acima expõem diferentes graus de modulação. A oferta de um serviço pode ser observada em **(28)** que expressa um grau de inclinação médio. A passagem **(29)**, manifestada como uma solicitação, representa um grau de obrigatoriedade médio, visto como uma permissão a ser executada. As formas de comprometimento na solicitação ou oferta de bens e serviços podem se apresentar de forma positiva ou negativa; assim a expressão do exemplo **(30)** é uma forma de obrigação em um grau baixo da escala, de capacidade.

De acordo com Halliday (2002), por meio da modulação também pode ocorrer a substituição das formas imperativas, como uma espécie de metáfora gramatical. Com base na afirmação anterior, quando uma ordem é modulada tem-se uma metáfora gramatical.

Em língua portuguesa, diferentemente da perspectiva Sistêmico-Funcional, a modulação (proposta) é tratada por vários autores apenas como modalidade deôntica. Modulação é um termo que foi elaborado por Halliday (1989) para englobar os significados de valores trocados na forma de bens e serviços. Para Dall’AglioHattner (1996, p. 133), ao contrário, “a modalidade deôntica não está relacionada a uma avaliação do falante, mas sim a uma ação do próprio falante ou de outros”, que será proposta por meio de uma solicitação ou oferta.

Para Neves (1996), a modalidade deôntica, ao pertencer ao eixo da conduta, situa-se no domínio do dever (da obrigação e permissão). A autora ainda aponta que, por se referir a conduta, envolve condições de projetar momentos futuros ao envolvimento deôntico, podendo envolver diversas pessoas em uma interação, centrando-se no ouvinte (NEVES, 2006, p. 200).

Na língua portuguesa, a modalidade deôntica é elencada por Neves (2000, p. 62) como dois tipos principais, sendo elas a de necessidade, chamada de

obrigatoriedade, e a de possibilidade. Os exemplos a seguir demonstram a conceituação exposta anteriormente.

31	Nós só <b>podemos</b> fazer 40 mil ou 50 mil megawatts. Nós não vamos explorar o restante disso no período.	AP#01
32	Na Medida Provisória nº 579 está previsto um espaço em que se <b>pode</b> fazer isso.	AP#01

A utilização dos exemplos expostos acima, pela autora, deu-se na Gramática de Usos (2006), na qual os modais que expressam a troca de bens e serviços são vistos em categorias de necessidade deôntica **(31)** e possibilidade deôntica **(32)**. Neves (1996) salienta que em um enunciado estão registradas as intenções e necessidades do falante, de forma que, ao proferir seu discurso, o ouvinte aceite “o valor da verdade do enunciado para executá-lo”, seja no caso de fazer uma solicitação ou uma oferta do serviço em questão (NEVES, 2006, p. 160).

Castilho e Castilho (1992) consideram a modulação da mesma forma que Neves, como modalidade deôntica, e afirmam que a modalidade deôntica se apresenta mais em interações espontâneas, quando a intenção por parte do falante é atuar sobre o interlocutor de forma a não deixar dúvidas. Para os autores, alguns exemplos de modulação deôntica podem ser realizados por advérbios como *obrigatoriamente* e *necessariamente*, assim como alguns verbos modais como *poder*, *dever*, *ter que* entre outros.

A modalidade deôntica manifesta um produtor/falante que dispõe de conhecimentos para realizar sua argumentação em prol do estabelecimento da troca de um bem ou serviço. Castilho e Castilho (1992) apontam a modalidade deôntica como uma estratégia de argumentação. Essa forma de argumentação sobre o ouvinte durante a realização de uma troca de significados, em uma interação, independente da intenção que o falante apresenta.

Alguns discursos são mais propensos a empregar troca de bens e serviços, pois dependem da intenção que o falante/escritor apresenta durante o evento comunicativo. Dessa forma, Nascimento (2011) considera que, ao apontar o comprometimento de um participante, está sendo utilizado um recurso de linguagem, o de modulação, que identifica a realização de uma ação no mundo, seja ela em termos de obrigação ou de inclinação.

Para ilustrar os conceitos de modalidade deôntica expostos em língua portuguesa, apresentam-se dois exemplos retirados do *corpus* desta pesquisa.

<b>33</b>	Além de compactos, <b>deverão</b> se localizar preferencialmente dentro da área do reservatório.	<b>AP#03</b>
<b>34</b>	Essas lacunas são transformadas em condicionantes da licença prévia, e isso não <b>poderia</b> ocorrer.	<b>AP#01</b>

Neves (2006) considera que o verbo modal pode tanto ser usado em modalidade epistêmica quanto em modalidade deôntica, porém quando se refere à deôntica, seus significados serão expressos na forma de obrigatoriedade **(33)** e permissão, nesse caso, negativa **(34)**. A modulação, ao ser realizada nas propostas, está condicionada ao falante e ao mesmo tempo implica o ouvinte, na aceitação do valor de sua proposta como verdade para após executá-la.

Os verbos modais são a grande questão no que se refere ao uso de modalidade. Dessa forma, a seção seguinte destina-se a discuti-los de modo com que traga contribuições para a análise do ponto de vista da sistêmico-funcional e dos estudos em língua portuguesa apresentados em seções anteriores.

### 3.3 Verbos Modais

Para Halliday e Matthiessen (2004), os falantes dispõem de uma gama de escolhas para expressar ou dissimular a expressão de suas opiniões. Dessa forma, os autores reconhecem que nem sempre é fácil identificar o que é uma representação metafórica de modalidade<sup>28</sup>, mas as formas mais comuns como verbos modais e os Adjuntos modais tornam-se perceptíveis até para os que não têm a língua como objeto de estudo.

Os verbos modais são considerados por vários funcionalistas como Neves (2006) e Castilho (2002) como a principal classe modalizadora. Um mesmo verbo

---

<sup>28</sup> Conforme Halliday (2002), metáfora gramatical é uma variação na forma de expressão de um dado significado. Como exemplo cita-se “Queres que eu busque um copo de água para ti?”. Desse modo, uma oferta foi textualizada em forma de pergunta, o que não é sua forma prototípica.

modal pode apresentar diversas possibilidades de uso, expressando vários significados diferentes, sejam significados de modalização ou modulação. O uso de verbos modais é uma forma de o falante se posicionar em relação ao seu discurso, e quando se trata de opinião pública, ou exposições em APs, pode ser uma ferramenta válida para planejamentos e promessas.

De acordo com Steffler (2013, p. 28), os verbos modais “comportam-se como verbos auxiliares, não podendo, portanto, formar, sozinhos, o predicado da oração”, ou seja, os verbos modais exercem sua função em combinação com verbos de sentido pleno que se apresentam normalmente no infinitivo. Steffler (2013) afirma ainda que são considerados como verbos modais, na língua portuguesa *poder, dever, querer, ter que, ter de*. Podem ocorrer casos em que se incluem outros verbos como *pretender, necessitar, desejar, precisar de, conseguir, saber, convir, urgir*.

Há verbos que estão mais propensos a determinados tipos de modalidade, como há os que podem exercer o papel de modais em vários tipos de interação. Neves (2002. p. 62), conceitua que “há verbos que se constroem com outros para modalizar os enunciados, especialmente para indicar modalidade epistêmica (ligada ao conhecimento) e deôntica (ligada ao dever)”. Para a autora, com *ter* pode-se usar tanto o *que* quanto o *de*, e esses usos expressarão a ideia de obrigatoriedade ou necessidade.

<b>35</b>	Vou <u>ter que</u> mexer em tudo! É uma usina nova!	<b>AP#03</b>
-----------	---	--------------

Nesse caso, o modal *ter que* é utilizado com a intenção de obrigação, um grau alto de necessidade, pois existe uma justificativa que implica uma mudança necessária/obrigatória da ação estabelecida.

<b>36</b>	mas nós regressamos a um período em que <u>temos de</u> trabalhar com um Estado que deve, na verdade...	<b>AP#03</b>
-----------	---	--------------

O modal *ter de* na passagem apresentada reporta a necessidade, em um grau alto. Envolve da mesma forma um serviço a ser prestado, o de trabalhar, por isso é classificada como uma modulação (proposta).

Alguns verbos modais têm em sua essência uma predominância por serem polissêmicos, ou seja, quando se referem à modalidade estão dispostos à manifestação de mais de um tipo de modalidade. Um dos casos mais discutidos, principalmente nos estudos em língua portuguesa, é o verbo modal *poder*. As várias possibilidades de interpretação do modal *poder* em uma interação podem causar ambiguidade, exigindo que se preste atenção ao contexto da oração em que ele se insere. De acordo com Neves (2000, p. 5), “o contexto é entendido como o conjunto de hipóteses de que dispõe um destinatário e que ele utiliza para interpretar uma elocução”, ou seja, as escolhas léxico-gramaticais realizadas pelo indivíduo em cada situação. Expõem-se agora alguns exemplos do uso do verbo modal *poder*, explorando algumas das diversas classificações que lhe são possíveis.

Para Neves (1996) e Dall’Aglio-Hattner (1996), o modal *poder* apresenta no discurso tanto o significado de possibilidade (epistêmico) como o de permissão (deôntico).

37	A cota <b>pode</b> ser mais baixa e evitar o alagamento dessas áreas, como medida razoável do ponto de vista de conservação ambiental.	AP#05
38	Então, para aqueles que desejarem, <b>podemos</b> apagar a luz para melhor apresentação das projeções. (Pausa.)	AP#03

Em (37), *poder* comporta-se como possibilidade em um grau médio, indicando que seja provável, além de a cota ser mais baixa, que se evite o alagamento. Apresenta-se como uma proposição (modalização). Já em (38), *poder* é exposto com um grau baixo de obrigação, como é permitido que se apaguem as luzes, se alguns desejarem, em uma troca de bens e serviços, vista como uma proposta (modulação).

Além do cuidado com o contexto, prioriza-se também a interpretação se o valor trocado está sendo informações ou bens e serviços. Para Santos (2010, p.70), quando o enunciado é modalizado epistemicamente “o falante qualifica a probabilidade de o conteúdo de uma proposição ser ou poder tornar-se verdadeiro”, valor de troca que pode ser observado no exemplo (39).

<b>39</b>	Em relação à questão que o Marco Antonio também levantou, no sentido de que seria bom que o PNC já existisse — ele não existe, mas vai existir agora — e seria bom nós estarmos vendo, porque, com o PNC, o próprio IBAMA percebe nessas discussões que ele <b>poderia</b> ter um Plano de Emergência Individual mais efetivo, mais crítico, mais exigente.	<b>AP#01</b>
-----------	---	--------------

O exemplo acima **(39)** expõe que o enunciador está avaliando como verdadeira a informação dada; isso possibilita verificar o grau baixo de comprometimento, um grau baixo, expondo o *poder* como probabilidade.

Da mesma forma que o modal *poder*, o modal *dever* também pode apresentar significados tanto epistêmicos quanto deônticos. Os significados interpessoais que o modal *dever* pode indicar são de probabilidade e obrigatoriedade, como se observa nos exemplos **(40)** e **(41)**.

<b>40</b>	Vou falar do objeto mesmo desta apresentação, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul — SISGAAZ, cuja missão é monitorar e controlar, de forma integrada, as águas jurisdicionais brasileiras, a região de socorro e salvamento, search and rescue — sigla que vem do inglês — , de responsabilidade do Brasil, mediante o fato de o Brasil ser signatário da Convenção de Hamburgo, que estabelece as áreas de responsabilidade nas quais os países <b>devem</b> efetuar ações de busca, socorro e salvamento.	<b>AP#01</b>
-----------	---	--------------

<b>41</b>	A redução da atividade econômica, de certa maneira, significa que a capacidade de poluir diminuiu um pouco. Esse <b>deveria</b> ser um dado a se “comemorar” — entre aspas —, mas não o é, porque ele tem implicações sérias.	<b>AP#05</b>
-----------	---	--------------

O uso do *dever* em **(40)** está indicando modulação (proposta) como uma obrigação de os países efetuarem ações de busca. Em **(41)**, *dever* está expressando a probabilidade (proposição), está sendo afirmada uma informação sobre a redução da atividade econômica. O contexto também é levado em consideração para a distinção nos exemplos expostos.

Outro aspecto relevante para se observar e que auxilia a classificação dos modais quanto ao seu grau é o tempo verbal em questão. O trabalho de Dall’Aglio Hattner (1996) destaca que o tempo futuro exerce um papel de intensificador sobre a noção de possibilidade que os verbos modais *poder* e *dever* podem expressar. Ao citar Mira Mateus *et al.*, a autora afirma que tanto o presente do indicativo quanto o futuro do presente podem “ser selecionados pelo falante para exprimir estados de coisas futuras” (1996, p. 167), como em:

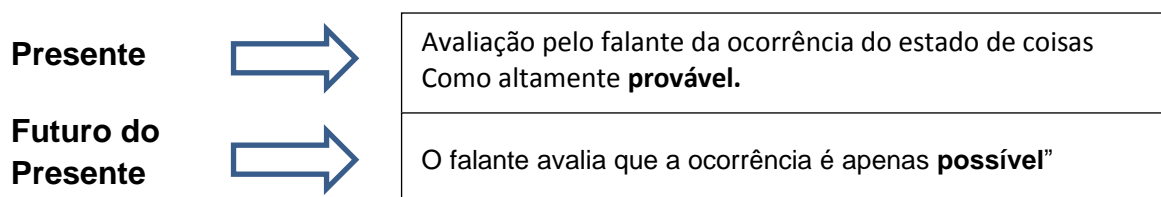


Figura 9 – Tempos verbais

Fonte: Autor.

Os diferentes tempos verbais conceituados acima, podem ser exemplificados pelas passagens de **(42)** a **(43)**.

<b>42</b>	Nesse sentido, acho que a gente <b>pode</b> concluir que a MP cria um precedente negativo no sentido de que a supressão de UC pode ocorrer sem critérios muito claros de transparência, sem resguardo do interesse público, dos direitos humanos e da legislação ambiental.	<b>AP#03</b>
<b>43</b>	Até aproveito aqui para fazer um apelo ao Deputado Zequinha Sarney para nos ajudar a convencer o Estado do Amazonas a concordar com a criação dessa área, que é a única objeção que resta para se permitir a criação dessas áreas e, assim, a gente <b>poderá</b> incorporar no sistema quase 700 mil hectares.	<b>AP#03</b>
<b>44</b>	...vamos passar agora ao último expositor, que, como já <b>deve</b> saber, tem até 15 minutos: Sr. Brent Millikan, Diretor da ONG Amazônia Internacional Rivers.	<b>AP#03</b>
<b>45</b>	Vai-se fazer um desmatamento cirúrgico, ou seja, vai ser trabalhada somente a área que será impactada, serão minimizados os impactos de alojamentos, canteiros e outros elementos da infraestrutura de apoio. Além de compactos, <b>deverão</b> se localizar preferencialmente dentro da área do reservatório.	<b>AP#03</b>

Quando se trata do tempo presente, que indica probabilidade, como é o caso de **(42)** e **(44)**, a verdade da proposição não é garantida pelo falante; sua afirmação vem a ser suavizada e não confirmada como certeza. O segundo tempo expresso pelos exemplos é o futuro do presente, em **(43)** e **(45)**, o qual indica probabilidade em graus de possibilidade e não uma verdade posta.

Outros tempos verbais que também interferem nas classificações dos modais são, de acordo com Dall’Aglio Hattner (1996), o futuro do presente **(43)** e o futuro do pretérito **(46)**, que ao ser utilizado para dar uma informação que indique probabilidade ou hipótese e que não seja uma informação do falante mesmo, o valor temporal do futuro do pretérito é, muitas vezes anulado para favorecer o modal.



<b>46</b>	A conservação do meio ambiente circundante será uma atividade de caráter permanente, viabilizando-se a proteção das áreas que <u>poderiam</u> ser submetidas a ação humana descontrolada.	<b>AP#03</b>
-----------	---	--------------

O verbo modal *poder* (**46**) está indicando probabilidade com o tempo verbal futuro do pretérito, não confirmando a informação exposta.

*Precisar* é verbo modal que merece atenção em relação à modalidade deôntica, pois seus usos encontram-se nos valores trocados como bens e serviços. Os excertos (**47**) e (**48**) apresentam o uso do *precisar* em dois diferentes graus de modulação.

<b>47</b>	Executivo construir o manual e para que seja encaminhado ao CONAMA um conjunto de proposições que visam complementar nossa legislação, principalmente em áreas que observamos nos últimos anos que precisam ser preenchidas — a parte dos dispersantes, a parte de queima in situ. São áreas nas quais não temos regulamentação estabelecida. <u>Precisamos</u> trabalhar isso dentro do CONAMA.	<b>AP#01</b>
-----------	--	--------------

<b>48</b>	Então, só para não estender, na realidade, nós <u>precisamos</u> de máquinas de frequência, <u>precisamos</u> de inércia. Isso representa os grandes sistemas hidrelétricos.	<b>AP#03</b>
-----------	--	--------------

Os usos do modal *precisar* em (**47**) apontam para um grau alto de obrigatoriedade, sendo como algo que tem necessidade de ser cumprido. O exemplo (**48**) também expõe obrigatoriedade, a busca pelo falante de uma posição de cobrança, autoritária, pelo uso da modulação em grau alto.

O último verbo modal que interessa para este estudo trata-se de *parecer*. O verbo *parecer* ainda é pouco trabalhado e pode ser visto com seu estágio inicial nos estudos de modalidade. De acordo com Gonçalves (2004), apresenta duas formas de realizar a modalidade, como operador modal que expressa, de uma forma interna, um tipo de avaliação do falante, e como predicado de atitude proposicional, que se assinala na atitude subjetiva do falante, ou seja, as duas formas em modalidade epistêmica (GONÇALVES, 2004, p. 197). Isso pode ser observado nos exemplos (**49**) e (**50**).

49	Nenhum centavo disso ou muito pouco desses recursos é vinculado a esses padrões. É fundamental trazer isso para o centro de tomada de decisões. <b>Parece-nos</b> hoje que a discussão sobre políticas de clima, apesar de todo o esforço de muitos Ministérios e de muitos atores, ainda é marginal no centro de tomada de decisão.	AP#05
50	Hoje temos a reedição, então, de um Plano de Aceleração de Crescimento, que obviamente vem sendo aplaudido pela maioria da população e <b>parece</b> que é bastante desejado, mas que carece de um aprofundamento, um debate no que diz respeito às suas decisões de base, às suas decisões de implantação e de promoção de inúmeros impactos que são irreversíveis.	AP#03

Em (49), o falante expressa algo de sua consciência, uma avaliação interna em relação ao tema tratado, mas ao mesmo tempo estende a responsabilidade de seu pensamento aos demais presentes, ao fazer o uso do “nos”, visto como probabilidade. Já em (50), é apontada, de certa forma, uma opinião que não compromete o falante diretamente na situação, também se refere à probabilidade.

Os verbos modais apresentam-se com um grande potencial na elaboração de enunciados que correspondam ao comprometimento ou não do falante/escritor em seus discursos. Os significados construídos por verbos modais vão depender da função dos enunciados elaborados e do evento comunicativo em questão. Se a intenção for a troca de informação, o falante usará verbos que indiquem probabilidade ou usualidade; se for para a troca de bens e serviços, serão utilizados verbos que demonstrem obrigação ou inclinação. Para Schlee (2006, p. 1320), “a língua como sistema se abre ao falante em recursos à sua escolha e, simultaneamente, sofre mudanças, que são reflexos de seleções sociais e discursivamente motivadas.” Nesta perspectiva de escolhas, Palmer (2001) aponta que a existência de línguas em que a modalidade é marcada de outra forma que não o verbo, não é surpreendente. Este uso de modais permite ao falante envolver/engajar o leitor na sua avaliação subjetiva de qualquer proposição realizada.

## CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA

Gergen e Gergen (2007) apontam a preocupação de pesquisas com a natureza da linguagem e com sua relação com o mundo, uma vez que é necessário, cientificamente, representar objetivamente o mundo. Segundo os autores, cria-se um impasse nessa relação, já que toda descrição do mundo é atravessada pela visão de mundo do pesquisador, adquirida a partir de práticas culturais herdadas, pois “a partir das nossas relações dentro das comunidades interpretativas [que] surgem nossas construções do mundo” (GERGEN; GERGEN, 2007, p. 368). A compreensão de que as experiências humanas individuais são importantes passou a ser relevante na pesquisa qualitativa e operou uma mudança de paradigma, centrada nos processos e nos significados, e a ênfase na natureza socialmente construída aproximou o pesquisador do objeto a ser investigado.

Na perspectiva qualitativa, o pesquisador lida com dúvidas e incertezas, uma vez que as decisões sobre as análises e, conseqüentemente, sua interpretação, dão-se no decorrer da leitura dos dados. A flexibilidade é importante, pois exige maior sensibilidade do pesquisador à medida que a pesquisa vai sendo desenvolvida. Se necessário, esse pode rever os procedimentos adotados, amparando-se em teorias que lhe permitam sustentar a sua interpretação. Além da abordagem qualitativa, esta pesquisa também se ancora em dados quantitativos, uma vez que utiliza dados numéricos que traduzem e apoiam a interpretação qualitativa dos resultados. A utilização conjunta das duas abordagens oferece

perspectivas diferentes, mas não necessariamente polos opostos. De fato, elementos de ambas as abordagens podem ser usados conjuntamente em estudos mistos, para fornecer mais informações do que poderia se obter utilizando um dos métodos isoladamente (MORESI, 2003).

A conjunção das duas abordagens – qualitativa e quantitativa – tem sido buscada na tentativa de proporcionar à pesquisa maior grau de certeza na interpretação dos resultados. Günther (2006) compartilha dessa visão, ao assim se pronunciar:

O fato de se levar em conta mais explicitamente em conta os valores e os demais atributos do pesquisador requer, por parte da pesquisa qualitativa, maior detalhamento dos pressupostos teóricos subjacentes, bem como do contexto de pesquisa. Por outro lado, a estandardização dos procedimentos

na pesquisa quantitativa pode indicar avanço no estabelecimento de um maior grau de intersubjetividade entre pesquisadores que usam um determinado procedimento (GÜNTHER, 2006, p. 201).

Na abordagem quantitativa, este trabalho recorreu às orientações da Linguística de *Corpus* (SARDINHA, 2004, 2009), ao fazer uso do *software Word Smith Tolls* 6.0 (SCOTT, 2012), que auxiliou na identificação e categorização das ocorrências de modalidade nos discursos selecionados. Com o uso de duas ferramentas, *WordList* e *Concord*, foi possível localizar as ocorrências de modalidade e o contexto linguístico em que foram utilizadas pelos oradores. Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa, que é determinar, por meio da investigação e análise das categorias de modalidade, o grau de comprometimento dos políticos e dos especialistas em meio ambiente em seus discursos nas audiências públicas, foi perseguido ao longo do trabalho.

Neste capítulo descrevem-se as etapas de realização deste estudo, as quais se subdividem em três seções. Na primeira seção 4.1, apresenta-se uma contextualização da pesquisa. Na segunda seção 4.2, são descritos os critérios para a delimitação do universo e os critérios estabelecidos para a seleção do *corpus*, tendo em vista a codificação dos textos que o compõem. Por fim, na terceira seção 4.3, são apresentados os procedimentos adotados para coleta e análise dos dados.

#### **4.1 Contextualização da pesquisa**

Optou-se pelo trabalho com as APs sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável por abordarem os principais temas referentes às questões ambientais do país. O que concerne ao tratamento deste tema, em referência ao governo nos dias atuais, está sob responsabilidade da CMADS.

A CMADS foi criada em 18 de março de 2004, desmembrando a antiga Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, a partir da Resolução nº 20. Diante a edição no Diário da Câmara dos Deputados, a temática *meio ambiente* ganhou autonomia. A Comissão foi fixada no Ato da Mesa nº40/04 com 23 deputados titulares e o mesmo número de suplentes para compô-la. Em 2005, passaram a 18, a partir do Ato nº 55. De acordo com o Art. 24 do Regimento

Interno da Câmara dos Deputados, a CMADS a: a) política e sistema nacional do meio ambiente; direito ambiental; legislação de defesa ecológica; b) recursos naturais renováveis; flora, fauna e solo; edafologia<sup>29</sup> e desertificação; c) desenvolvimento sustentável.

A Audiência Pública é um dos eventos realizados pela CMADS e serve de instrumento de diálogo capaz de auxiliar na resolução, ou alternativas para problemas. As APs ocorrem mensalmente, e não é estipulada uma quantidade fixa em que ocorrem. A sua organização é realizada pela CMADS, que se torna responsável pelos temas a serem tratados por depoentes e expositores especialistas ou da esfera política, convidados. Inicialmente é feita a apresentação dos participantes pelo Presidente da Comissão, há um momento em que os convidados fazem suas exposições e após inicia-se um debate sobre o exposto, com interferência e mediação do Presidente. Trata-se da exposição oral e posteriormente publicação no site da Câmara dos Deputados, espaço da CMADS de forma traduzida de taquigrafia.

O maior objetivo das APs é que se apresentem soluções mais rápidas tendo em vista os problemas ambientais em curso. As APs, em sua maioria, ocorrem nos plenários das comissões, localizados junto ao Congresso Nacional. Tratam temas bastante relevantes sobre o meio ambiente no momento, e buscam-se alternativas para soluções dos problemas ambientais relatados.

Tendo em vista a CMADS, no que se refere às variáveis de contexto (HASAN, 1989), o campo trata da organização de eventos e ações, na forma de APs, ferramenta governamental de diálogo, debates, discussões em busca de alternativas/soluções para os problemas vigentes em relação ao meio ambiente, que auxiliem na resolução de problemas ambientais e de sustentabilidade no Brasil; têm como objetivo discutir/debater.

A variável relações na Comissão é constituída pelo Presidente, os 18 deputados titulares e seus suplentes. Contam também com a presença de representantes do governo, da Comissão responsável e, por via de regra, algum especialista (Professores universitários, advogados, assessores, coordenador de campanha internacional, ativistas da causa...) na área do tema a ser tratado. O

---

<sup>29</sup> De acordo com Lafuente e Correias (2000), Edafologia é ciência que trata da influência dos solos em seres vivos, inclusive do solo pelo ser humano com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento das plantas.

público alvo destina-se a políticos e população brasileira em geral; a distancia social existente pode ser considerada média entre participantes ativos (alguns participantes se conhecem, outros não), entre participantes ativos e ouvintes máxima (não apresentam nenhuma relação com o público ouvinte).

Quanto ao modo como são organizadas as APs, o papel da linguagem é constitutivo; o canal é fônico e gráfico, trata-se do uso oral, gravação e de documentos escritos, que são taquigrafados; o processo é heteroglóssico, e o canal utilizado para a exposição dos conteúdos orais e escritos é o site da Câmara dos Deputados.

#### **4.2 Universo de análise e seleção do *corpus***

Busca-se com este projeto pesquisar discursos que venham contribuir com a proposta de trabalho do Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (CABRAL, 2010), grupo que visa reunir pesquisadores interessados na realização de trabalhos que se proponham a investigar práticas discursivas de interesse social e coletivo, na descrição e análise da Língua Portuguesa. Esta pesquisa também está vinculada ao projeto “Mídia, Política e Gramática Sistêmico-Funcional”, tendo como coordenadora em ambos a Prof<sup>a</sup> Dra. Sara Regina Scotta Cabral, orientadora deste trabalho. Este estudo em específico articula-se à esfera política e ao discurso especializado em meio ambiente.

O projeto de pesquisa “Mídia, Política e Gramática Sistêmico-Funcional” (CABRAL, 2013) articula-se aos estudos do grupo de pesquisa “Linguagem Como Prática Social” que, por sua vez, estende-se à linha de pesquisa “Linguagem no Contexto Social”. Este trabalho encaixa-se no objetivo central do projeto: examinar as práticas discursivas que configuram os discursos políticos produzidos no Brasil, promovendo a análise de gêneros característicos do discurso político brasileiro, ao buscar orientação na LSF.

A constituição deste trabalho em relação ao contexto de cultura reporta-se à sociedade brasileira em geral, que sofre as ações e consequências relacionadas ao meio ambiente e principalmente aos ambientalistas que lutam por essa causa. O fato de serem escolhidas as APs sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável

como textos de análise deve-se à grande repercussão que esse tema causou no ano de 2012 (ano de elaboração do projeto) com a grande conferência mundial da ONU, a “Rio+20”.

Ao tratar sobre preservação ambiental e sustentabilidade, pode-se levar em consideração que o Brasil é um dos países de maior biodiversidade do mundo, e que os discursos proferidos a seu respeito deveriam emanar seriedade por parte de seus interlocutores. Ao partir do contexto político, tendo como determinação para a análise a CMADS, a investigação deteve-se nas APs, apenas um dos gêneros referentes à preservação do meio ambiente disponível, entre tantos outros que compõem a esfera política.

Quando se fala sobre preservação ambiental e sustentabilidade e a ausência de muitas mudanças em relação a isso, torna-se interessante estudar fontes governamentais que buscam, ou pelo menos propõem-se a buscar, soluções para o assunto. As mudanças de legislação, a luta dos ambientalistas e a posição da CMADS como representante do governo em vigência traz à tona sua vontade de melhorar e encontrar soluções de conservação, preservação e exploração dos recursos naturais de forma a não prejudicar o meio ambiente. A realização de eventos como as APs sugere uma luta pela aprovação de regimentos e constituições que melhorem aspectos ambientais e também sociais como princípios de sustentabilidade.

Dessa forma, a partir do contexto político da CMADS o foco desta pesquisa deteve-se em analisar a realização de suas APs como um evento interativo com trocas de informações e bens e serviços envolvendo os participantes.

Por conseguinte, para a seleção de textos foram estabelecidos alguns critérios:

- a) Publicação de textos em Língua Portuguesa, uma vez que o projeto Guarda-chuva “Mídia, Política e Gramática Sistêmico-Funcional” (CABRAL, 2013) prevê a investigação da língua materna como foco;
- b) Disposição do conteúdo online, uma vez que no período de coleta os textos orais não encontravam-se disponíveis para consulta em domínio público;
- c) Tratamento sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável;

- d) Publicação dos textos em 2012 e 2013, os dois anos em que mais se discutiram os conceitos de preservação do meio ambiente e sustentabilidade;
- e) Textos apresentados/classificados como debate pelo site <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/>.

O passo seguinte ao estabelecimento dos critérios para a delimitação do universo de análise foi a seleção do *corpus*.

Para a realização da análise pretendida, o *corpus* foi delimitado em um conjunto de 06 APs, 03 realizadas em 2012 (ano da grande Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Economia Sustentável) e 03 em 2013, quando ainda se discutiam as conclusões da conferência. As Audiências selecionadas tiveram na média de 1h30min a 3h de duração, possuem em média de 22 a 59 páginas e estão disponibilizadas na íntegra para consulta online no endereço eletrônico <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoespermanentes/cmads/audiencias-publicas/>.

O *corpus* apresenta como dados iniciais o exposto no Quadro 4.

<b>Nº de textos</b>	06
<b>Nºtotal de palavras</b>	70.592
<b>Nº de bytes</b>	344.886
<b>Nº de tokens</b>	11.198
<b>Nº total de verbos modais</b>	701

Quadro 4 – Dados do *corpus*

As seis APs selecionadas estão dispostas no Quadro 5 para identificação e referência ao longo do trabalho e análise. As audiências foram numeradas pela ordem crescente da primeira de 2012 à última de 2013 e receberam o código composto pelas letras “AP” e o símbolo #, logo após o número de ordem. O exemplo pode ser entendido como **AP#01** (Audiência Pública número 1).



Referência do texto			
Código	Tema	Data	Nº páginas
<b>AP#01</b>	Debate sobre definição e criação de novos modelos eficazes de prevenção, contingência e atendimento aos acidentes, voltados, especificamente, para a exploração e produto de petróleo, oriundo da camada do pré-sal	08/05/2012	49
<b>AP#02</b>	Debate sobre o PL nº 3056/2008, que institui as Unidades de Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	22/05/2012	21
<b>AP#03</b>	Debate sobre as hidrelétricas e as unidades de conservação na Amazônia- o caso da Usina Tapajós, no Pará	20/11/2012	54
<b>AP#04</b>	Debate sobre a inspeção veicular no Brasil	16/04/2013	34
<b>AP#05</b>	Debates sobre o processo de revisão do Plano Nacional sobre Mudança Climática	09/05/2013	50
<b>AP#06</b>	Debate sobre denúncias de maus tratos a animais no instituto Royal, situado no Município de São Roque – SP	29/10/2013	59

Quadro 5 – Referências do *corpus* no texto

Para melhor identificação dos gêneros encontrados nas APs durante a análise, foi elaborada uma legenda com o uso de cores, como pode ser observado na Figura 10.

GÊNERO	
Recontagem Histórica	
Relatos Históricos	
Explicação Sequencial	
Explicação Consequente	
Relatórios descritivos	
Relatórios Classificatórios	
Relatório de Composição	
Exposição	
Discussão	
Apresentação	
Mediação	
Agradecimento	
Sinopse	

Estágios

Figura 10 – Legenda das cores utilizadas para identificação dos gêneros e estágios

Fonte: Autor.<sup>30</sup>

<sup>30</sup> Autor da dissertação.

As cores escolhidas para representarem os gêneros em tabelas e figuras são designadas de acordo com as ocorrências de gênero ou estágios. Como uma das cores frias, o azul representa os estágios de apresentação, mediação, agradecimento e sinopse, por caracterizarem-se como menores ocorrências no *corpus* e por tratarem-se de estágios importantes para as realizações das APs. Seguindo as cores frias, o verde representa a menor ocorrência de gêneros que são identificados como as explicações, tanto a sequencial como a consequente. O lilás, ainda nas menores ocorrências, representa os gêneros de relatórios, descritivos e classificatórios, já o roxo representa o relatório de composição como o terceiro gênero de maior ocorrência.

O laranja, iniciando as cores quentes, representa as ocorrências de gêneros de estruturações históricas, como as recontagens e relatos históricos. O rosa, representa as exposições, como um dos gêneros de maior ocorrência nas APs, e o vermelho, representa as discussões, as quais apresentam maior ocorrência em todo o *corpus*.

### **4.3 Procedimento de análise dos dados**

A análise compreende procedimentos de cunho quantitativo e qualitativo, respectivamente tanto para a análise de gêneros quanto para a de modalidade. Para a análise de gêneros foram seguidas as etapas:

- 1) exame e identificação de todos os estágios/etapas que compõem as Audiências;
  - 2) quantificação do número de gêneros de cada AP, tabelando-os para verificação de maiores ocorrências;
  - 3) constatação dos gêneros mais frequentes nos discursos dos políticos e nos discursos dos especialistas;
  - 4) exposição dos gêneros e a predominância dos modais em cada um.
- Quanto à análise de modalidade, foram realizados os seguintes procedimentos:

- a) identificação e quantificação de ocorrências dos cinco verbos modais selecionados para esta pesquisa;

- b) identificação e quantificação de ocorrências de modalidade divididos em modalização e modulação para verificar o grau de comprometimento dos políticos e dos especialistas com o seu discurso.

Para tanto, utilizamos como referencial teórico os estudos da Teoria de Gênero e Registro (HASAN, 1989), associada a perspectiva da Escola de Sidney (MARTIN; ROSE, 2007) e dos pressupostos da Gramática Sistemico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), discutidos na Revisão da Literatura, nos Capítulos 2 e 3 deste trabalho.

A coleta e análise dos dados compreenderam, inicialmente, na quantificação que envolveu o processamento dos dados a partir da ferramenta computacional para análise de *corpus*- *Word Smith Tolls* 6.0 (SCOTT, 2012), que auxiliou na identificação, categorização e interpretação das ocorrências de modalidade no *corpus*.

A fim de que se pudesse utilizar o programa Word Smith Tools para a busca dos recursos léxico-gramaticais com potencial de modalizadores (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), foi feita, a seguir, uma limpeza nos textos, passando-os para o tipo de arquivo *txt* e organizando-os cronologicamente. As etapas desenvolvidas com o auxílio do programa estão relatadas a seguir.

- 1) Utilização da ferramenta “WorList”, que mostrou uma lista de palavras, desde a mais frequente até a menos frequente do *corpus*, o que possibilitou identificar os cinco verbos potenciais da função de modalização mais recorrentes nas APs em todas as formas verbais (*poder, dever, precisar, parecer, ter que/de*). Foram considerados apenas os verbos modais dentro das 500 palavras mais recorrentes, que correspondem a 0,6% do *corpus*.
- 2) Processamento de uma nova limpeza, desta vez utilizando a ferramenta “Concord”, que possibilitou eliminar todos os casos em que os verbos indicados não eram realmente modais nos textos.
- 3) A realização da etapa posterior consistiu na separação dos modais presentes no discurso dos políticos e os modais presentes no discurso dos convidados, esses representados por especialistas na área ou representantes de políticos.

Com base nas etapas expostas para a obtenção dos dados qualitativos, passou-se para as etapas de exame das ocorrências em termos de interpretação do emprego dos verbos modais. Os discursos de APs foram caracterizados em dois tipos: a) discursos políticos e b) discursos dos convidados, especialistas ou autoridades no assunto. Esses discursos foram separados manualmente para que se pudesse utilizar a ferramenta *Concord* na análise dos verbos modais utilizados nos discursos de cada um dos grupos citados anteriormente. Para uma melhor compreensão e auxílio na interpretação e exposição, os resultados foram distribuídos em dois grupos, estes subdivididos em outros dois, assim denominados:

<b>a) Grupo P - discurso dos políticos</b>		<b>b) Grupo E - discurso dos especialistas</b>	
<b>Grupo P-Mda</b>	<b>Grupo P-Mdu</b>	<b>Grupo E- Mda</b>	<b>Grupo E-Mdu</b>
Verbos modais empregados pelos políticos em proposições-modalizações	verbos modais empregados pelos políticos em propostas – modulações	verbos modais empregados pelos convidados em proposições - modalizações	verbos modais empregados pelas convidados em propostas – modulações

Quadro 6 – Grupos de análise

P-Mda denominou-se o grupo de verbos empregados pelos políticos em declarações ou perguntas, e P-Mdu os verbos empregados pelos políticos em comandos ou ofertas. Paralelamente, denominou-se E-Mda o grupo de verbos empregados pelos especialistas em declarações ou perguntas, e E-Mdu os verbos empregados pelos especialistas em comandos ou ofertas.

A etapa posterior consistiu no reexame, por meio da ferramenta *Concord*, das ocorrências de modalidade uma a uma nos discursos dos políticos e nos discursos dos especialistas, com o intuito de determinar, mediante elementos gramaticais e contextuais, o comprometimento do falante em relação ao seu dizer. Para esta etapa foram delimitados os valores de probabilidade e usualidade referindo-se à modalização, e obrigação e inclinação referindo-se à modulação.

A procura foi delimitada pelos significados interpessoais dessas categorias, em relação aos graus baixo, médio e alto. Para tal, utilizaram-se os valores

apresentados anteriormente, nas Figuras 8 e 9, das páginas (73 e 77) expostas a seguir:

- a) probabilidade: provável, certo, possível;
- b) usualidade: às vezes, usualmente, sempre
- c) obrigação: permitido, aceitável, necessário;
- d) inclinação: inclinado, desejoso, determinado.

Buscou-se por fim, realizar as interpretações acerca das ocorrências em cada um dos grupos, tendo em vista a obtenção dos resultados propostos por esta pesquisa.

O capítulo seguinte apresenta o detalhamento e a interpretação dos resultados obtidos.



## **CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Neste capítulo, apresentam-se inicialmente os resultados referentes à análise do gênero AP, sua topologia a partir da pedagogia de gêneros da Escola de Sidney (MARTIN; ROSE, 2007) e da EPG de Hasan (1989). Na sequência, faz-se a análise linguística das ocorrências de modalidade nas APs, uma vez que os verbos modais representam 0,6% das palavras recorrentes nos textos, porcentagem equivalente às 06 Audiências investigadas nesta pesquisa. A modalidade é analisada com base em alguns dados quantitativos importantes para posteriores considerações e interpretações. A seguir é feita uma análise semântico-interpretativa (RODRIGUES, 2013) com a exemplificação dos dados expostos.

As 584 ocorrências de modalidade encontradas no *corpus* analisado estão lexicalizadas em diferentes formas e tempos verbais, mostrando-se relevantes para a interpretação dos graus de comprometimento dos políticos e dos especialistas em seus discursos.

### **5.1 A constituição do gênero**

A análise do *corpus* em busca dos estágios ou etapas que constituem as APs demonstrou a presença de vários gêneros durante o andamento de um evento comunicativo. De acordo com Motta-Roth e Heberle (2005, p. 17), “cada gênero corresponde a padrões textuais recorrentes”. Dessa forma, foram encontrados 09 gêneros recorrentes em todas as APs e 04 estágios/ fases que também se apresentam recorrentes.

A descrição das APs de acordo com a Escola de Sidney apresenta como foco 06 Audiências selecionadas para posterior análise linguística. Toma-se como contexto o Brasil, os participantes do governo e convidados estudiosos ou com conhecimento na área ambientalista e de sustentabilidade. Se fosse outro país, de

fato as APs teriam outros desdobramentos, outros interesses e outros gêneros, consequentemente outros estágios de realização.

Segundo Martin (1992) “o gênero é composto de estágios”, e estes são responsáveis pelo seu desenvolvimento tendo uma função, e pela realização da interação ao contribuir com seu objetivo. Cada estágio que se apresenta em um gênero motiva-se pelo seu propósito, tendo em vista as escolhas que são feitas dependendo do contexto e da função social que pretende exercer. Para Martin e Rose (2007), cada gênero compõem-se de estágios que são necessários a determinadas situações sociais, e a cada situação os padrões de uma cultura podem ser determinantes, como os que se inserem as APs em análise.

Os primeiros dados encontrados na realização da análise das APs, referem-se aos gêneros e estágios que as compõem, quais são os mais utilizados, tanto por políticos quanto por especialistas. O Quadro 7, condensa os principais gêneros e estágios encontrados nas APs em análise.

GÊNERO	Audiências Públicas						TOTAL
	AP#01	AP#02	AP#03	AP#04	AP#05	AP#06	
Recontagem Histórica	02	01	01	03		02	09
Relatos Históricos					04	05	09
Explicação Sequencial	02	01	01		02	02	08
Explicação Consequente	01		02		04		07
Relatórios descritivos	01			06		01	08
Relatórios Classificatórios	01		01				02
Relatório de Composição	06	03	04	03	04	03	23
Exposição	16	02	14	14	17	19	82
Discussão	20	27	07	19	26	10	109
<b>SUBTOTAL</b>	<b>49</b>	<b>34</b>	<b>30</b>	<b>45</b>	<b>57</b>	<b>42</b>	<b>257</b>
<b>ESTÁGIOS</b>							
Apresentação	08	02	06	04	07	09	36
Mediação	14	02	11	05	14	13	59
Agradecimento	12	03	13	07	10	11	56
Sinopse	01	01	01	01	01	01	06
<b>TOTAL</b>	<b>84</b>	<b>42</b>	<b>61</b>	<b>17</b>	<b>32</b>	<b>34</b>	<b>414</b>

Quadro 7 – Gêneros e estágios que compõem as Audiências Públicas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.



As maiores ocorrências concentram-se nos gêneros argumentativos de exposição e discussão, após o relatório de composição e os demais. Desse modo, a AP sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável é formada a partir de gêneros simples como exposição, explicação, relatórios e discussão, incluindo as apresentações, mediações, agradecimentos e sinopses que funcionam como estágios.

Os gêneros apresentados no Quadro 7, são os encontrados em todas as APs analisadas. Alguns gêneros apresentam maiores ocorrências em determinadas APs e não se apresentam em outras, como é o caso dos relatórios descritivos. Da mesma forma, há gêneros como a discussão que tem sua predominância de maior ocorrência em todas as APs analisadas.

O gêneros encontrados nas APs apresentam escolhas feitas por seus participantes, que podem ser observadas no Quadro (08). O Presidente faz mais o uso da palavra quando se trata da mediação, pois compete a ele intervir nos discursos e encaminhá-los a novas indagações. Os políticos também fazem uso significativo de gêneros como a discussão (51 ocorrências). Já os convidados fazem mais de uso da exposição (59) e discussão (58), o que também corresponde ao maior objetivo da AP, ao trazer participantes especialistas para o debate sobre pontos de vistas e propostas.

<b>GÊNEROS</b>	<b>POLÍTICOS</b>	<b>ESPECIALISTAS</b>
Recontagem Histórica	01	08
Relato Histórico	05	04
Explicação Sequencial	06	02
Explicação Consequente	05	02
Relatórios descritivos	02	06
Relatórios Classificatórios	00	02
Relatório de Composição	04	19
Exposição	23	59
Discussão	51	58
<b>SUBTOTAL</b>	<b>97</b>	<b>160</b>
<b>ESTÁGIOS</b>		
Apresentação	10	26
Mediação	59	00
Agradecimento	21	35
Sinopse	06	00
<b>TOTAL</b>	<b>172</b>	<b>186</b>

Quadro 8 – Ocorrências de gêneros e estágios por políticos e especialistas

As APs priorizam, a partir de um requerimento assumido por um político/parlamentar, os temas a serem tratados e elencam os expositores/convidados. Há um desenvolvimento para que se chegue a discussões, de acordo com informações da CMDAS, “quando o tema exige defensores e opositores, durante a discussão e apreciação da matéria, geralmente os parlamentares complementam esses expositores de forma a haver o contraditório”. Cabe ao Presidente da Comissão garantir que haja o contraditório nas exposições, selecionando os convidados das APs. Assim, reforça-se a noção de maior ocorrência dos gêneros discussão e exposição no *corpus*.

A AP sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável caracteriza-se por apresentar caráter argumentativo, que possibilita aos participantes, ao se expressarem, usar discursos de forma a expor ou questionar o que está em discussão. Permite também, retomar aspectos históricos que influenciem nas decisões e reivindicações realizadas.

A apresentação dos gêneros que compõem as APs em análise se dará pela exemplificação das menores ocorrências às maiores encontradas no *corpus*. Os primeiros gêneros em questão são os relatórios classificatórios e descritivos que apresentam como suas características critérios de classificação e/ou de descrição de um fenômeno. Em (51 e 52) podem ser observados como ocorrem.

51	<p>Nesse estágio, vários estudos são realizados, sobre ecossistemas aquáticos, ecossistemas terrestres, modos de vida, organização territorial, base econômica da região, população tradicional, população indígena, custo unitário de referências e barramentos, questões energéticas, georreferenciamento, seleção de melhores opções. Faz-se ainda uma avaliação ambiental integrada da bacia que se está analisando. Esse é o primeiro estágio, o de inventário, que dura até 2 anos.</p> <p>O segundo passo: a fase de viabilidade. Uma vez identificados os melhores aproveitamentos economicamente viáveis e ambientalmente possíveis, parte-se então para um estudo de viabilidade, que é uma avaliação mais técnica e econômica, de modo a dar um zoom nos aproveitamentos.</p>	AP#03
52	<p>Essa história nos leva àquela pesquisa dos 90%. Diziam-me o seguinte: 45% correspondiam à falta de atenção, e os outros 45% estavam divididos entre 20% e 25% entre desobediência e erro. Eu disse: está aí a solução para o problema. Falta de atenção, desobediência e erro correspondem a 90% dos acidentes. Mas o que é falta de atenção, desobediência e erro? É a falta de educação, certamente. Se eu der educação cidadã a todos-pedestres, passageiros, condutores-, esse negócio vai melhorar.</p> <p>Então, eu fui para a Comissão do Código com essa ideia, e nela criamos algo novo. O Código, hoje, tem um capítulo sobre educação de trânsito, coisa que a Código anterior não tinha...</p>	AP#04

O exemplo (51) caracteriza-se por ser um relatório classificatório em que sua principal função é subclassificar membros de uma classe geral, o que pode ser evidenciado no excerto pelos estágios apresentados, 1 e 2 da mesma forma que a classificação dos estudos realizados. Já em (52), a característica típica de um relatório descritivo é evidenciada pelas porcentagens apresentadas e descritas, considerando assim, a classificação e descrição das maiores causas dos acidentes de trânsito.

O relatório de composição, por sua vez, apresenta características de compor o todo, classifica uma entidade, as partes e dá atenção às suas funções, atividades como um todo.

<b>53</b>	<p>Operacionalização do Plano. A primeira coisa que precisamos fazer é definir o coordenador operacional. A ideia que tivemos foi que o coordenador operacional, de preferência, seja escolhido nos termos da legislação. É evidente que isso é uma sinalização, uma preferência.</p> <p>O Grupo de Acompanhamento e avaliação vai ter autonomia para seguir um caminho um pouco distinto desse, até porque existem interseções dentro desses pré-requisitos aqui estabelecidos. Em princípio, a Marinha seria o coordenador operacional em situações de águas interiores que não aquelas a partir da linha da costa; a Agência Nacional do Petróleo seria o coordenador no caso de incidência de poluição a partir de estruturas submarinas de perfuração e produção.</p>	<b>AP#01</b>
-----------	--	--------------

As explicações sequencial e consequente também apresentam ocorrências, que iniciam com o fenômeno e, após, a explicação, o que pode ser observado nos exemplos (54 e 55).

<b>54</b>	<p>O presidente Penna já fez a apresentação da mesa. Como cada um tem 15 minutos, e, se começa a Ordem do Dia, nós temos que interromper os trabalhos, porque não podemos dar continuidade a eles, vamos ser bem breves. Eu vou passar a palavra, primeiramente, ao Dr. Stélio Pacca Loureiro Luna, Professor da UNESP, cientista que conhece a fundo essa questão que tem ajudado bastante a causa da proteção animal.</p> <p>Como foi dito no início, nós vamos fazer duas Mesas. Esta é a primeira. Depois que todos participarem, nós pediremos àqueles que estão na Mesa que vão à bancada e àqueles que estão na bancada que venham à Mesa.</p>	<b>AP#06</b>
-----------	---	--------------

55	Aqui, uma definição do que é usina-plataforma. Estamos trabalhando nesse sentido. Consiste em uma metodologia de planejar, projetar, construir e operar uma hidrelétrica ou um conjunto de hidrelétricas situada <sup>31</sup> em espaços territoriais legalmente protegidos ou aptos a receber proteção formal em áreas com baixa ou nenhuma ação antrópica, de modo que sua implementação se constitua num vetor de conservação ambiental permanente. A ideia é inserir a hidroeletricidade lá e preservar a área, considerar toda a região como um grande parque...	AP# 03
----	--	--------

Em (54) a explicação sequencial inicia com o fenômeno que é a própria AP e segue pela explicação de como vai ser conduzida, de que forma os participantes devem proceder na hora de suas apresentações. O exemplo (55), identificado como uma explicação consequente, expõe o fenômeno como uma definição de hidrelétrica e sinaliza as consequências de um trabalho a ser realizado em relação as hidrelétricas, com a intenção de inserir a hidroeletricidade e preservação da área. Constitui-se por uma explicação visando uma consequência futura.

Outros gêneros recorrentes são os de estruturação histórica, mais especificadamente a recontagem histórica e o relato histórico. No que se refere à recontagem histórica, tem-se como suas principais características as marcas de tempo, os participantes são agências, instituições públicas ou grupos de pessoas, o que pode ser observado no exemplo (56).

56	Já nos anos 80, quando foi criado o PROCONVE, o nosso Programa de Controle de Emissões Veiculares- que, na minha opinião, é o maior programa ambiental deste país, com resultados absolutamente expressivos, nós divulgamos já o inventário de poluentes automotores no Brasil-, observamos com clareza os seus resultados e a melhoria das emissões no Brasil, fruto da melhoria dos combustíveis e da melhoria dos motores impostas pelo CONAMA à indústria brasileira, tanto automobilística como a de combustíveis. Então, nos anos 80 já era grave a situação de qualidade do ar nas nossas grandes cidades e foi, então, criado esse programa, O PROCONVE. Em 1968, veio a resolução nº 18, que foi a primeira...	AP# 04
----	---	--------

A recontagem histórica exposta em (56) trata da criação de programas de controle de emissão veicular, pelo CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), participante público, e apresenta marcas de tempo como “anos 80” e “Em 1968”. O relato histórico se dá pelo uso de causa e efeito, baseia-se em realizações circunstanciais e verbais, preocupa-se em expor como um evento afeta outro. Observa-se o exemplo (57) como um excerto de relato histórico.

<sup>31</sup> Foram mantidos os erros de português.

57	<p>Só para recordarmos, o Plano que hoje está em vigência nasce de uma demanda do Presidente da República ao Fórum no seguinte questionamento: Prof. Pinguelli, o senhor deveria mobilizar o Fórum para apresentar algumas propostas. Na época, falava-se no enfrentamento à mudança global do clima. No Fórum, nós fizemos uma série de reuniões e, como resultado, apresentamos à Presidência da República uma proposta para a elaboração do Plano Nacional de Mudança do Clima, que foi encampada pela Presidência da República. No ano seguinte, 2007, tivemos a primeira versão desse Plano.</p> <p>Na construção da versão do Plano, o Fórum teve participação importante, porque, através de diálogos setoriais, nós conseguimos fazer essa conexão, esse diálogo, com vários setores da sociedade. Ao todo, Srs. Deputados, foram em torno de 28 reuniões que levamos para essa proposição.</p>	AP# 05
----	---	--------

No relato histórico apresentado em (57) utiliza-se história para se chegar ao objetivo de como um evento afeta o outro, tendo em vista todas as reuniões realizadas pelo Fórum para se chegar a uma proposta de elaboração do Plano Nacional de Mudança do Clima, que resultou mais adiante em sua primeira versão. A relação de causa que é a cobrança de uma mobilização do Fórum para apresentar propostas e efeito quando no Fórum forma realizadas reuniões e como resultado foi apresentada a elaboração do Plano Nacional de Mudança do Clima, é visível no excerto demonstrado.

O segundo gênero de maior ocorrência nas APs é a exposição, que apresenta seus estágios de tese, afirmando a posição a ser tomada, a argumentação, que apoia a tese exposta anteriormente e a reiteração, que faz uma reafirmação da tese com base nos argumentos expostos. Este gênero ocorre na fala da maioria dos convidados depoentes, e pode ser observado nos exemplos (58, 59 e 60) que se encontram na mesma AP e expõem o mesmo assunto (Inspeção veicular), porém por participantes diferentes.

58	<p>A resolução nº 418 dizia o quê? Que os Estados deviam se planejar e enviar aos seus conselhos estaduais o PCPV. Não havia nenhum tipo de comando de que o Ministério do Meio Ambiente deveria ser consultado ou que deveríamos ou não aprovar algo.</p> <p>Então, não há um mecanismo automático de que nós tenhamos conhecimento do que está sendo feito no País. Mas nós colocamos a equipe em campo para fazer um levantamento do que está acontecendo por aí...</p>	AP#04
----	--	-------

59	<p>Eu trouxe um breve texto, em que eu trago as ideias centrais que o Ministério da Saúde entende, enquanto vinculadas à inspeção veicular, e gostaria de deixar uma mensagem-chave do ponto de vista de saúde para o Congresso, para a sociedade brasileira e todos nós.</p>	AP#04
----	---	-------

	Essa geração tem a obrigação de mudar o paradigma de orientação sobre como estamos fazendo a mobilidade pública neste País. Se mantivermos os padrões colocados, vamos enxugar gelo e jogar dinheiro fora, não só em termos de violência como também do ponto de vista de qualidade e meio ambiente e de saúde. A carga poluente que estamos jogando do ponto de vista da curva ascensional no nosso País não tem precedente. Não adianta melhorar a qualidade dos automóveis se, de um, a gente substitui dez, se, de algumas motocicletas, a gente substitui algumas centenas. Isso é uma regra quase básica, é o que o Professor Saldiva vem demonstrando em suas pesquisas pioneiras em São Paulo.	
--	--	--

<b>60</b>	Hoje todo mundo se acomodou ao rodízio. Se não fosse o rodízio, metade da população teria que ir embora. Hoje, todo mundo se acomodou, relativamente, mas o Fábio Feldmann nunca mais conseguiu se eleger para nada porque foi tido como o homem que implantou o rodízio na cidade de São Paulo, ou seja, ele perdeu todas as eleições posteriores. (Risos.) Ele mesmo fala isso...	<b>AP#04</b>
-----------	---	--------------

Após a exposição, a maior probabilidade da ocorrência de um gênero aponta para a discussão. O gênero discussão foi o mais encontrado nas APs analisadas. É utilizado em sua potencialidade tanto pelos políticos quanto pelos especialistas ao cumprir um papel muito importante nas APs. É responsável por discutir alternativas e soluções que viabilizem as decisões tomadas em relação ao meio ambiente.

As discussões geralmente ocorrem da metade das APs para o final, apresentam a estrutura de **questão, lados e resolução**. Suas marcas linguísticas concentram-se na escolha de avaliações e nas antiexposições ( metadiscurso, razão, negação, nominalização). Pode ser observado nos exemplos (61, 62 e 63) retirados da mesma AP.

<b>61</b>	SR. PRESIDENTE (Deputado Irajá Abreu)- Então, Sr. Andrey, eu gostaria de aproveitar a sua presença para fazer duas ponderações: primeiro, eu gostaria de saber qual é a posição oficial do IPHAN. Considera adequado o projeto de lei do Deputado Angelo Vanhoni ou o substitutivo do atual Ministro Mendes Ribeiro?	<b>AP#02</b>
-----------	--	--------------

<b>62</b>	O SR. ANDREY ROSENTHAL SCHLEE- Para o IPHAN, sob o ponto de vista comparativo, o projeto de lei é mais abrangente- o substitutivo reduz muito; e, sob o ponto de vista particular, ele exclui o IPHAN da discussão, o substitutivo. Portanto, parece-me que seria, respondendo diretamente, o projeto de lei. No entanto, o projeto de lei tem alguns problemas e, por isso, o IPHAN apresenta uma série de sugestões.	<b>AP#02</b>
<b>63</b>	O SR. PRESIDENTE (deputado Irajá Abreu)- Está certo. Quando ao mérito, Sr. Andrey, acompanhei atentamente a exposição de V.Sa. e lembrei-me como é costume Parlamentar, de tentar transferir o tema à sua realidade local...	<b>AP#02</b>

A relação da construção das APs sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável com o seu objetivo se dá no maior número de gêneros possíveis para expressar tudo que é necessário. As recontagens históricas voltam a anos que passaram contando a história de instituições, agências ou empresas que são importantes hoje para a elaboração de documentos, para a discussão de como deve ser tomada uma decisão. Os relatos históricos servem como base para posteriores relatórios, exposições e discussões.

Nesta descrição de gênero torna-se relevante a demonstração de critérios que os fazem ser mais ou menos recorrentes nas APs. Os critérios e suas ocorrências podem ser verificados e localizados nas topologias representadas na Figura 11. A topologia, de acordo com Rose e Martin (2007, p. 128) é o que “permite relacionar os gêneros mais ou menos um com o outro”<sup>32</sup>, é uma forma de compreensão visual útil para a análise dos gêneros de forma a modelar suas relações existentes.

As topologias indicam em sua composição aspectos característicos de cada gênero, situando-os nos eixos que mais predominam. Os critérios apresentados na Figura 11 expressam a localização dos gêneros de acordo com sua funcionalidade, as estruturações históricas, as explicações, os relatórios e as argumentações, apresentam critérios diferentes, por isso, não podem ser expressos na mesma topologia. A posição que cada gênero ocupa em relação a sua topologia é o que o caracteriza sua composição. Por exemplo, as recontagens históricas situam-se entre as marcas de tempo e os participantes públicos, já os relatos históricos estão entre as causas e efeitos e as realizações circunstanciais e verbais.

Na topologia apresentada podem ser observados dois polígonos curvos com a intenção de expor os gêneros de acordo com suas ocorrências e critérios. O polígono curvo interno representa os gêneros de menor ocorrência nas APs, exceto o relatório de composição, que se localiza juntamente com os outros tipos de relatório; Observe-se que está localizado à direita, próximo aos gêneros expositivos e argumentativos que representam as maiores ocorrências no *corpus*. Os quadrantes e as mediatrizes auxiliam na separação de critérios correspondentes a cada grupo de gêneros, ao mesmo tempo que separam, exibem, juntamente com os polígonos curvos, um ciclo que se apresenta como uma totalidade na constituição

---

<sup>32</sup> which allows us to relate genres as more or less like one another.

de uma macrogênero, ou seja, todos os gêneros apresentados, por mais que estejam em eixos cartesianos separados, representam um todo, o macrogênero. Os estágios se localizam em um círculo menor correspondente a uma etapa de realização, não dispõem de critérios, por isso estão localizados no mesmo plano. Acrescente-se a noção de macrogênero como um componente necessário para a realização das APs.

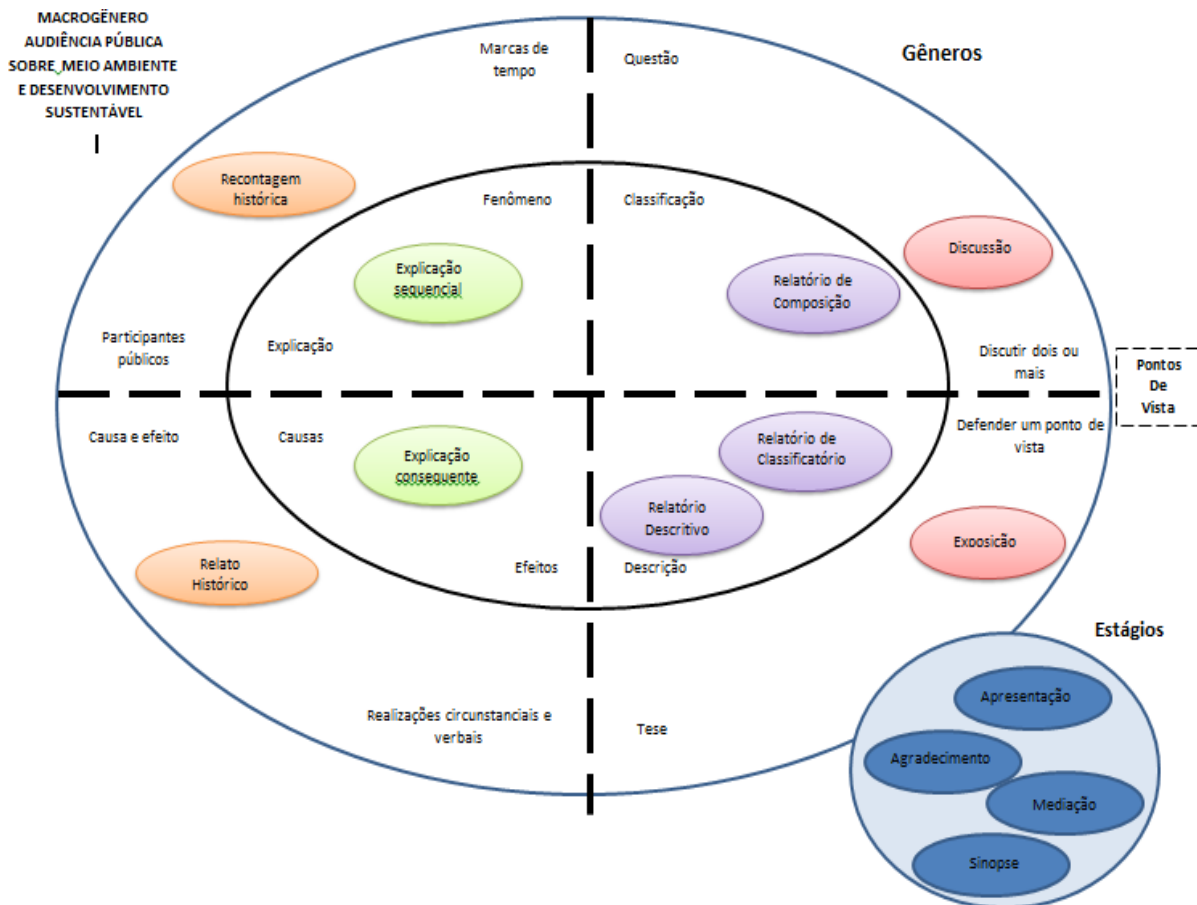


Figura 11 – Topologia dos gêneros e estágios que compõem as Audiências Públicas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Adaptado de Martin e Rose, (2007).

Com a apresentação de todos os gêneros que compõem as APs, é possível afirmar que elas constituem um macrogênero, conceito cunhado por Rose e Martin (2007). De acordo com os autores, os gêneros podem se apresentar de formas individuais ou compostas de estruturas sequenciais, que são caracterizados como macrogênero, termo usado para auxiliar na definição de gêneros mais complexos,



que são formados por gêneros mais simples. É o caso das APs que são constituídas por vários gêneros e estágios.

Os gêneros que compõem o macrogênero AP são os 09 já citados (recontagem histórica e relato histórico; explicação sequencial e explicação consequente; relatório descritivo, relatório classificatório e relatório de composição; exposição e discussão). Já as ocorrências de apresentação, mediação, agradecimento e sinopse são característicos do macrogênero; não são considerados gêneros como os demais, apenas evidenciam-se como estágios necessários para o seu funcionamento.

Tendo-se percebido que a AP constitui um macrogênero observa-se, ao mesmo tempo, que os gêneros que a compõem manifestam-se como obrigatórios ou opcionais, e que os estágios apresentam-se iterativamente no macrogênero. Pode-se afirmar que tal configuração de macrogênero (a AP) possui então uma Estrutura Potencial, a exemplo da EPG de Hasan (1989). A partir desta constatação pode-se construir uma Estrutura Potencial do Macrogênero (EPMG), em que alguns gêneros estão sempre presentes no macrogênero e outros não.

O Quadro 9 sumariza a distribuição dos gêneros que compõem as Audiências Públicas analisadas e sua tipificação na EPMG.

continua

<b>Gêneros presentes nas Audiências Públicas</b>		
	<b>Gêneros</b>	<b>Estágios</b>
Marcas de tempo (ano, século...) e participantes (agências públicas...)	Recontagem histórica	<b>Opcional</b>
Apresenta causa e efeito.	Relato Histórico	<b>Opcional</b>
Apresenta uma série de eventos- relação causal implícita.	Explicação sequencial	<b>Opcional</b>
O evento apresenta duas ou mais consequências. Pode ser marcado com o uso da condicional “se”.	Explicação Consequente	<b>Opcional</b>
Afirma critérios de classificação.	Relatórios Descritivos	<b>Opcional</b>
Classifica e descreve o fenômeno.	Relatórios classificatórios	<b>Opcional</b>
Classifica as partes e suas funções.	Relatório de Composição	<b>Obrigatório</b>
Uso de conjunções (em primeiro lugar, portanto, e, por), metadiscorso (razões, problema), e reiterações de sua posição.	Exposição	<b>Obrigatório</b>
Avaliação, antiexposições, nominalizações, negação, razão...	Discussão	<b>Obrigatório</b>
Apresentação inicial falando o tema, e as atividades	Apresentação	<b>Iterativo</b>

propostas.		
Intervenções realizadas pelo Presidente e atividades de condução da AP.	Mediação	<b>Iterativo</b>
Uso de expressões de agradecimento por parte do Presidente.	Agradecimento	<b>Iterativo</b>
Resumo da AP feito no final da AP.	Sinopse	<b>Iterativo</b>

Quadro 9 – Estrutura potencial do macrogênero- Audiências Públicas

Fonte: Autor.

Os gêneros obrigatórios não seguem uma estrutura fixa, mesmo sendo recorrentes em todos os textos, entretanto apresentam itens léxico-gramaticais recorrentes. As exposições, que tem o objetivo de expor argumentos e provocar discussões, realizam-se por meio de conjunções, metadiscursos e reiterações. As discussões, também apresentadas como gênero obrigatório, constituem como suas características as posições de lados contrários, cumprindo seu papel de questionamento e discussão diante os temas tratados nas APs. Outro gênero obrigatório é o relatório de composição, que permite ao político/especialista utilizá-lo de forma a enriquecer suas possíveis exposições e discussões, apresentando dados colaborativos para a questão em foco.

Já os elementos opcionais são os que podem ou não estar presentes em todas as ocorrências do macrogênero. Os encontrados nas APs são recontagem histórica, relato histórico, explicação sequencial, explicação consequente, relatório descritivo e relatório classificatório, cada um apresenta características próprias de acordo com o Quadro 9. Os gêneros opcionais vêm oferecer mais informações ao texto, não se apresentam em uma ordem fixa, mais auxiliam os objetivos na forma de estruturações históricas, explicações e relatórios que contribuam para as exposições e discussões.

Na identificação dos estágios iterativos foram constatados: apresentação, mediação, agradecimento e sinopse. Os elementos iterativos, considerados como estágios da Audiência Pública, ocorrem na função de reforçar ideias. A apresentação é um estágio que traz à tona o tema a ser exposto e discutido. Parece ser necessário por ser o primeiro contato do Presidente com os participantes, ao mesmo tempo retomando possíveis orientações para o percurso durante as Audiências. As mediações são estágios que permitem ao político, geralmente o

Presidente, reforçar uma ideia exposta e passar a palavra ao próximo participante. Os agradecimentos acontecem depois da realização dos gêneros obrigatórios sempre retomando a ideia de participação na Audiência. Por fim, a sinopse faz um apanhado de todas as considerações importantes realizadas durante a Audiência. São estágios que contribuem no andamento, concretização e finalização do evento comunicativo. Dessa forma, mais uma vez são reforçados os conceitos, ideias e discussões ocorridas.

Para Motta-Roth e Heberle (2005), o conceito de EPG não é rígido, permitindo variações, ao “dar conta do leque de opções de estruturas esquemáticas específicas potencialmente disponíveis aos textos de um mesmo gênero (HASAN, 1989, p. 108). Do mesmo modo a EPMG também não é rígida e permite variações tais quais as apresentadas nesta seção.

## **5.2 Modalidade em audiências públicas**

Nas APs, um dos recursos linguísticos utilizados pelos políticos e especialistas é a modalidade. A ela se deve o comprometimento dos falantes em seus discursos, de modo que se torna relevante compreender as categorias de modalidade empregadas nas APs selecionadas.

Nesta seção, são apresentados inicialmente alguns dados quantitativos importantes para posteriores considerações e interpretações. A seguir é feita a interpretação e exemplificação dos dados expostos anteriormente. As 584 ocorrências de modalidade encontradas no *corpus* analisado estão lexicalizadas em diferentes formas e tempos verbais (ex. poder- poderá- poderiam- poderão). Os resultados expostos a seguir estão distribuídos em duas subseções, a referente aos discursos dos políticos (Grupo P) e a referente aos discursos dos especialistas (Grupo E). Posteriormente é feita outra subdivisão em cada grupo, em que se apresentam os resultados obtidos em relação à modalização nos dois grupos (P-Mda e E-Mda) e modulação (P-Mdu e E-Mdu). Todos os resultados serão interpretados semanticamente em contexto com os gêneros que os compõem.

A modalidade apresenta as maiores ocorrências nos gêneros de exposição e discussão, que apontam para os verbos *poder* e *dever*, o que indica uma

característica de argumentação, que pode ou não levar o político ou especialista a se comprometer com seu discurso. Destaca-se a questão de que as marcas linguísticas de maior ocorrência determinam os gêneros, e ao mesmo tempo são determinados pelos gêneros em situações de uso.

Com base na descrição e exemplificação dos gêneros apresentada anteriormente, é possível observar, como base inicial no Quadro 10, o uso dos verbos modais em cada gênero. As maiores ocorrências encontram-se nos gêneros argumentativos de exposição e discussão, que cumprem a sua função de expor argumentos, discutir lados de uma questão. Dessa forma, a maior ocorrência de modais está nas formulações de opiniões, exposições de ponto de vista, reivindicações e promessas de leis, documentos e serviços que necessitam ser alterados, cumprindo assim o principal objetivo das APs.

GÊNEROS	Verbos Modais					TOTAL
	Poder	Dever	Precisar	Parecer	Ter que/de	
Recontagem Histórica	04	03	02	-----	-----	09
Caso/acont. Histórico	10	04	02	-----	01	17
Explicação Sequencial	03	-----	-----	-----	-----	03
Explicação Consequente	03	01	-----	-----	-----	04
Relatórios descritivos	05	02	01	-----	-----	08
Relatórios Classificatórios	-----	-----	01	-----	-----	01
Relatório de Composição	26	22	08	01	01	58
Exposição	121	93	74	30	09/01	328
Discussão	70	24	22	08	06/ 02	132
<b>SUBTOTAL</b>	<b>242</b>	<b>149</b>	<b>110</b>	<b>39</b>	<b>20</b>	<b>560</b>
<b>ESTÁGIOS</b>						
Apresentação	05	03	02	01	-----	11
Agradecimento	-----	-----	-----	-----	-----	00
Mediação	04	03	-----	-----	01/ ---	08
Sinopse	03	01	01	-----	-----	05
<b>TOTAL</b>	<b>254</b>	<b>157</b>	<b>112</b>	<b>40</b>	<b>21</b>	<b>584</b>

Quadro 10 – Verbos modais nos gêneros que compõem as Audiências Públicas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Com base no *corpus* é possível destacar em sua composição o maior uso de gêneros argumentativos, sendo eles discussões (109) e exposições (82) de acordo

com a perspectiva da Escola de Sidney (MARTIN; ROSE, 2012). Em suas evidências linguísticas no que se referem ao uso geral da modalidade, as ocorrências se dividem em cinco principais verbos modais: *poder* (252), *dever* (164), *precisar* (115), *parecer* (45) e *ter que/de* (19), que podem ser visualizadas a partir da Figura 12. (01).

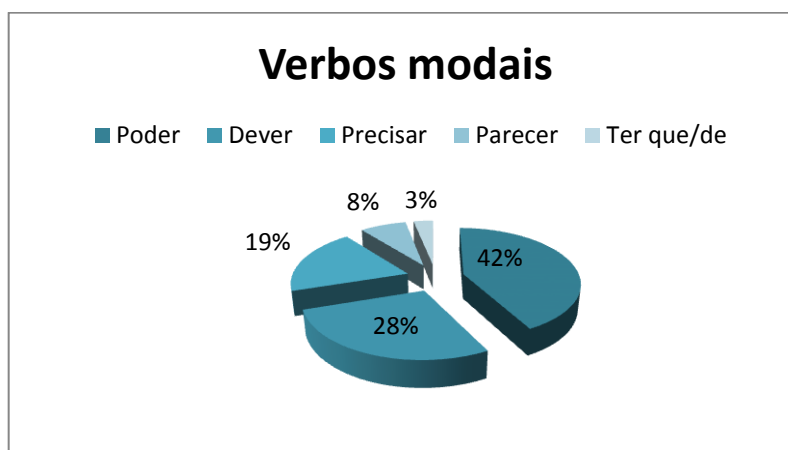


Figura 12 – Verbos modais utilizados nas Audiências Públicas

Fonte: Autor.

Os verbos modais se apresentam tanto nos discursos dos políticos quanto nos dos especialistas, com a maior ocorrência do verbo *poder*, caracterizado por 42% dos usos, seguido do *dever* que corresponde a 28% das ocorrências de modais.

As próximas seções destinam-se a apresentação das análises e interpretações semânticas de modalidade, de forma detalhada, especificando os usos dos verbos modais de acordo com os discursos políticos e discursos dos especialistas, bem como o grau de comprometimento dos mesmos quando se trata de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

## 5.2.1 Grupo P - discursos dos políticos

Os discursos dos políticos nas APs analisadas levaram a uma observação quanto aos usos dos gêneros e da modalidade. Os gêneros mais utilizados são as exposições e discussões, sendo que esses também registram o maior uso de modalidade no *corpus*. As ocorrências de verbos modais, nas APs analisadas, indicam o verbo modal *poder* como o mais recorrente, seguido de *precisar*, *dever*, *parecer*, *ter que* e *ter de*, empregados nas mais diversas formas e significados interpessoais. Os políticos a que se referem são o Presidente da CMADS e os demais deputados participantes das APs, que fazem mais usos dos modais em seus discursos quando se trata de exposições e discussões, que são etapas evidenciadas nas análises.

O Quadro 11 contempla os principais resultados de modalidade no que concerne ao discurso dos políticos.

Verbo modal	Grupo P- políticos												TOTAL
	Modalização (Mda)						Modulação (Mdu)						
	Probabilidade			Usualidade			Obrigação			Inclinação			
	certo	provável	Possível	sempre	usualmente	Ocasional mente	necessário	Aceitável	Permitido	Determina do	desejoso	Inclinado	
<i>Poder</i>	06	05	08	-----	-----	-----	----	-----	65	-----	-----	03	87
<i>Dever</i>	01	03	04	-----	-----	-----	06	09	05	-----	-----	03	31
<i>Precisar</i>	-----	-----	-----	-----	-----	-----	14	02	-----	-----	-----	03	19
<i>Parecer</i>	-----	08	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	08
<i>Ter que</i>	-----	-----	-----	-----	-----	-----	03	01	-----	-----	-----	01	05
<i>Ter de</i>	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	00
SUBT	07	16	12	-----	-----	-----	23	12	70	-----	-----	10	150

Quadro 11 – Grupo dos discursos dos políticos

A atenção recai sobre o uso do *poder* e do *dever* com o maior número de ocorrências, sendo usado tanto na troca de informações (modalização) quanto na

troca de bens e serviços (modulação), que evidencia o maior objetivo deste estudo, as trocas realizadas durante as APs.

As próximas seções (5.2.1.1, 5.2.1.2, 5.2.1.3, 5.2.1.4 e 5.2.1.5) mostram a descrição dos resultados obtidos em relação ao discurso dos políticos no emprego dos verbos modais *poder*, *dever*, *precisar*, *parecer* e *ter que/de*, sejam eles em modalização ou modulação.

#### 5.2.1.1 Verbo modal *poder*

A apresentação do verbo *poder* indica o modal com o maior número de ocorrências nos discursos políticos. As 87 ocorrências encontradas se dividem em 19 de modalização (troca de informações) e 68 de modulação (troca de bens e serviços). São usados principalmente nos gêneros de exposição e discussão considerando a tarefa de expor argumentos e discuti-los. Evidencia-se que, no emprego do modal *poder*, as 19 ocorrências de modalização (Grupo P-Mda) dividem-se entre os graus de certeza/alto (06 ocorrências), probabilidade/médio (05 ocorrências) e possibilidade/baixo (08 ocorrências) apontando para o maior uso do grau baixo de probabilidade.

Pode-se observar nos a partir dos exemplos (64 e 65) os usos de *poder* expressando os graus de probabilidade em que ocorreram.

<b>64</b>	Eu não tenho dúvidas de que a exploração do petróleo é uma atividade de altíssimo risco. Ninguém <b>pode</b> negar isso. Tanto a exploração, o transporte, até mesmo o consumo tem-se mostrado, por outros motivos, também altamente perigoso.	<b>AP#01</b>
<b>65</b>	A cordialidade é o nosso lema aqui, cordialidade! Não vamos dizer "não", mas como dizer o sim. <b>Pode</b> ser até que a gente diga "não", mas de uma maneira bastante educada.	<b>AP#03</b>

O exemplo (64) demonstra o uso do modalizador por parte do Presidente, sendo ele um deputado, que o utiliza em sua exposição ao evidenciar um grau alto de certeza, o que indica probabilidade na troca de informações. O deputado enfatiza de forma negativa, com o uso do *poder* o alto risco da exploração de petróleo.

Já em (65) o *poder* é utilizado pelo Presidente com o intuito de possibilidade, expressando um grau baixo de probabilidade em sua exposição. Neste caso o modal contribui de forma a não comprometer o político, apresenta-se no tempo presente demonstrando baixa assertividade, mas auxilia na troca de informações.

Dado o caráter polissêmico do modal *poder*, quanto à modulação (Grupo P-Mdu), foi empregado em sua totalidade nos graus baixos. Apontam os dados de obrigação 68 ocorrências indicando significados de permissão, e também 03 ocorrências que indicaram inclinação/capacidade. São os exemplos (66 e 67).

66	Eu espero que a classe científica proporcione um debate na Comissão de Ciência e Tecnologia e que convide os protetores dos animais para que possam também enriquecê-lo. Com isso, a gente <b>pode</b> encontrar um meio comum. Tenho certeza de que nós vamos atender mais de 90% daquilo que espera a população dos homens públicos, do Governo Federal e das entidades de proteção aos animais.	AP#06
----	--	-------

67	...mas existe, por menor que seja, ricos de isso <b>poder</b> entrar em áreas privadas de terceiros ou não? Limita-se especificamente a essas comunidades?	AP#0 2
----	--	-----------

Em (66) *poder* é usado como permissão, para se encontrar um meio comum em relação as discussões e debates acerca do tema de maus tratos aos animais, ou seja, para uma ação acontecer. A ocorrência indica um baixo grau de obrigação, um não comprometimento, apresenta-se no tempo presente, situação em que foi proferido pelo Presidente da AP no andamento de sua sinopse. No exemplo (67) também se evidencia *poder* como grau baixo de obrigação, permissão na troca de bens e serviços. Neste exemplo, o modal foi proferido pelo Presidente, em sua discussão, o que indica o uso de *poder* em grau baixo, pelo presidente da comissão, nos dois casos.

As ocorrências do modal *poder* nos discursos políticos reforçam a ideia da troca de bens e serviços, embora com um baixo grau de comprometimento por parte dos falantes, tanto do Presidente da CMDAS quanto dos deputados participantes que expressam a maioria, 95,7% de seus usos em um grau de permissão/ obrigação.



### 5.2.1.2 Verbo modal *dever*

No que concerne ao verbo modal *dever*, nos discursos dos políticos, foi o segundo que mais ocorrências apresentou (31) o que corresponde a 28% dos modais encontrados. As ocorrências encontradas se caracterizam tanto em modalização quanto em modulação. No que se refere ao grupo P-Mda foram encontradas 08 ocorrências, distribuídas nos três graus de probabilidade, sendo no grau mais baixo o maior uso (04 ocorrências), o que pode ser observado no exemplo (68).

<b>68</b>	Uma outra questão que eu gostaria de saber – e nós temos que de alguma maneira pesquisar isso- é como estão, de fato, atuando os outros países nesse aspecto. O WWF, por exemplo, <b>deve</b> ter informações de como estão sendo tratados os planos nacionais sobre mudanças climáticas nos países, à luz dessa crise que se está vivendo.	<b>AP#05</b>
-----------	---	--------------

<b>69</b>	Eu lembro que, ainda na minha primeira juventude, <b>devo</b> estar na terceira ou quarta (riso), tive contato com a cultura oriental de maneira muito importante. Já naquele tempo, o mestre que me acompanhava dizia que a sociedade ficou tão sofisticada, com tantos instrumentos de defesa, que a relação com os animais passou a ser um elemento importante para o equilíbrio do indivíduo — dizia ele lá atrás.	<b>AP#06</b>
-----------	--	--------------

Em (68) o modal é utilizado em um baixo grau de probabilidade. O deputado faz o uso em sua exposição, indicando a possibilidade de se ter informações dos planos nacionais sobre mudanças climáticas em outros países. O uso do *dever* no presente reforça a afirmação, mas não compromete sua fala.

O exemplo (69) expressa um grau médio de probabilidade na troca de informações, indicando pelo uso que o Presidente da CMADS faz do modal, o significado de que provavelmente ele esteja na terceira ou quarta juventude. O modal *dever* é utilizado para auxiliar na exemplificação durante a sua recontagem histórica, é evidenciado por apresentar o verbo em tempo presente que de acordo com Dall' AglioHattnher (1996, p.167) refere-se a uma avaliação do falante como “altamente provável”.

O maior número de casos com o modal *dever*, 76,6% situa-se na modalidade deôntica (grupo P-Mdu), em que predomina o grau médio de obrigação (09

ocorrências), demonstrando ocorrência também nos graus alto (06) e baixo de obrigação (05) e baixo de inclinação (03). Os exemplos (70, 71 e 72) correspondem as ocorrências de modulação.

<b>70</b>	...E a nossa relação com os animais <u>deve-se</u> pautar nos princípios de ética, do respeito, do cuidado, do carinho...	<b>AP#06</b>
-----------	---	--------------

<b>71</b>	O Deputado Ricardo Izar, Presidente da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Animais, vai fazer sua arguição, porque também tem outros compromissos. Mas vai ficar conosco aqui — vai e volta. Ao término, vamos discutir sobre um requerimento que <u>devemos</u> encaminhar ao Tribunal de Contas da União, em função dos recursos.	<b>AP#06</b>
-----------	--	--------------

<b>72</b>	Ele disse: “Não, eu não vou indicar nenhuma porque nenhuma atende”. “Nenhuma, Promotor?” “Não, nenhuma.” “Em Minas Gerais inteiro?” “Inteiro.” “Então, o senhor acha que até no Brasil inteiro?” “Nenhuma.” “Então, o senhor que não <u>deveríamos</u> ter mineradora em funcionamento?” “Não, nós não deveríamos ter nenhuma mineração funcionando.” Isso está gravado nos Anais da Assembleia de Minas.	<b>AP#06</b>
-----------	---	--------------

O uso do *dever* em (70) está indicando, na modalidade deôntica, obrigação em grau alto, o que pode ser observado pelo uso do político em sua exposição, caracterizando como uma necessidade de ética, respeito, cuidado e carinho no trato com os animais. O exemplo (71) expõe o uso do modal em um grau médio de obrigação, o que é aceitável de uma ação, que o requerimento seja enviado ao Tribunal de Contas da União. O Presidente da Audiência formula o uso do *dever* em sua mediação, que durante toda a análise apresenta-se com uma baixa ocorrência de modais. Quanto ao exemplo (72) se expõe o grau baixo de obrigação, característico dos significados de permissão, a forma interrogativa dá essa ideia de não permitido. O Deputado faz o uso em um relato histórico, expondo o verbo no futuro do presente, situando-o nas possibilidades de uma ação.

O fato de os políticos usarem mais o verbo modal *dever* como modulação (troca de bens e serviços) e, com maior ocorrência o grau médio de obrigação, aponta para as ações que tem o tom de obrigação e que são “aceitáveis” de se concretizar.

### 5.2.2.3 Verbo modal *precisar*

O verbo modal *precisar* tem sua essência carregada de significados de trocas no âmbito das ações, da necessidade dos bens e serviços. Com isso suas ocorrências se apresentam apenas na forma de modulação (P-Mdu). Foram encontradas 19 ocorrências, das quais 14 expressam o grau alto de obrigação, 02 o grau médio e, 03 o grau baixo de inclinação. Os exemplos (73 e 74) representam os achados.

<b>73</b>	Eu acho que nesta Comissão nós <b>precisamos</b> provocar um debate mais diretamente sobre esse assunto, sobre essas possibilidades. Uma outra questão que eu gostaria de saber — e nós temos que de alguma maneira pesquisar isso — é como estão, de fato, atuando os outros países nesse aspecto.	<b>AP#05</b>
-----------	---	--------------

<b>74</b>	Dra. Karen, <b>precisamos</b> ter acesso imediatamente a isso. Não podemos esperar chegar o segundo semestre para termos acesso a esse texto, porque debatemos semanalmente a matéria aqui.	<b>AP#05</b>
-----------	---	--------------

O exemplo (73) expressa a modulação em grau alto de obrigação, necessidade. O deputado faz o uso do *precisar* com o intuito de obrigação/necessidade, refere-se não só a ele, mas insere com o termo “nós”, todos os presentes, na necessidade. O tempo presente é utilizado reforçando a ideia de obrigação, o uso se dá em exposição, remetendo a uma necessidade de provocar um debate sobre o assunto, no caso o processo de revisão do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas. Como o investimento nas declarações é alto, essa estratégia confere ao deputado comprometimento com o seu dizer.

O exemplo (74) corresponde ao uso do modal com um grau alto de obrigação.

O uso de *precisar* é feito pela senadora, com o intuito de cobrança, incluindo outro participante na ação, no caso a Dra. Karen. É realizado em sua exposição e mostra o verbo no presente, o que ressalta a ideia de uma ação em andamento.

Os usos do verbo modal *precisar* concentram-se nas ocorrências de modulação/obrigação em grau alto, conferindo aos políticos comprometimento em seus discursos, seja na cobrança de bens e serviços ou na necessidade de executá-los.

5.2.1.4 Verbo modal *parecer*

Verbo modal de estudos recentes em língua portuguesa, que apresenta um potencial para expressar significados no nível do pensamento da imaginação, indica em sua totalidade usos de modalização (Grupo P-Mda), caracterizando-se pela troca de informações. Na análise foram encontradas 08 ocorrências de *parecer* pelos discursos dos políticos. Concentram-se em grau médio de probabilidade, como no exemplo (75).

<b>75</b>	Em 1998, eu já discutia o monitoramento por satélite de vazamentos. Já era naquela época algo plausível, que poderia ser alcançado. Bem hoje me <b>parece</b> que já é um fato, pode até ainda não existir a sala e tal...	<b>AP#01</b>
-----------	--	--------------

O exemplo (74) mostra o uso do modal *parecer* em um grau médio de probabilidade. O Presidente faz o uso em sua discussão alegando uma certa responsabilidade ao usar o referente “me”, mas não compromete-se com o que é dito. Usa um modal em um grau médio, que a afirmação pode ser considerada aceitável, mas não completamente verdadeira.

5.2.1.5 Verbos modais *Ter que/de*

Os verbos modais *ter que* e *ter de* são, de acordo com Neves (2006), verbos que expressam obrigação/necessidade referente a ações (Grupo P-Mdu). Dessa forma, as ocorrências encontradas referem-se a 03 de obrigação em grau alto, 01 de obrigação em grau médio e 01 de inclinação em grau baixo. O exemplo (75) expressa o maior número de ocorrências.

<b>75</b>	V.Exa. tem o apoio deste Deputado, e vamos trabalhar com todos os Deputados para que aprovemos essa lei. A partir do momento em que nós estabelecermos penalidades como multa e prisão, eu tenho certeza de que, como os cientistas são inteligentes, eles vão achar outra maneira de fazer pesquisa, sem <b>ter que</b> sacrificar animais.	<b>AP#06</b>
-----------	--	--------------

O exemplo (75) corresponde ao uso do *ter que* em um grau alto de obrigação/necessidade, no caso, a expressão por parte do deputado é de necessidade negativa, mas reforça a ideia de obrigação. É utilizado em uma exposição, na defesa de que não é, e não vai ser, necessário o sacrifício de animais, a partir do momento em que forem estabelecidas penalidades, multa e prisão.

Os outros usos de *ter que* encontrados no *corpus* caracterizam-se pela necessidade e aceitabilidade em casos de obrigação e pela inclinação na busca de ações, de concretizações. Contudo, não foram registradas ocorrências do modal *ter de* nos discursos dos políticos.

A próxima seção está destinada à apresentação dos verbos modais utilizados pelos especialistas/convidados das APs em análise.

### 5.2.2 Grupo E- discurso dos especialistas

Ao solicitar a participação de convidados nas APs, tem-se como objetivo também analisar seus discursos, uma vez que em sua maioria se deve a especialistas no tema a ser discutido. É um meio que a comissão, composta por políticos, encontra para buscar o reforço e o entendimento, da mesma forma que alternativas/soluções para os problemas ambientais e de desenvolvimento sustentável que se apresentam em curso. O efeito que se causa é no sentido de atribuição de responsabilidade não só aos políticos, mas a todos aqueles que fazem parte de uma AP, sendo os convidados a constituição de recursos de autoridade na apresentação e discussão de temas.

O Quadro 12, contém os dados obtidos acerca dos discursos dos especialistas nas APs em análise.

O uso da modalidade de acordo com Mira Mateus (2003) é a “gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes”, é expressar de formas diferentes um mesmo argumento.

Verbo modal	Grupo E- Especialistas												T O T A L
	Modalização (Mda)						Modulação (Mdu)						
	Probabilidade			Usualidade			Obrigaçãõ			inclinação			
	certo	provável	possível	sempre	Usualmen- te	Ocasional- mente	Necessário	Aceitável	Permitido	determinado	desejoso	inclinado	
<i>Poder</i>	37	16	36	-----	-----	-----	-----	-----	70	-----	03	05	167
<i>Dever</i>	-----	05	-----	-----	-----	-----	55	13	20	01	27	05	126
<i>Precisar</i>	-----	-----	-----	-----	-----	-----	84	03	02	-----	02	02	93
<i>Parecer</i>	-----	30	02	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	---	-----	32
<i>Ter que</i>	-----	-----	-----	-----	-----	-----	08	02	01	-----	02	-----	13
<i>Ter de</i>	-----	-----	-----	-----	-----	-----	01	-----	01	-----	---	01	03
SUBT	37	51	38	-----	-----	-----	148	18	94	01	34	13	434

Quadro 12 – Grupo E- Modais utilizados no discurso dos especialistas

As seções (5.2.2.1, 5.2.2.2, 5.2.2.3, 5.2.2.4 e 5.2.2.5) apresentam a obtenção dos resultados relativos ao uso dos modais *poder*, *dever*, *precisar*, *parecer* e *ter que/de*, nos discursos dos convidados nas APs em análise.

#### 5.2.2.1 Verbo modal *poder*

Nos discursos dos especialistas, o modal *poder* apresenta-se com o maior número de evidências (167 ocorrências). Sua utilização deu-se em E-Mda (modalização) com 89 ocorrências e em E-Mdu com 78 ocorrências. Este modal foi empregado tanto no tempo presente quanto no futuro do pretérito. As ocorrências estão distribuídas em sua maioria nos graus alto (certeza) 37 ocorrências e também baixo (possibilidade) 36 ocorrências, também apresentam 16 ocorrências em grau médio (provável). Os exemplos (76, 77, 78) expressam as escolhas dos especialistas nos usos do verbo modal *poder* quando se trata da troca de informações (modalização).

76	Na HSI, achamos que o século 21 será o século da transição dos testes de animas para métodos alternativos mais eficientes, mais seguros e mais éticos. Essa tradição já começou em vários países do mundo e <b>pode</b> começar imediatamente no Brasil. A Campanha Liberte-se da Crueldade é uma campanha mundial para acabar com o teste de cosméticos em animas.	AP#06
77	E os métodos utilizados são os procedimentos que vão ser realizados naqueles animais. O mérito <b>pode</b> ser grande o suficiente, porém não contempla o método adequado. Rapidamente vou dar um exemplo: o desenvolvimento de um remédio para o tratamento do diabetes mellitus, mas esse medicamento tem que ser administrado dentro do abdome, diretamente sobre o pâncreas.	AP#06
78	Ora, a gente sabe que essa dor e essa angústia advêm dessa ingestão forçada desses medicamentos, desses produtos químicos que têm efeitos tóxicos. Esses efeitos não <b>podem</b> ser sanados por anestésicos, que são limitados ao momento da ministração e não vão atingir todo aquele procedimento que <b>pode</b> durar até 90 dias, segundo as informações que a gente tem.	AP#06

O exemplo (76) expressa modalização (E-Mda), conferindo-lhe um grau alto de probabilidade. O uso do modal *poder* é feito pela especialista- Presidente da União Internacional Protetora dos Animais (UIPA), que em sua exposição atribui ao modal certeza do que está sendo dito, indicando comprometimento com seu discurso na troca de informações. O verbo no presente reforça a ideia de certeza na informação dada. No exemplo (77), é evidenciado o grau médio de probabilidade, que indica uma informação provável, mas não certa, no que se refere à realização de procedimentos em animais. O uso é correspondente a exposição da especialista- Professora da USP, que o profere no tempo presente e apresenta uma conjunção que sinaliza adversidade uma informação provável mas ainda não certa.

Ao expor o exemplo (78), pode-se observar dois usos do modal *poder*. O primeiro indica um grau alto de probabilidade, certeza do que está sendo dito: os efeitos da ingestão forçada de medicamentos pelos animais não vai ser amenizada por anestésicos. O segundo uso se refere a um grau baixo de probabilidade; indica possibilidade de os efeitos durarem até 90 dias, é o exposto pela especialista- Presidente da UIPA. Embora os dois usos estejam no presente, é possível observar a diferença de graus no concerne à informação que é provável, da informação que é possível.

O modal *poder*, por apresentar o maior número de ocorrências nos discursos dos especialistas, encontra-se em diferentes formas e tempos verbais. Outra

possibilidade de uso é a troca de bens e serviços (modulação). Dessa forma, as ocorrências de *poder* foram expostas em grau baixo de obrigação (70), graus médio (03) e baixo (05) de inclinação. O uso do modal *poder* na modalidade deôntica corresponde a 46,7% de suas ocorrências nos discursos dos especialistas. Os exemplos (79 e 80) correspondem ao modal na troca de bens e serviços, no que concerne aos discursos dos especialistas.

79	Outra coisa que essa lei permite é que a mesma pessoa que faz a inspeção <b>pode</b> vender peça, vender combustível. Aqui, isso é permitido. A lei anterior não permitia. No nosso substitutivo também.	AP#04
80	a última, a Lei Arouca, Lei nº 11.794, de 2008, que versa sobre o uso de animais em ensino e pesquisa; e a do Ministério da Agricultura também que versa sobre animais de produção. Por fim mesmo, o que nós <b>poderemos</b> fazer? Na área de produção, temos de considerar algumas áreas: educação; bem-estar animal, porque agrega valor ao produto; fiscalização, que é importante; e consumo consciente.	AP#06

O exemplo (79) expressa o modal em grau baixo de obrigação, o que indica permissão. No caso, na questão da inspeção veicular, a pessoa que faz esse tipo de serviço, tem também a permissão para vender as peças que devem ser trocadas, e vender combustível. O especialista – Vereador da Câmara Municipal de São Paulo faz o uso do modal em seu relatório de composição. A utilização do tempo verbal presente reforça a ideia do uso do *poder* como uma permissão, o que ameniza o grau de comprometimento com o que está sendo dito. Já no exemplo (80) o grau expresso é o médio, de inclinação, algo desejoso de acontecer, expresso de forma interrogativa. O especialista- Professor da UNESP, em sua exposição, faz a pergunta incluindo-se na responsabilidade “o que poderemos fazer?”, na busca de alternativas em relação ao que a lei versa sobre o uso de animais em ensino e pesquisa. O significado de inclinação, expõe a disposição para cobrar esta ação de fazer algo que é amenizado pelo uso do modal no futuro do presente.

As ocorrências do modal *poder* em relação à modulação destacam-se por apresentarem maior proporção em grau baixo, porém de obrigação. Os especialistas fazem grande uso de obrigação, mas de forma que não os comprometa em seu discurso. A característica principal de acompanhamento dos modais na troca de bens e serviços refere-se principalmente aos processos materiais e verbais. Os especialistas são cuidadosos em seus discursos, apontam várias probabilidades,



obrigações e inclinações em relação ao meio ambiente, e modalizam sempre que acham necessário.

#### 5.2.2.2 Verbo modal *dever*

A utilização do modal *dever* apresenta, no total dos discursos dos especialistas, 126 ocorrências, o que corresponde a 29,03% dos usos de modais em seus discursos. Constataram-se apenas 05 ocorrências em modalização (E-Mda) e a maioria, 121, em modulação (E-Mdu). As ocorrências de modalização ocupam o grau médio de probabilidade, categorizadas como provável. O exemplo (81) expressa esses achados.

<b>81</b>	Na verdade, acho que nossa participação aqui e o convite <b>devem</b> ser em função também do nosso trabalho mais recente. Aproveito para fazer uma breve propaganda do Observatório de Investimentos na Amazônia, através do qual, há pouco mais de 2 anos...	<b>AP#03</b>
-----------	--	--------------

Este exemplo (81) refere-se ao grau médio de modalização (E-Mda) indicando probabilidade, conferindo uma certeza não confirmada à informação, no sentido de que provavelmente a participação na AP e o convite sejam em função de um trabalho recente. A especialista - Assessora do INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos) ativista da causa animal, faz o uso do modal em sua exposição e usa o tempo presente, não dando certeza, mas conferindo uma posição em sua escolha modal. Os usos de *dever* como modal epistêmico conferem aos especialistas grau médio ao utilizarem todos no campo do provável. Não foi constatada nenhuma ocorrência do modal *dever* como usualidade nos discursos dos especialistas.

Quanto ao uso do *dever* em relação à modulação (E-Mdu) as 121 ocorrências apontadas dividem-se em 55 que correspondem ao alto grau de obrigação, 13 indicando o grau médio de aceitabilidade, e 20 ao grau baixo de permissão. Já no que se refere à inclinação, 01 ocorrência de grau alto, 27 de grau médio e 05 de grau baixo. Os excertos a seguir (82 e 83) apresentam inicialmente as ocorrências

dos diferentes graus de obrigação encontrados nos discursos dos especialistas que demonstram relevância em suas ocorrências.

<b>82</b>	A gente sabe que o pâncreas é um órgão extremamente sensível e que não tolera aplicações de substâncias diretamente sobre ele. Muito bem, o que a Comissão de Ética <b>deve</b> fazer, se ela acreditar que aquele projeto tem mérito? Ela tem que sugerir que ali a via de administração seja modificada para uma via de administração que seja segura. Isso é papel da Comissão de Ética.	<b>AP#06</b>
-----------	---	--------------

<b>83</b>	Só para recordarmos, o Plano que hoje está em vigência nasce de uma demanda do Presidente da República ao Fórum no seguinte questionamento: Prof. Pinguelli, o senhor <b>deveria</b> mobilizar o Fórum para apresentar algumas propostas.	<b>AP#05</b>
-----------	---	--------------

Em (82) o modal *dever* é utilizado indicando um alto grau de obrigação/necessidade, aponta para um alto comprometimento do falante em seu discurso ao solicitar a ação de serviços, destacando a utilização seguida do processo material “fazer”. O modal é utilizado pela especialista – Professora da USP, em sua exposição, na qual privilegia o grau alto por conhecer o assunto debatido em pauta, e fazer uma cobrança a uma possibilidade, dando uma alternativa à Comissão de Ética em relação ao mérito do projeto tratado em Audiência.

O exemplo (83) demonstra o uso do modal com um baixo grau de obrigação, indicando permissão, no caso, o especialista - Assessor no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas está apenas contando um fato ocorrido e citando um discurso proferido por outra pessoa. Esse uso do modal em grau baixo confere ao especialista um não comprometimento, mesmo sendo a repercussão do discurso de outra pessoa, utilizado em seu relato histórico.

O uso do futuro do pretérito retoma a ideia de apresentar um baixo grau de comprometimento do especialista, a cobrança de mobilização de uma ação não parte dele e sim do Presidente da República mencionado anteriormente, não sendo tão comprometedor como no exemplo anterior.

### 5.2.2.3 Verbo modal *precisar*

O modal *precisar* foi o terceiro a apresentar maior número de ocorrências (93), que estão distribuídas em significados de modalidade deôntica- modulação

(E-Mdu) em alto grau de obrigação/necessidade (84 ocorrências) sendo as mais significativas correspondendo 90,32% dos usos, e graus médio (03 ocorrências) e baixo (02 ocorrências) de obrigação, da mesma forma que graus médio e baixo de inclinação (02 – 02 ocorrências) respectivamente.

Como o modal *precisar* situa-se no campo da obrigação, a responsabilidade do falante indica comprometimento em seu discurso, observa-se nos exemplos (84 e 85).

84	<b>Precisamos</b> criar um círculo virtuoso de investimento, inovação e progresso científico para salvar animais e melhorar a saúde humana. Um dia vamos poder, sim, eliminar todos os testes em animais. Isto não é utopia. Progressos podem ser rápidos.	AP#06
85	Então, foi colocada a questão das barragens, a questão dos impactos, do correto dimensionamento dos impactos, e eu só queria lembrar, mais uma vez, que só no nível do EIA, sobretudo depois de uma decisão política tomada, eu acho que não vamos conseguir fazer isso. E <b>precisam</b> ser aperfeiçoados os instrumentos de planejamento, a exemplo da Avaliação Ambiental Integrada...	AP#03

Os especialistas, em sua maioria, ocupam cargos em que são autoridades no assunto exposto e não se sentem intimidados em discutir sobre os temas tratados nas APs. Dessa forma, o primeiro uso do modal *precisar* no exemplo (84) indica um alto grau de obrigação, expressando necessidade na prestação de um serviço, que é a criação de um círculo de investimento em relação à proteção dos animais e à melhora na saúde humana. O especialista- Coordenador ligado a HSI faz o uso em sua exposição, de forma a se comprometer, incluindo-se na obrigação com todos os demais participantes da Audiência. O segundo uso de *precisar* do mesmo exemplo, também indica um grau alto de obrigação, na cobrança da vontade política e do envolvimento de cientistas ressaltado o grau alto como uma necessidade.

Em (85) é demonstrado o uso do modal *precisar*, também indicando um alto grau de comprometimento, obrigação/necessidade. O especialista - Diretor da ONG *Amazônia International Rivers* utiliza-o em sua exposição, de forma a não se incluir no discurso. Ele não confere a responsabilidade/obrigação a nenhum órgão/intuição em específico, apesar de citar várias ao longo de discurso. Compromete-se ao fazer uma cobrança cita o exemplo da Avaliação Ambiental Integrada e Estratégica e utiliza o verbo no presente para reforçar a ideia de necessidade/obrigação.

Os usos do modal *precisar* nos discursos dos especialistas é relevante no que concerne aos seus graus de comprometimento, apontando-os em sua maioria como alto, de obrigação. Dessa forma, podem ou não se incluir nos serviços e responsabilidades que conferem em seus discursos.

#### 5.2.2.4 Verbo modal *parecer*

Tendo em sua natureza a forma de expressão por modalidade epistêmica-modalização (E-Mda), as 32 ocorrências encontradas no *corpus* expressam o grau médio (30) e grau baixo (02) de probabilidade, o que pode ser observado nos exemplos (86 e 87).

86	Hoje nos <b>parece</b> que esse processo como está não vai nos levar a isso. E nós não podemos esperar que esse processo passe 1ano discutindo o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, de forma que a partir do ano que vem, nós comecemos a fazer esses exercícios, identificando todas as carências e deficiências e debilidades que são muito claras até hoje, daquilo que é compromisso do Governo, que é compromisso diante da lei.	AP#05
87	Depois, ele diz: “Mas já existe o subcrônico, que dura apenas 90 dias e obtém as mesmas informações; os outros meses passam a ser redundantes. Porém, a ANVISA exige os dois.” Ele mesmo assume que a ANVISA está errada, que tem testes desnecessários com animais. Cadê esses cientistas? Agora <b>parece</b> que estão todos ali, no bloco dos bandidos. Desculpem.	AP#06

O uso do *parecer* em (86) expressa a proposição como algo provável: o especialista—Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF Brasil- encontra-se em uma posição confortável em sua exposição, ao mesmo tempo se inclui no discurso e inclui os outros participantes demonstrando sua opinião, mas não se compromete, apenas faz uma suposição. O exemplo (87) indica o modal *parecer*, da mesma forma, com um grau médio de probabilidade. Ao contrário do exemplo anterior, a especialista – ativista da causa animal não se inclui na proposição, utiliza-a em sua discussão para supor que os cientistas estejam sendo vistos como bandidos após o episódio acontecido em relação ao Instituto Royal.

Os usos do modal *parecer* apresentaram maior ocorrência nos discursos dos especialistas, mostrando as suposições em relação ao tema debatido.

#### 5.2.2.5 Verbos modais *ter que/ ter de*

Os verbos modais com a intenção de uso em obrigação, apontam para ocorrências apenas de modulação (E-Mda). A utilização do modal *ter que* mostrou-se em 13 ocorrências que corresponderam a um alto grau de obrigação. Em relação ao modal *ter de*, constataram-se apenas 03 ocorrências nos discursos dos especialistas, expressando da mesma forma obrigação. O exemplo (88) representa o uso de obrigação do modal *ter que*, por apresentar maior número de ocorrências.

<b>88</b>	Quanto a dizer que não houve crueldade, não, não. Acho que o senhor não viu a parte do relatório em que o Sérgio Greif disse que o animal <b>ter que</b> se alimentar e pernoitar sobre as próprias fezes é, sim, crueldade. (Palmas.) Bom, da parte dele é isso.	<b>AP#06</b>
-----------	---	--------------

O exemplo (88) ilustra o uso do modal *ter que* demonstrando um alto grau de obrigação por parte da especialista- Presidente da UIPA -em seu discurso. Este significado remete a um alto grau de necessidade, porque os animais não têm alternativas, e precisam alimentarem-se e pernoitarem sobre as próprias fezes. Evidencia-se o uso do modal na exposição realizada pela especialista, que se compromete com seu discurso ao fazer o uso de obrigação.

Um exemplo do uso do modal *ter de* pode ser visto em (89).

<b>89</b>	Então, nós já estamos exigindo isso para a entrada de novas sondas, mas é um problema quantitativo. Nós tivemos em 2011, 640 perfurações no Brasil, cerca de 50 perfurações por mês. Portanto, não há equipe que possa avançar na avaliação de todos os projetos de perfuração. Nós vamos <b>ter de</b> estabelecer prioridades ou certificação independente para isso.	<b>AP#01</b>
-----------	---	--------------

Em (89) o *ter de* é expresso pelo especialista - Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP, com intuito de reforçar a ideia de necessidade em um grau alto na obtenção de um serviço.

Todos os usos de verbos modais realizados tanto pelos especialistas quanto pelos políticos são considerados de enorme relevância para que se possa avaliar a forma com que estão sendo tratados os temas de preservação ambiental e sustentabilidade. Dessa forma, a próxima seção destina-se a expor as contribuições da modalidade na análise das APs, tendo em vista os diversos gêneros e temas que as compõem.

### **5.3 Modalidade e suas contribuições para o discurso político e ambientalista**

A importância da realização das APs sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável está na exposição e discussão de argumentos que levem os políticos a tomarem providências que resultem em benefício do meio ambiente e conseqüentemente da população brasileira em geral.

Ao se manifestarem tanto os políticos quanto os especialistas fazem o uso de modalidades, às vezes em grau alto, às vezes em grau baixo, comprometendo-se ou não com a troca de informações ou bens e serviços na cobrança de obrigação e necessidade para a realização de ações. Assim, podem ser avaliados os discursos, de forma a contribuir com as alternativas e possíveis soluções encontradas. A análise realizada permite que se apontem algumas especificidades do *corpus* de 06 APs correspondentes aos anos de 2012 e 2013.

O Quadro 13 faz um apanhado geral das modalidades recorrentes no *corpus*.

	Grupo P- discursos dos políticos												T O T A L
	Modalização (Mda)						Modulação (Mdu)						
	Probabilidade			Usualidade			Obrigação			Inclinação			
	certo	Provável	possível	sempre	Usualmente	Ocasional- mente	Necessário	aceitável	Permitido	determinado	desejoso	inclinado	
<b>Poder</b>	06	05	08	----	-----	-----	----	----	65	----	----	03	<b>87</b>
<b>Dever</b>	01	03	04	----	-----	-----	06	09	05	----	----	03	<b>31</b>
<b>Precisar</b>	----	----	----	----	-----	-----	14	----	02	----	-----	03	<b>19</b>
<b>Parecer</b>	----	08	----	----	-----	-----	----	----	----	----	-----	----	<b>08</b>
<b>Ter que</b>	----	----	----	----	-----	----	03	01	----	----	-----	01	<b>05</b>
<b>Ter de</b>	----	----	----	----	-----	-----	----	----	----	----	-----	----	<b>00</b>
<b>SUBT</b>	<b>07</b>	<b>16</b>	<b>12</b>	<b>----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>23</b>	<b>12</b>	<b>70</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>10</b>	<b>150</b>
Grupo E- discursos das fontes													
	certo	provável	possível	sempre	Usualmente	Ocasional- mente	Necessário	aceitável	Permitido	determinado	desejoso	inclinado	
<b>Poder</b>	37	16	36	----	-----	-----	----	-----	70	----	03	05	<b>167</b>
<b>Dever</b>	----	05	----	----	-----	-----	55	13	20	01	27	05	<b>126</b>
<b>Precisar</b>	----	----	-----	----	-----	-----	84	03	02	-----	02	02	<b>93</b>
<b>Parecer</b>	----	30	02	----	-----	-----	-----	-----	----	----	----	----	<b>32</b>
<b>Ter que</b>	----	----	----	-----	-----	-----	08	02	01	-----	02	----	<b>13</b>
<b>Ter de</b>	----	----	-----	-----	-----	-----	01	-----	01	----	----	01	<b>03</b>
<b>SUBT</b>	<b>37</b>	<b>51</b>	<b>38</b>	<b>----</b>	<b>-----</b>	<b>----</b>	<b>148</b>	<b>18</b>	<b>94</b>	<b>01</b>	<b>34</b>	<b>13</b>	<b>434</b>
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>67</b>	<b>50</b>	<b>----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>171</b>	<b>30</b>	<b>164</b>	<b>01</b>	<b>34</b>	<b>23</b>	<b>584</b>

Quadro 13 – Total de ocorrências dos modais – políticos especialistas

Observando o Quadro 13 é possível considerar que, no grupo **P-Mda**, prevalece a probabilidade em grau médio; no grupo **P-Mdu** a obrigação em grau baixo. Já no grupo **E-Mda** prevalece a probabilidade, também em grau médio e , no grupo **E-Mdu** a obrigação em grau alto.

A Figura 13 expressa o uso de modalidade em modalização e modulação por parte dos políticos. Já a Figura 14 demonstra o uso dos modais em porcentagem.

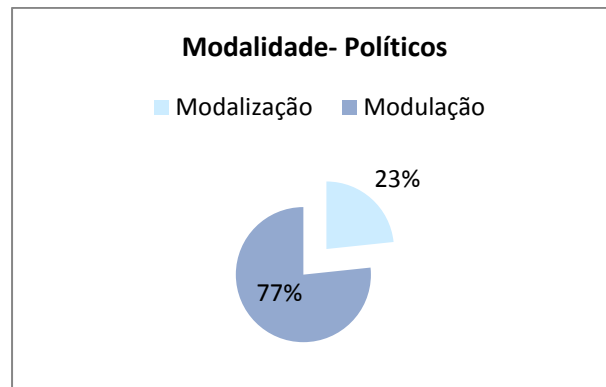


Figura 13 – Modalidade-Políticos

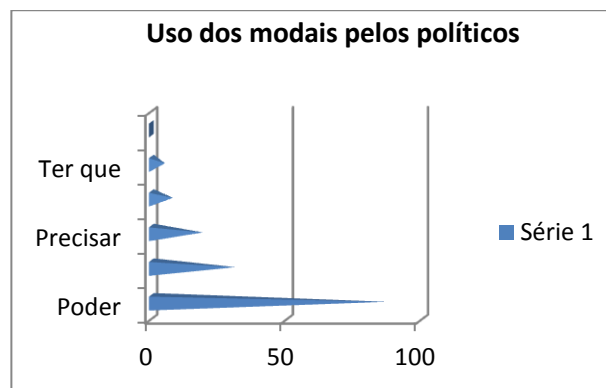


Figura 14 – Uso dos modais pelos políticos

A partir das figuras apresentadas pode-se perceber que os políticos, quando tratam sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, fazem mais o uso de modulações (PROPOSTAS), expondo as necessidades e responsabilidades do governo com as ações de preservação e manutenção dos recursos naturais. O verbo modal *poder*, sendo utilizado em sua maior ocorrência nos graus baixos de obrigação, indicando permissão, expressa os discursos dos políticos operando de modo não comprometedor no que é, ou não permitido em relação aos temas abordados.

Os usos de modais para a troca de bens e serviços sinaliza o político como um participante que busca a realização de ações, embora seu comprometimento seja baixo. A máscara do comprometimento é usada de forma moderada sem grandes exposições.



Os especialistas também modalizam, e usam mais modulações, já que também optam pelo uso de PROPOSTAS. O que se torna compreensível pelo fato de deter conhecimento acerca dos temas tratados, e cabe a eles muitas vezes esclarecerem meio de suas exposições e discussões conceitos que identifiquem ou justifiquem certos acontecimentos da esfera ambiental. As ocorrências de modais nos discursos dos especialistas podem ser observadas nas Figuras 15 e 16.

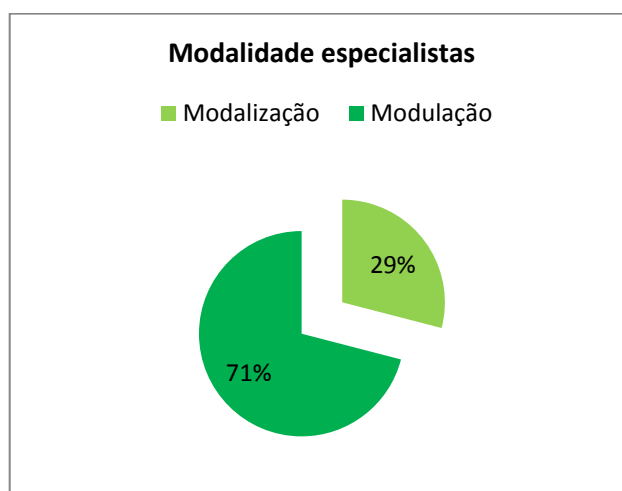


Figura 15 – Modalidade-especialistas

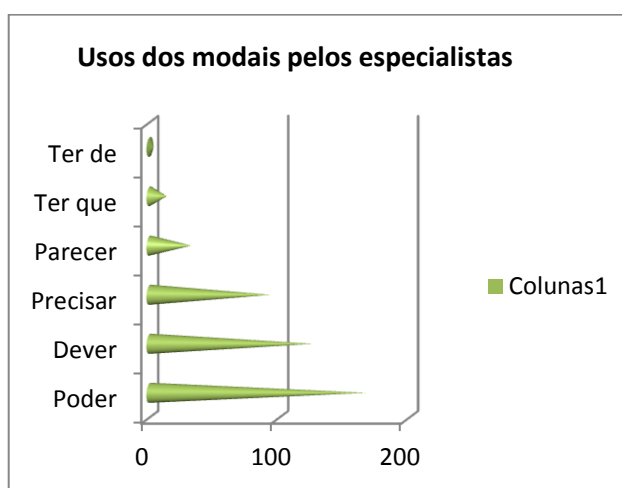


Figura 16 – Uso dos modais pelos especialistas

Com base nas Figuras 15 e 16 é possível observar que 71% dos usos dos modais feitos pelos especialistas correspondem a PROPOSTAS. O papel do especialista vem a ser reforçado pelo uso da modulação na cobrança em relação a ações para benfeitoria do meio ambiente e conservação dos recursos naturais. As maiores ocorrências apontam o alto grau de comprometimento dos especialistas ao usarem obrigação/necessidade, ao que indica a excelência em tirar a máscara e não se esconder nas cobranças e ações. Mostra a percepção sobre foi dito com clareza, certeza, ainda que as ações não tenham se concretizado; consideram a possibilidade em forma de cobrança, projetando em um alto grau de comprometimento, muitas vezes se incluindo também na obrigação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de mestrado realiza uma análise de gêneros segundo a Escola de Sidney (ROSE; MARTIN, 2012) e de modalidade com base nos estudos sistêmico – funcionais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; 2004) em textos de Audiências Públicas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizadas nos anos de 2012 e 2013. O problema de pesquisa teve seu fundamento na caracterização de como se constituem as APs, e de que modo o uso da modalidade por parte dos políticos e especialistas contribui para a constituição do gênero. Dessa forma, objetivo geral deste estudo foi caracterizar, por meio da investigação e análise dos enunciados e das categorias de modalidade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) o gênero textual e o grau de comprometimento dos políticos e dos especialistas com seus discursos em Audiências Públicas.

Os objetivos específicos foram:

- 1) Caracterizar, a partir do *corpus*, os contextos de cultura e de situação em que os discursos estão inseridos;
- 2) Descrever os estágios discursivos que compõem as APs;
- 3) Identificar os recursos léxico-gramaticais mais recorrentes para a realização da modalidade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004);
- 4) Verificar as escolhas linguísticas expressas em modalização ou modulação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004);
- 5) Constatar como as recorrências de modalidade contribuem para o comprometimento ou não dos políticos e convidados em seus discursos ao tratarem de temas importantes que envolvam preservação ambiental e sustentabilidade.

Para tal, abordamos no capítulo 1, conceitos sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, linguagem e discursos político e ambientalista. No capítulo 2, foram apresentados conceitos referentes a análise de gênero, como a Pedagogia de Gêneros da Escola de Sidney (ROSE; MARTIN, 2012) e a Estrutura Potencial de Gênero (HASAN, 1989). No capítulo 3, foram expostas características e categorias pertinentes à LSF que embasaram este estudo, principalmente no se se refere à modalidade. Em Metodologia, capítulo 4, foram descritas as etapas para a

realização deste estudo e os recursos computacionais utilizados para tal. O capítulo 5, foi destinado a apresentar e descrever os resultados obtidos em relação a análise do *corpus*. Primeiramente foram expostos os resultados referentes a análise de gênero e posteriormente ao uso de modalidade pelos políticos e especialistas nas APs.

A análise envolveu inicialmente a constituição dos gêneros nas APs, de acordo com a Escola de Sidney (ROSE; MARTIN, 2012), por meio da qual verificamos que os nove gêneros mais recorrentes foram: discussão (109), exposição (82), relatório de composição (23), recontagem histórica (09), relato histórico (09), relatório descritivo (08); relatório classificatório (02); explicação sequencial (08) e explicação consequente (07). Da mesma forma, foram identificados quatro estágios principais recorrentes em todas as APs, sendo eles: apresentação (36), agradecimento (56), mediação (59) e sinopse (06), caracterizados como fundamentais para o funcionamento e propósito das APs.

A concentração das ocorrências de gêneros se dá nos argumentativos, justifica-se pela principal função da APs como ferramenta de diálogo e busca de alternativas e soluções. Com isso, também foram identificados os usos dos gêneros pelos participantes, político e especialista, expondo que tanto um quanto o outro faz mais uso dos gêneros argumentativos de exposição e discussão (políticos- exposição 23, discussão 51; especialistas – exposição 59, discussão 58) apontando assim, para a verificação de que os especialistas fazem mais o uso da palavra e preocupam-se com expor conhecimentos, enquanto que o político está preocupado em discutir e fazer o uso da mediação (estágio com maior ocorrência 59) entre os participantes.

Ao considerar a constituição das APs por nove gêneros, foi acrescentada a noção de macrogênero (MARTIN, 2005) que situa a composição de gêneros simples que se organizam em uma sequência para cumprir determinado propósito comunicativo. Com a noção de gênero apontar para a constituição das APs como um macrogênero, tornou-se relevante a análise da EPG de Hasan (1989) para uma contribuição em nível superior, considerando os gêneros identificados como obrigatórios e opcionais e os estágios como iterativos, que constituem uma EPMG

A classificação dos elementos obrigatórios, definidores do macrogênero em questão, deu-se pelos maior número de ocorrências dos gêneros de discussão, exposição e relatório de composição. Os gêneros opcionais encontrados

evidenciam-se por recontagens e relatos históricos, relatórios descritivos e classificatórios e, por último as explicações sequenciais e consequentes.<sup>b</sup>

Em relação aos iterativos, foram identificados estágios, e não gêneros, são quatro e correspondem a apresentação, agradecimento, mediação e sinopse, por colaborarem com o andamento das APs e auxiliarem em seu maior propósito comunicativo. Tendo em vista a caracterização das APs como um macrogênero, tornou-se possível delinear ciclos de forma a ilustrá-las como um evento comunicativo permeado de gêneros híbridos que ocorrem sem uma sequência fixa e apresentam estágios que colaboram com sua realização. A figura (18) representa o funcionamento de uma Audiência Pública, onde os gêneros estão alocados de acordo com as cores que lhe foram conferidas e os tamanhos dos ciclos representados pelo número de ocorrências dos gêneros e ao mesmo tempo, pode-se dizer que também dos modais identificados.

As cores frias (principalmente o azul) representam o início e o fim das APs, embora sua constituição seja um ciclo contínuo, é onde se localizam as apresentações, agradecimentos e sinopses. Caracterizam-se por discursos mais leves, com baixa ocorrência de modalidade. O encadeamento se dá tendo em vista um ciclo onde ocorrem os gêneros sem uma sequência fixa, podendo também apresentar certo hibridismo (BAKHTIN, 2000) ao longo de sua construção. A cor verde simboliza as explicações que são feitas durante o desenvolvimento das Audiências, o que pode tanto ir para as exposições e discussões como para os relatórios e recontagens históricas. As cores mais fortes como o laranja, o rosa e o vermelho simbolizam as maiores ocorrências de gêneros, são as cores quentes, ponto em que as APs atingem seu ápice comunicativo. Ao mesmo tempo em que esses gêneros ocorrem, se estabelecem e voltam a fazer parte dos ciclos direcionando o caminho ao próximo gênero.

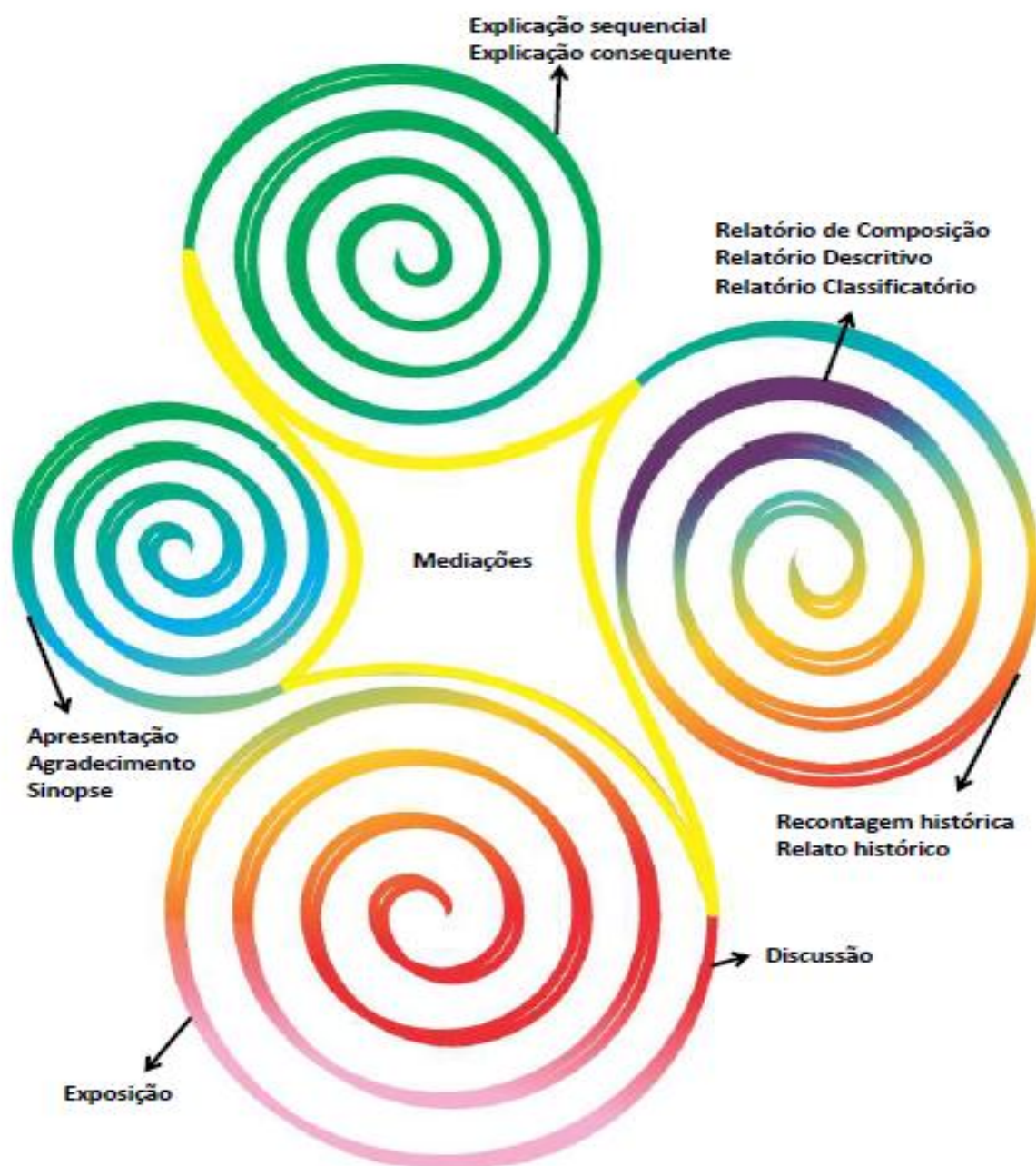


Figura 17 – Ciclos de gêneros que compõem as Audiências Públicas

Fonte: Autor.

Ao centro da figura, em amarelo, encontram-se mediações, de responsabilidade do político, geralmente o que está presidindo a Audiência, que naturalmente direciona o discurso ao próximo participante que se manifestará, por sua escolha, em um dos gêneros que a compõem.

A cor vermelha caracteriza o gênero discussão mostrando-o como o gênero de maior ocorrência (109), tendo o foco que nas APs o grande objetivo é a discussão de pontos de vista e a busca de soluções a partir do que é discutido. Os ciclos representados diferem-se em tamanhos de acordo com o número de ocorrências de cada gênero que representa e de acordo com a localização de maior número de modais identificados. Os ciclos menores são os de menor ocorrência de gêneros, conforme o andamento da AP, o participante pode direcionar seu discurso para um ciclo maior ou para um ciclo menor, de acordo com o objetivo que pretende alcançar.

Nos gêneros de maior ocorrência como discussão e exposição encontram-se as maiores ocorrências de modalidade feita pelos participantes, tanto políticos quanto especialistas. Os verbos modais encontrados com o maior número de ocorrências são cinco: *poder (42%)*, *dever (28%)*, *precisar (19%)*, *parecer (08%)* e *ter que/de (03%)* que se encontram lexicalizados em várias formas verbais, identificando-os em graus de modalização e modulação, concluindo com a exposição do grau de comprometimento dos políticos e dos especialistas com seus discursos.

No que diz respeito às proposições (troca de informações), os políticos, em seus discursos, fazem mais o uso de um grau médio de probabilidade. Já no que se refere às propostas (troca de bens ou serviços), prevalece a obrigação em grau baixo. É possível destacar que os políticos fazem mais o uso dos modais no que se refere à troca de bens e serviços (77%), porém o grau de comprometimento é baixo, ou seja, o político, quando faz o uso de modalidade em seus discursos, põe uma máscara e não se responsabilizando com as ações que diz serem necessárias. A relação se estabelece por sua preocupação centrar-se no poder, na condução dos fatos, não dando importância aos conceitos de viabilidade e concretização. Dessa forma, seu comprometimento se fragiliza, ou melhor, ocupa um lugar tímido na escala do fazer, para dar conta de realizações concretas em relação ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

O que pode ser evidenciado é que os políticos demonstram interesse nas discussões, muitas vezes interagindo, contrariando de forma a criar novas situações, debatem o assunto, mas esperam que as soluções venham dos especialistas, os verdadeiros detentores do saber. Os especialistas, por sua vez, em seus discursos fazem mais uso do grau médio, o de probabilidade no que se refere às trocas de

informação (proposição). Já em relação à troca de bens e serviços optam pelo grau alto de comprometimento, a obrigação. Isso faz com que os especialistas utilizem artifícios diferentes dos políticos, ao tirarem suas máscaras e demonstrarem comprometimento com o que estão dizendo. São detentores do saber e isso lhes dá legitimação para se manifestarem. Tal posicionamento lhes confere, além de responsabilidades, credibilidade e autoridade para manifestarem indignação e fazerem cobranças de ações em relação ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável. O fato de os especialistas usarem mais a troca de bens e serviços (modulação- 71% das ocorrências) em grau alto faz não só com que se busquem soluções, como se incluem em suas próprias cobranças, não diminuindo sua responsabilidade diante dos políticos.

O maior jogo de máscaras evidenciado pelos políticos e pelos especialistas pode ser demonstrado com o uso principalmente dos modais *poder* e *dever* na Figura 13. Seus usos indicam as ocorrências e os pontos em que máscara é usada pelos políticos quando seu comprometimento é mínimo, ressaltando o interesse no poder, e quando os especialistas a tiram, acusando o maior comprometimento, tentando ganhar adesão ao denotar os seus conhecimentos e firmar o saber.

O jogo nos discursos ambientalistas em APs termina na determinação dos discursos políticos como os que utilizam-se de máscaras para não se comprometerem e no discursos, mas mostram-se seguros no poder, e dos especialistas que tiram as máscaras colocando claramente seu comprometimento com a verdade. Ainda que as ações não tenham se realizado os especialistas consideram sua possibilidade de concretização projetando seus discursos no campo da realidade.

A contribuição da modalidade para a constituição do macrogênero Audiência Pública sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável se dá no momento em que expõe os graus de comprometimento dos participantes com seus discursos e em que gêneros mais ocorrem. As APs têm a função de uma “ferramenta de diálogo” e a identificação dos recursos linguísticos utilizados em sua realização bem como a forma com que se realizam contribuem para a constituição do gênero, sendo um recurso profícuo na esfera política e nos discursos ambientalistas.



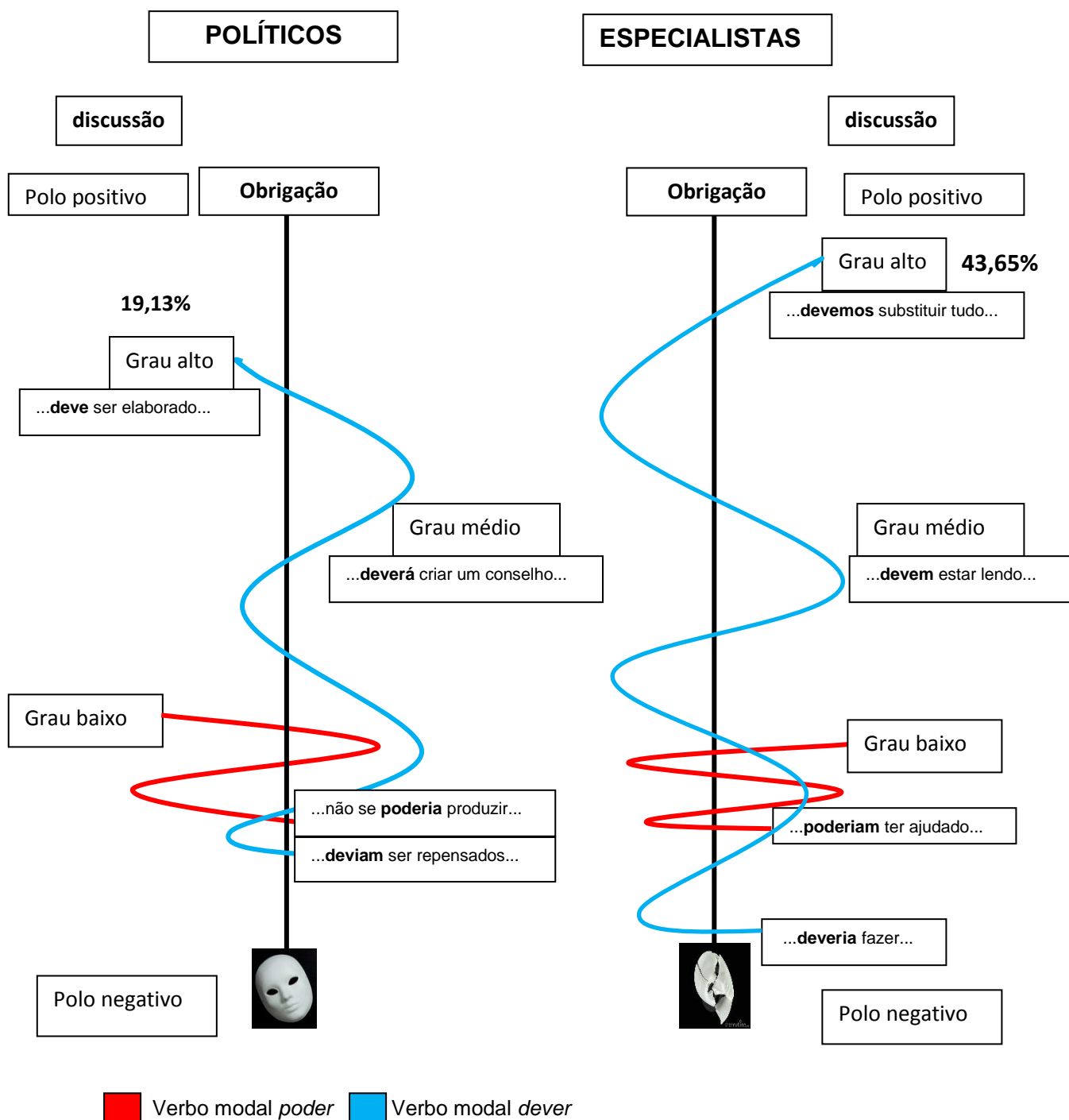


Figura 18 – Jogo de máscaras- poder X dever

Fonte: Autor.

Acredita-se que esses resultados possam contribuir com os estudos de gênero na perspectiva da Escola de Sidney (ROSE; MARTIN, 2012) e no que diz respeito ao macrogênero, uma vez alinhado à contribuição de HASAN (1989) com o conceito de EPG. Este trabalho também pode contribuir para o exame da modalidade em língua portuguesa sob a ótica dos estudos sistemicistas, já que uma

categorização dos verbos modais faz-se necessária. Por fim, apresentam-se como sugestões para estudos futuros a exploração das Audiências Públicas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no que tange às duas outras metafunções, evidenciando as representações dos participantes e a progressão temática. Sugere-se o exame de APs que tenham como foco outros temas. No ambiente escolar, temas como sustentabilidade podem ser abordados em um número infinito de atividades, seja em termos de representação, de problematização ou de produção textual, já que o meio ambiente constitui um dos temas transversais para a Escola Básica no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BACHA, M.; SANTOS, J; SCHAUN, A. **Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade** - VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – 2010.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

BARBARA, L.; MACÊDO, C. M. Linguística Sistêmico-Funcional para a análise de discurso um panorama introdutório. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 10(1), 2009.

BERBER, S. T. **Pesquisa em Lingüística de Corpus com Word Smith Tools**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Linguística de Corpus**. Barueri, SP: Editora Manole, 2004.

BERNSTEIN, B. Open schools, open society? In: COSIN, B. R. et al. (Eds). **School and society: a sociological reader**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1971.

\_\_\_\_\_. **Sources of consensus and disaffection in education**. Class, Codes and Control. London: Routledge and Kegan Paul, 1975.

BOCHETT, A. C.; CABRAL, S. R. S. A realização do Sistema de Modo em Notícias de Saúde. **Revista Signótica**, Universidade Federal de Goiás, v. 25, n. 2, 2013.

BOFF, L. **Sustentabilidade: O que é - o que não é**. São Paulo. Vozes, 2012.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Capítulo VI. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRUNDTLAND COMMISSION. **Our common future**: report of the world commission on environment and development. UN, 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>. Acesso em: 07/05/14.

CABRAL, S. R. S. **Mídia, Discurso Político e Gramática Sistêmico-Funcional**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2013. Projeto de Pesquisa (nº 034712º).

\_\_\_\_\_. **Núcleo de estudos em Língua Portuguesa (NELP)**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010. Projeto de Pesquisa (nº 026308).

CAFFAREL, A. **A Systemic Functional Grammar of French: From Grammar to Discourse**. London: Continuum, 2006.

CAFFAREL, A.; MARTIN, J. R.; MATHIESSEN, C. **Linguagem Typology: A functional perspective**. Jon Benjamins Publishing Company. Amsterdam, 2004.

CARVALHO, G. F. **Retórica ambiental**: o discurso do meio ambiente na política. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e humanidades, Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 2012.

CASTILHO, A. T. **O modalizador realmente no português falado**. Alfa, São Paulo, 2002.

CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M. Advérbios Modalizadores. In: R. ILARI (Org.) **Gramática do Português Falado Vol. II: Níveis de Análise Linguística**. Campinas: UNICAMP, 1992.

CÉSAR, J. B. M. A audiência Pública como instrumento de efetivação dos direitos sociais. **Revista do Mestrado em Direito**. Brasília, v. 5, n. 2, p. 356-384, Jul./Dez., 2011.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

CHRISTIE, F. *in* MARTIN, J. R.; VELL, R. **Reading Science: Critical and Functional Perspectives on Discourses of Science**, Routledge, 1998.

CMADS (COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL) SUBCOMISSÃO RIO+20 e FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA **Ciclo de palestras e debates para a Rio+20: economia verde**. Brasília: Câmara dos Deputados. 2012.

COELHO, R. B. **A indiscriminada utilização do discurso ambientalista em detrimento da adoção de políticas públicas ambientais efetivas**. In: 9º Congresso de Pós-Graduação “Meio Ambiente e Sustentabilidade”. UNIMEP, 2011.

COSTA, L. P. A. **A acad faircloughiana: concepções e reflexões**. Linguagem, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

DALL’AGLIO-HATTNER, M. M. **Uma Análise Funcional da Modalidade Epistêmica**. Alfa, São Paulo, 1996.

DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO –**Declaração de Estocolmo** - ITEM 6, 1972.

BAYLEY, P. **Introduction**. The whys and wherefores of analysing parliamentary discourse. Cross-Cultural Perspectives on Parliamentary Discourse. P. Bayley (Ed.). Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004.

DRUMMOND, J. A. et al. **Editorial. Sustentabilidade em Debate**, 3(1), jan.-jun., 2012.

EGGINS, S. **An introduction fo systemic functional grammar**. London: Printer, 1994.

EGGINS, S. **An introduction to functional linguistics**. London: Continuum, 2004.

EGGINS, S. **Introducción a la Lingüística Sistémica**. Tradução Felipe Alcántara. Logroño: Universidad de La Rioja, Servicio de Publicaciones, 2002.

ENRÍQUEZ, M. A. R. S. **Maldição ou Dádiva?** Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira. 2007, Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. Análisis crítico del discurso. In: \_\_\_\_\_. **El discurso como interacción social. Estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria.** Barcelona, Espanha: Gedisa, 2000.

\_\_\_\_\_. **Analysing discourse: textual analysis for social research.** London: British Library, 2003.

\_\_\_\_\_. Critical Discourse Analysis in Researching Language in the New Capitalism: Over determination, Transdisciplinarity and Textual Analysis. In: Harrison, C. & Young, L. (Eds.). **Systemic Linguistics and Critical Discourse Analysis.** London: Continuum, 2004.b

\_\_\_\_\_. **Discurso e mudança social.** Norman Fairclough: Izabel Magalhães, coordenadora de tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Editora Universidade de Brasilia, 2001.

FONTAINE, L. **Analysing English Grammar: A Systemic Functional Introduction .** Cambridge: CUP, 2013.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em língua portuguesa.** Mercado de Letras, 2014.

GASTIL, J. **Undemocratic discourse: a review of theory and research on political discourse.** Discourse & Society, **3(4)**, 469-500, 1992.

GERGEN, M. M.; GERGEN, K. J. Investigação qualitativa: tensões e transformações. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GHIO, E.; FERNANDÉZ, D. **Linguística Sistémico Funcional: aplicaciones a la lengua española.** 1. ed. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, Waldhuter Editores, 2008.

GONÇALVES, S. C. L. construções com o verbo “parecer” no português brasileiro: de verbo pleno a satélite atitudinal. **Revista Veredas - Rev. Est. Ling.,** Juiz de Fora, v. 8, n. 1 e v. 2, p. 195-214, jan./dez. 2004.

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. In: **Matraga**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga24/arqs/matraga24a01.pdf>. Acesso em: 12/11/2014.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, mai-ago. 2006, v. 22 n. 2, pp. 201-210. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>. Acesso em: 12/11/2014.

HALLIDAY, M. A.K. **An introduction to functional grammar**. Londres: Arnold, 1985.

\_\_\_\_\_. **An Introduction to Functional Grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

\_\_\_\_\_. ; HASAN, R. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. ; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Construing experience through meaning: A language-based approach to cognition**. London: Cassell, 1999.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. **An Introduction to Functional Grammar**. 3. ed. London: Hodder Arnold, 2004.

\_\_\_\_\_. **An Introduction to Functional Grammar**. 4. ed. Routledge, London, 2014.

HASAN, R. **Language Development: learning language, learning culture**. Norwood, N. J.: Ablex, 1989.

\_\_\_\_\_. Parte B. In: HALLIDAY, M. A. K. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

ILIE, C. **Argumentative functions of parentheticals in parliamentary debates**. Chapter four. Discourse and Politics. G. Alvarez-Benito, G. Fernandez-Diaz and I. Ma Inigo-Mora (Eds.). Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2009, p. 61-79.

LIMA, L. R. **Processos existenciais em reportagens de capa da revista Superinteressante**. 2013, Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

MAGNAGO, P.; AGUIAR, J. P.; PAULA, I. C. Sustentabilidade em desenvolvimento de produtos: uma proposta para a classificação de abordagens. **Revista Produção Online**, v. 12, n. 2, 2012.

MARTIN, J. R. **English text: System and structure**. Amsterdam: John Benjamins, 1992.

\_\_\_\_\_. **Factual writing: Exploring and challenging social reality**. Geelong: Deakin University, 1985.

\_\_\_\_\_. ; MATHIESSEN, C. M. I. M; PAINTER, C. **Deploying Functional Grammar**. Beijing. The comercial press, 2010.

\_\_\_\_\_. ; ROSE. **Genre Relations: mapping culture**. London: Equinox, 2007.

\_\_\_\_\_. ; ROTHERY, J. **Grammar: making meaning in writing**. in Cope & Kalantzis, 1993.

\_\_\_\_\_. ; VEEL, R. **Reading Science: Critical and Functional Perspectives on Discourses of Science**. Taylor & Francis e-Library, London, 2005.

\_\_\_\_\_. ; WHITE, P. R. R. **The Language of Evaluation, Appraisal in English**. Palgrave Macmillan, London & New York, 2005.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Multilingual humanity, multilingual studies: hope or despair**. In: 32th ISFC International systemic functional congress, Sidney, 2005.

\_\_\_\_\_. ; TERUYA, K.; WU. **Multilingual studies as a multidimensional space of interconnected language studies**. In: Jonathan Webster (Ed.), London & New York: Continuum, 2008.

MAZZILLI, H. N. **O Inquérito Civil**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.



MEURER, J. L. M.; BALLOCO, A. E. A Linguística Sistêmico-Funcional no Brasil: Interfaces, agenda e desafios. **Anais do SILEL**. v. 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Protocolo de Quioto**: a convenção sobre mudança do clima.

MIRA MATEUS, M. H. et al. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília, 2003. Disponível em: <[http://ftp.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/1370886616.pdf](http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1370886616.pdf)>. Acesso em 06 jun. 2014.

MOTTA-ROTH, D.; HEBERLE, V. M. O conceito de estrutura potencial do gênero de Ruqayia Hasan. In: **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 12-28.

MUNTIGL, P. **Narrative Counselling**: Social and Linguistic Processes of Change. John Benjamins Publish, 2004.

NASCIMENTO, F. S. '**Gm crops may beharm ful to the environment**': grau de autoridade e assertividade em notícias de popularização da ciência. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (Org.) **Gramática do Português Falado**. Vol. VI: Desenvolvimentos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996.

\_\_\_\_\_. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NICHELE, A. I. **Do enfrentamento e da vivência com o câncer**: a avaliatividade no discurso do sofrimento. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

NUNES, G. G. **Avaliatividade em editoriais**: o julgamento de Dilma Rousseff pelo Estadão. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

PALMER, F. R. **Mood and Modality**, Cambridge Text books in Linguistics, Cambridge University Press, 1986.

\_\_\_\_\_. **Mood and Modality**, Cambridge Textbooks in Linguistics, second edn, Cambridge University Press, 2001.

PEREIRA, A. C.; SILVA, G. Z.; CARBONARI, M. E. E. **Sustentabilidade na prática**: fundamentos, experiências e habilidades. Valinhos: Anhanguera Publicações Ltda., 2011.

PEREIRA, L. C. B. Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. (Ed.). **Doença holandesa e indústria**. São Paulo: Editora FGV, 2008.

PINTO, M. J. **As marcas lingüísticas da enunciação**: esboço de uma gramática enunciativa do português. Rio de Janeiro: Numen, 1994.

RAFAEL, R. R. **Marketing Verde** - uma análise multimodal da construção do discurso da sustentabilidade em campanhas publicitárias empresariais. 2013, Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

REGO, S. V. **Descrição sistêmico-funcional da gramática do modo oracional das orações em Nyungwe**. 2012, Tese (Doutorado no ramo de conhecimento de Linguística). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

RODRIGUES, D. L. **A política sob o julgamento de Eliane Cantanhêde**: uma investigação da assinatura valorativa. 2013, Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

ROLLEMBERG, R. **O legado interno da Rio+20**. Correio Braziliense: 8 jul. 2012, p. 18.

ROSE, D. MARTIN, J. R. **Learning to Write, Reading to Learn**: Genre, Knowledge and Pedagogy in the Sydney School. Sheffield (UK) and Bristol (USA): Equinox Publishing Ltd, (2012).

ROSE, D. **Reading genre: a new wave of analysis**. In: Linguistics and the human sciences. 2006. Disponível em: [http://readingtolearn.com.au/images/pdf/Reading\\_Genre.pdf](http://readingtolearn.com.au/images/pdf/Reading_Genre.pdf). Acesso em: 12/11/2014.

ROTHERY, J. **Making changes: developing an educational linguistics**. Hasan & Williams, 1996.

\_\_\_\_\_. Writing to learn and learning to write. In: MARTIN, J. R., **Factual writing: Exploring and challenging social reality** (pp. 71-82). Geelong: Deakin University, 1985.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, L. M. F. **Discursos de educação ambiental na formação de educadores(as) ambientais: uma abordagem a partir da Análise Crítica do Discurso**. 2010. Tese (Doutorado em Educação em Ciências da Saúde). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SARDINHA, T. B. **Linguística de corpus**. Barueri, SP: Manole, 2004.

SCHLEE, M. B. **A modalidade em português uma abordagem sistêmico-funcional das orações principais**. 2008. Tese (Doutorado em Letras). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **O finito e a modalidade em editoriais de jornal**. 33rd International Systemic Functional Congress, 2006.

SCOTT, M. **Programa Word Smith Tools**. Versão 6.0. Oxford University Press, 2012.

SILVA, D. da, C. C. Sc: Sustentabilidade Corporativa. In: VI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT, **Anais**. Resende, RJ, 2009.

SILVA, F. G. **Modalização em notícias do jornal extra**: uma abordagem semiótica. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, M. C. **A representação dos atores sociais no discurso político eleitoral**. 2002, Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2002.

SILVA, P. G. A. M. S. **Desenvolvimento sustentável**: uma abordagem conceitual e crítica. Google acadêmico. Acesso em: 12 jun. 2006.

STEFFLER, A. **Os verbos modais do português sob uma perspectiva de traços funcionais**. Universidade Estadual de Maringá, PR, 2013.

STEINER, E.; TEICH, E. Metafunctional profile of the grammar of German. In: CAFFAREL, A.; MARTIN, J. R.; MATHIESSEN, C. **Language Typology**: a functional perspective. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam, 2004.

STEINER, J. **Deliberative Politics in Action**: Analyzing Parliamentary Discourse. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

THOMPSON, G. **Introducing Functional Grammar**. 2. ed. London: Hodder Arnold, 2004.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TREIMANE, L. **Analyzing parliamentary discourse**: systemic functional perspective. Faculty of Humanities. University of Latvia- Kalbotyra, 2011.

VASCONCELLOS, E. A. **Mobilidade, equidade e sustentabilidade**. I Curso Internacional de Transporte e Sustentabilidade. ANTP, 2005.

VIAN JR, O.; LIMA-LOPES, R. A perspectiva teleológica de Martin para a análise de gêneros textuais. In: BONINI, A; MOTTA- ROTH, D; MEURER. J. L. (Orgs.). **Gêneros**: Teorias, Métodos, Debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

**Sites consultados:**

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads>.

<http://genreacrossborders.org/gxb-glossary/macro-genre>.

<http://www.equinoxpub.com/journals/index.php/LHS/article/viewArticle/1634>.



**ANEXO**





## Anexo A – Participantes das audiências públicas analisadas

Audiências Públicas	Especialistas/ convidados
<b>AP#01</b>	MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA - Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia.
	MARCELO NEIVA DE AMORIM - Coordenador de Atendimento em Emergência Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA.
	JOËSE DE ANDRADE BANDEIRA LEANDRO – Contra-Almirante, Subchefe de Organização e Assuntos Marítimos do Comando de Operações Navais da Marinha do Brasil.
	EDISON MENDES DE OLIVEIRA PENNA – Capitão de Mar e Guerra da Marinha do Brasil.
	HUMBERTO AUGUSTO SPINOLA DE ARAUJO - Gerente Geral de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Área de Exploração & Produção da PETROBRAS.
	MARCIO JOSÉ DE MACEDO DERTONI - Coordenador de Projeto Especial de Gestão e Resposta a Desastres da área de Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde da PETROBRAS.
	SÍLVIO JABLONSKI - Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP.
<b>AP#02</b>	ANDREY ROSENTHAL SCHLEE - Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, representando o Presidente do IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
<b>AP#03</b>	FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI - Secretário-Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia.
	JOÃO AKIRA OMOTO - Procurador da República no Município de Londrina-PR.
	MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
	ALESSANDRA CARDOSO - Assessora do INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos.
	BRENT MILLIKAN - Diretor da ONG Amazônia International Rivers.
	ANTÔNIO ESCRIVÃO FILHO - Coordenador Executivo da ONG Terra de Direitos.
<b>AP#04</b>	RUDOLF DE NORONHA - Gerente de projetos da Gerência de Qualidade do Ar do Ministério do Meio Ambiente.
	DILSON DE ALMEIDA SOUZA - Assessor do Departamento Nacional de Trânsito — DENATRAN e representante do Ministério das Cidades.
	GUILHERME FRANCO NETTO - Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde.
	GILBERTO TANOS NATALINI - Vereador da Câmara Municipal de São Paulo.
<b>AP#05</b>	KAREN COPE - Diretora de Licenciamento e Avaliação Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.
	GUSTAVO LUEDEMANN - Coordenador-Geral de Mudanças Globais de Clima do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
	NEILTON FIDELIS DA SILVA - Assessor no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.
	CARLOS RITTL - Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF Brasil.

<b>AP#06</b>	STÉLIO PACCA LOUREIRO LUNA - Professor da UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (campus de Botucatu).
	ALEXANDRE DOMINGUES SERAFIM – Advogado do Instituto Royal.
	VANICE ORLANDI - Presidente da União Internacional Protetora dos Animais — UIPA.
	PAULA DE CARVALHO PAPA - Professora da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo — USP.
	PEDRO CANÍSIO BINSFELD - Assessor da Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — DIMON/ANVISA.
	HELDER CONSTANTINO - Coordenador da campanha “Liberte-se da Crueldade” da organização Humane Society International — HSI.
	LUISA MELL - ativista da causa animal.

## **Anexo B – Comunicação: e-mail recebido da CMADS em relação ao funcionamento das Audiências Públicas**

Sra. AMANDA CANTERLE BOCHETT

As reuniões de audiências públicas são solicitadas pelos parlamentares membros (titulares ou suplentes) das Comissões da Casa, de acordo com a competência de cada uma. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados faculta, em seu Art. 255, a iniciativa a entidade interessada. Neste caso, chegando o pedido à Comissão ou à qualquer de seus parlamentares membros, esse pedido é assumido por um parlamentar, o qual menciona no teor do requerimento de solicitação do evento a origem do pedido. Os requerimentos mencionam o tema ou os temas a serem discutidos e elencam os nomes dos expositores que serão convidados. Quando o tema exige defensores e opositores, durante a discussão e apreciação da matéria, geralmente os parlamentares complementam esses expositores de forma a haver o contraditório. Não ocorrendo, compete ao Presidente da Comissão designar expositores de forma a garantir esse contraditório. O requerimento é o instrumento regimental para que o parlamentar solicite o pedido da realização da audiência pública, o qual é enviado à Comissão competente. Recebido na Comissão, ou seja, satisfeitas as normas regimentais, o requerimento e demais proposições prontas para serem apreciadas, são incluídas na pauta pelo Presidente da Comissão, que tem competência para tal. Em reunião deliberativa da Comissão, essa pauta é discutida e apreciada. Após a aprovação, o Presidente determina a elaboração de um cronograma de realização dos eventos, de acordo com as agendas dos parlamentares requerentes e também da disponibilidade dos expositores. Como o próprio nome já define, as reuniões de audiências são públicas, podendo qualquer pessoa participar como ouvinte. Atualmente, por meio da ferramenta disponibilizada pela Câmara dos Deputados, "e-Democracia", os cidadãos podem acompanhar os eventos "on-line" em algumas Comissões, cujos presidentes autorizaram essa modalidade interativa, e podem também enviar perguntas dirigidas aos expositores ou aos parlamentares, desde que abrangendo o tema do evento. Para isso, basta acessar a página da Comissão: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads> e entrar na sala de debates no dia do evento desejado. As reuniões de audiências públicas funcionam da seguinte maneira: O Presidente da Comissão ou outro membro por ele designado faz a abertura do evento e convida os expositores a tomarem assento à mesa. Após as considerações iniciais do Presidente é passada a palavra aos expositores, por uma ordem predeterminada com os expositores e o parlamentar requerente ou pelo próprio presidente. Após as exposições, é passada a palavra aos parlamentares inscritos, sendo o parlamentar requerente do evento o primeiro a indagar os expositores. Os expositores tem o mesmo tempo (geralmente 3 minutos) para responderem essas indagações. O parlamentar tem direito à tréplica. As perguntas dos internautas, havendo tempo, são passadas aos expositores pelo presidente dos

trabalhos para as respectivas respostas. Havendo interesse dos participantes "in loco" fazerem perguntas, os servidores da Comissão sugerem conversar com algum parlamentar presente para encaminhá-las aos expositores. Em alguns casos e havendo tempo, o Presidente consulta os expositores se podem responder algumas indagações do público presente. Em havendo concordância, o presidente passa a palavra aos participantes. Antes do encerramento, o Presidente passa a palavra aos expositores para as suas considerações finais e declara encerrada a reunião. Esta reunião é gravada e, posteriormente, transcrita na íntegra pelo Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados, as quais são disponibilizadas na página da Comissão.

A Comissão está à disposição para outros esclarecimentos, por este instrumento ou pelo telefone (61) 3216-6522 e pelo e-mail "meioambiente@camara.leg.br".